



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**CAPITAL, ESTADO E A LÓGICA DISSIMULATIVA DAS POLÍTICAS DE  
CRÉDITO NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO E SUJEIÇÃO DO  
TRABALHO NO CAMPO.**

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de campos  
São Cristóvão/Sergipe  
2012**

**VANESSA PALOMA ALVES RODRIGUES**

Dissertação apresentada ao núcleo de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS, como critério para obtenção do título de Mestra.

**Orientadora: Alexandrina Luz Conceição.**

**Instituição financiadora: FAPITEC**

**CAPITAL, ESTADO E A LÓGICA DISSIMULATIVA DAS POLÍTICAS DE  
CRÉDITO NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO E SUJEIÇÃO DO  
TRABALHO NO CAMPO.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandrina Luz Conceição

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Bispo Lisboa

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Israel Roberto Barnabé

---

Mestranda – Vanessa Paloma Alves Rodrigues

**Aprovada em 05 de Dezembro de 2012**

São Cristóvão  
Sergipe

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Rodrigues, Vanessa Paloma Alves

R696c Capital, Estado e a lógica dissimulada das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo / Vanessa Paloma Alves Rodrigues; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2012.

235 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Agricultura e Estado. 4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). 5. Camponeses. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63



## DEDICATÓRIA

*Dedico esta Dissertação a todos e todas que lutam pelo fim do capital, pelo fim das correntes que nos oprimem, pelo fim da propriedade privada, pela libertação da humanidade.*

## AGRADECIMENTO

O conhecimento não nasce do vazio e sim das experiências que acumulamos em nossa vida cotidiana, através dos relacionamentos interpessoais, das leituras de livros, artigos e de uma gama de diversas formas de adquirirmos informação. Deste modo, considero a construção desta Dissertação o resultado de um trabalho coletivo, pois não posso desconsiderar a importância dos vários sujeitos que diretamente ou indiretamente me ajudaram a construir cada pensamento edificado, com palavras, gestos, exemplos e práxis este árduo e gratificante trabalho. Portanto, neste grande momento de felicidade quero agradecer e compartilhar os frutos deste trabalho com todos e todas que de algum modo ajudaram a construir e ou contribuíram para a realização desta dissertação.

Meu maior agradecimento é dirigido à minha amiga, companheira, professora e orientadora **Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição**, por quem nutro grande afeto e admiração. Sua luta e teoria revolucionária incansável, sua história de vida, e sua dedicação em transmitir, ensinar e construir uma práxis militante que negue o Capital e em favor da libertação da humanidade dos grilhões invisíveis que a aprisionam, são para mim referências que carregarei por toda minha vida. Nos méritos atribuídos a esta dissertação, há muito da sua presença, nas suas sucessivas revisões de texto, na crítica constante e incisiva aos meus erros e imaturos deslizes teóricos e na escrita, me mostrando os caminhos para aprimorá-los, na paciência de ensinar e compartilhar seus conhecimentos. Durante a realização deste trabalho, sempre buscou entender minhas dificuldades e limitações e me ajudou a superá-las, soube compreender minhas ausências em compromissos importantes mesmo muitas vezes não concordando com meu afastamento. Obrigada pelo seu amor, pela sua incondicional dedicação, zelo, carinho compreensão, todos os gestos de doação e generosidade constante durante todo o processo de construção do conhecimento na universidade e na minha vida.

Divido essa conquista com **Wagner Vieira**, amor e companheiro, **que me incentiva sempre a buscar meus sonhos**, que compartilhou comigo todos os momentos mais importantes antes, durante e na reta final de minha caminhada no mestrado. Juntos compartilhamos sonhos, lutas, quedas, tropeços e conquistas. Agradeço por todo o apoio incondicional em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Agradeço aos meus pais **Antonio Rodrigues** e **Josefa Rodrigues**, foram eles que abriram as portas para o meu futuro, que trabalharam dobrado e sacrificaram seus sonhos em favor dos meus. Sofreram comigo todas as minhas angústias e me apoiaram mesmo sem ao menos entenderem minhas dúvidas, medos e problemas que uma dissertação muitas vezes nos impõe.

Agradeço a minhas irmãs **Vivian, Priscila, Vitória e Fabiana** pela paciência, compreensão e esmero para comigo, inclusive nas muitas vezes que por falta de tempo tive que deixar minhas obrigações sem cumprir! Ao meu afilhado\sobrinho **Pedro Lucas**, que me enche de alegrias desde sua chegada a minha vida, me descontraindo e quebrando a rotina e a seriedade da academia.

Compartilho a alegria desta conquista com todos os meus familiares, que não poderei citar os nomes aqui por ser muito numerosa. Aos meus avós e avôs, meus tios e tias, primos e primas e parentes mais distantes, e também com aqueles que já fazem parte de minha família, meus cunhadinhos **Júnior** e **Paulinho**, cunhada **Vanessa** e Concunhados **Pablo** e **Katiuscia**, meus sogro/pai **Waldson** e minha sogra/mãe **Fátima** pelos quais tenho muito apreço.

Aos meus Padrinhos **Juarez** e **Aires** pelo incentivo de sempre buscar mais e mais conhecimento e por me ajudarem a conquistar os meus sonhos.

Ofereço em especial essa conquista aos meus avôs sertanejos *in memória*: ao meu **Vô Antônio** e **minha Vó Izabel** (que apesar da ausência física, estarão sempre presentes em nossa memória e coração). O meu amor e gratidão a vocês que são meus exemplos de vida.

Aos meus amigos e colegas de turma. Ao nos separarmos levaremos um pouco um do outro e deixaremos um pouco de nós. Muitas lutas nos esperam! Mas tenhamos sempre em nós essa força que nos trouxe até aqui e que agora nos leva a seguir caminhos diferentes. Agradeço em especial aos amigos que embarcaram na aventura do mestrado junto comigo **Ricardo, Junior, Eliane e Renato**, partilhamos muitas angústias e felicidades, passamos por dificuldades, inseguranças, vitórias e alegrias.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado tanto nos momentos felizes bem como nas dificuldades de minha caminhada na Pós-graduação. Vocês não fazem ideia do quão foi importante o carinho e o ombro amigo nos momentos de desânimo e de desabafo. **Fabiana, Shauane, Aline, Priscila, Manu, Tourinho, Jú, Bira, Danilo, Marcelo, Marcinho, Claudio, Rosinha, Denise, Chris, Jordana, Nathaly, Rita, Tiagão, Pel, Daniel, Odim, Sashi, Leda, Marquinhos, Daise**. Obrigada pela amizade e companheirismo.

A todos que fazem parte do **GPECT**, agradeço imensamente todo o apoio emocional e principalmente teórico que foi compartilhado comigo nas interlocuções, trocas de experiências e práxis construídas no cotidiano das atividades do grupo de pesquisa, estes momentos foram fundamentais para o meu aprofundamento e desenvolvimento desta pesquisa.

Aos Amigos e companheiros do **Grupo de Estudos Marxista Spartakus**, **André, Alexandrina, Shauane, Danilo, Marcelo, Ariel, Ronilson, Pedro**, compartilho os louros desta dissertação, pois foi principalmente com vocês que aprendi os escritos marxistas e pude manter aceso o meu espírito militante no cotidiano de nossas reuniões, nas leituras aprofundadas, nos bons papos regados a vinho, buscando sempre a práxis para romper com as cristalizações impostas pelo capital em todas as esferas de nossa vida.

A **Marcio, Nathaly e Hunaldo** por toda a ajuda com a produção dos mapas.

A **Manu** pela ajuda na tradução do espanhol.

A **Wagner e a Fabiana** por toda a ajuda na aplicação dos questionários.

A **Josefa Lisboa e Beatriz Pontes** pelas sugestões na Qualificação.

A **Hernani e Hamilton** por partilharem comigo suas histórias de vida e as realidades das localidades e povoados na pesquisa de campo.

Ao **NPGeo-UFS**, por toda a prestatividade de seus funcionários e Coordenadores.

A **FAPITEC** pelo apoio financeiro à minha pesquisa.

Agradeço principalmente a todos os **camponeses e camponesas** que abriram suas vidas e me receberam com muito carinho em seus lares, desabafaram suas angústias e partilharam a esperança de dias melhores.

**A todos a minha mais profunda gratidão!**

## LISTA DE FIGURAS

|                   |   |            |
|-------------------|---|------------|
| <b>FIGURA 1:</b>  | <b>Mapa de localização e acesso ao Município de Lagarto/SE.....</b>   | <b>29</b>  |
| <b>FIGURA 2:</b>  | <b>Monocultura de laranja em pequena propriedade no povoado Açuzinho, Lagarto/SE .....</b>                            | <b>123</b> |
| <b>FIGURA 3:</b>  | <b>Estufa adquirida via incentivo do Programa de Revitalização da Citricultura em Lagarto/SE.....</b>                 | <b>125</b> |
| <b>FIGURA 4:</b>  | <b>Trabalhadores aplicando fertilizante Omoscote na produção de mudas de laranja em estufa na Colônia Treze.....</b>  | <b>126</b> |
| <b>FIGURA 5:</b>  | <b>Muda de laranja melhorada produzida em estufa na Colônia Treze.....</b>  | <b>126</b> |
| <b>FIGURA 6:</b>  | <b>Fumo em corda produzido por camponês da Comunidade Pau Grande para abastecer indústria de Lagarto/SE.....</b>      | <b>127</b> |
| <b>FIGURA 7:</b>  | <b>Trabalho precarizado de catadores e carregadores em laranjal no Povoado Brasília.....</b>                          | <b>130</b> |
| <b>FIGURA 8:</b>  | <b>Trabalhadores rurais no transporte laranjas para comercialização.....</b>  | <b>131</b> |
| <b>FIGURA 9:</b>  | <b>Trabalhadores rurais abastecendo caminhão de atravessador com laranjas.....</b>                                    | <b>131</b> |
| <b>FIGURA 10:</b> | <b>Mapa dos Territórios Sergipanos.....</b>   | <b>145</b> |
| <b>FIGURA 11:</b> | <b>Mapa da distribuição do PRONAF-crédito em Sergipe no ano de 1996-1999.....</b>                                     | <b>146</b> |
| <b>FIGURA 12:</b> | <b>Mapa da distribuição espacial do Pronaf-crédito em Sergipe de 2009-2010.....</b>                                   | <b>147</b> |
| <b>FIGURA 13:</b> | <b>Propaganda em outdoor do milho híbrido RR2 da Roundap na Rodovia estadual próximo ao Povoado Colônia Treze....</b> | <b>173</b> |
| <b>FIGURA 14:</b> | <b>Uso de trator alugado na comunidade Várzea dos Cágados</b>   | <b>174</b> |
| <b>FIGURA 15:</b> | <b>Uso de trator alugado na comunidade Estrada do Pau Grande.....</b>   | <b>175</b> |

|                   |   |            |
|-------------------|---|------------|
| <b>FIGURA 16:</b> | <b>Trator na estrada do Povoado Açu Velho.....</b>  | <b>175</b> |
| <b>FIGURA 17:</b> | <b>Uso de trator em pequena propriedade no Povoado Brejo..</b>  | <b>176</b> |
| <b>FIGURA 18:</b> | <b>Camponês fazendo a limpeza da lavoura no Povoado Brasília.....</b>   | <b>177</b> |
| <b>FIGURA 19:</b> | <b>Camponesa cultivando amendoim no Povoado Brasília.....</b>   | <b>177</b> |
| <b>FIGURA 20:</b> | <b>Camponês cultivando mandioca.....</b>  | <b>178</b> |
| <b>FIGURA 21:</b> | <b>Camponesa em lavoura de Laranja no Povoado Estancinha.....</b>   | <b>178</b> |
| <b>FIGURA 22:</b> | <b>Mapa da distribuição espacial do atraso de pagamento do Pronaf- crédito em Sergipe 2009-2010.....</b>          | <b>182</b> |
| <b>FIGURA 23:</b> | <b>Movimentos sociais em audiência pública no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe.....</b>              | <b>184</b> |
| <b>FIGURA 24:</b> | <b>Reivindicações dos movimentos sociais em defesa dos camponeses endividados do campo.....</b>                   | <b>184</b> |
| <b>FIGURA 25:</b> | <b>Subprodutos agroindustrializados da mandioca.....</b>  | <b>198</b> |
| <b>FIGURA 26:</b> | <b>Farinha de mandioca beneficiada na CooperLagarto com logomarca própria.....</b>                                | <b>201</b> |
| <b>FIGURA 27:</b> | <b>Máquina seladora e balança de precisão para empacotamento e pesagem da farinha de mandioca.....</b>            | <b>201</b> |
| <b>FIGURA 28:</b> | <b>Polpa de fruta comercializada pela CoopeLagarto processada na fábrica Frutily.....</b>                         | <b>202</b> |
| <b>FIGURA 29:</b> | <b>Sementes de pimenta malagueta industrializadas (FELTRIN).....</b>  | <b>211</b> |
| <b>FIGURA 30:</b> | <b>Colheita de pimenta realizada em unidade de produção familiar localizada na comunidade Fazenda Grande.....</b> | <b>214</b> |
| <b>FIGURA 31:</b> | <b>Pimenta biquinho.....</b>  | <b>215</b> |
| <b>FIGURA 32:</b> | <b>Pimenta Malagueta.....</b>   | <b>215</b> |

**LISTA DE GRÁFICOS**

|                   |  |            |
|-------------------|--|------------|
| <b>Gráfico 1:</b> | <b>Recursos do PRONAF – crédito no Brasil de 1999 a 2010.....</b>                            | <b>136</b> |
| <b>Gráfico 2:</b> | <b>Participação dos Grupos no montante de crédito do PRONAF (%).....</b>                     | <b>141</b> |
| <b>Gráfico 3:</b> | <b>Cultivos financiados com Recursos do PRONAF em Sergipe no período de 1998 a 2004.....</b> | <b>159</b> |
| <b>Gráfico 4:</b> | <b>Distribuição dos Recursos do PRONAF por Cultivo em Sergipe no ano de 2010.....</b>        | <b>159</b> |
| <b>Gráfico 5:</b> | <b>Produção de Milho no município de Lagarto/Produção por Tonelada.....</b>                  | <b>162</b> |
| <b>Gráfico 6:</b> | <b>Produção de Feijão no município de Lagarto/Produção por Tonelada.....</b>                 | <b>162</b> |
| <b>Gráfico 7:</b> | <b>Produção de Mandioca no município de Lagarto/ Produção por Tonelada.....</b>              | <b>171</b> |

**LISTA DE QUADROS**

|                  |  |            |
|------------------|--|------------|
| <b>QUADRO 1:</b> | <b>Classificação dos Beneficiários do PRONAF.....</b>  | <b>139</b> |
| <b>QUADRO 2</b>  | <b>Cursos de capacitação para a Agricultura Familiar em 2010 da EMDAGRO - Regional Colônia 13/ Lagarto/SE.....</b> | <b>154</b> |
| <b>QUADRO 3</b>  | <b>Cursos de capacitação para a Agricultura Familiar da EMDAGRO em Sergipe/ resultados parciais de 2011.....</b>   | <b>155</b> |
| <b>QUADRO 4</b>  | <b>Processo de produção de farinha de mandioca.....</b>  | <b>192</b> |
| <b>QUADRO 5</b>  | <b>Instituições que fazem parte do Grupo de Trabalho do APL de Mandioca em Sergipe.....</b>                        | <b>195</b> |
| <b>QUADRO 6</b>  | <b>Processo de produção de mudas de pimenta.....</b>   | <b>212</b> |

## LISTA DE SIGLAS

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento  
 APL –Arranjos Produtivos  
 ANCAR-SE – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Sergipe  
 BANESE - Banco do Estado de Sergipe S/A  
 BB - Banco do Brasil S/A  
 BM- Banco Mundial  
 BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A  
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento  
 BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.  
 CÁRITAS  
 CGIAR – Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional.  
 CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
 CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
 CODISE - Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe  
 COOFAMA - Cooperativa dos Produtores de Farinha e Mandioca  
 COHIDRO –Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe  
 CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
 CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura  
 Cooperlagarto – Cooperativa Industrial de Lagarto  
 Coopertreze- Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda  
 CUT – Central Única dos Trabalhadores  
 DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
 DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável  
 EMATER-SE, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
 EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe  
 EUA – Estados Unidos da América  
 FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
 FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
 FAPITEC - Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe  
 FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe  
 FEACOM – Federação das Associações Comunitárias dos Produtores Rurais de Porto da Folha/SE  
 FMI - Fundo Monetário Internacional  
 FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
 FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste  
 FUNEMAN – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandioca  
 FRUTENE – Indústria de Frutas do Nordeste  
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
 ITP - Instituto de Tecnologia e Pesquisa  
 ITPS - Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado De Sergipe  
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONG – Organização Não Governamental  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PLANAMAM – Plano Nacional da Mandioca  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe  
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção  
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
PROIN – Programa de Apoio à Intergração Graduação/Pós-Graduação  
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste  
PROVÁRZEAS – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea  
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar  
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social  
SENAI - Serviço Nacional da Indústria  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento  
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UFS - Universidade Federal de Sergipe

## EPÍGRAFE

*Refletir sobre a ação do Estado como “benfeitor” de políticas públicas é seguir a trajetória da reprodução ampliada do capital e sua determinação na ordenação social e territorial do trabalho. A qualquer custo, o capital busca o lucro sob o pretexto da utilidade, destruindo os recursos humanos e materiais; para sua realização, o sistema do capital se articula no tripé Estado, capital e mercado, numa rede de contradições, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo. Essa perspectiva permite compreender o fundamento político da atuação do Estado e a lógica do desenvolvimento da economia capitalista. O Estado, posto como imagem e realidade da razão, constitui a (des)razão do princípio estruturante da dialética contraditória da relação capital/trabalho (Alexandrina Luz Conceição).*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre a relação do Estado como mediador do Capital/Trabalho através da implantação e implementação das Políticas Públicas no campo, e analisar criticamente se estas constituem formas de superação das desigualdades sócio espaciais, particularmente no processo da financeirização da economia. Para alcançar este objetivo buscamos desvelar o conteúdo e o sentido das transformações que perpassam no campo e as consequências que estas impõem na produção camponesa, expondo as conexões do capital e a sua relação com o Estado. Buscou-se a partir do método do materialismo histórico dialético, entender como as contradições no modo de produção capitalista se materializam na atualidade do campo brasileiro, com os rebatimentos das Políticas Públicas no município de Lagarto/SE, uma vez que este se inscreve no contexto da produção agrária nacional/mundial tornando-se dependente dos interesses externos do capital. Neste sentido, esta dissertação analisa as contradições escamoteadas nos discursos e ações do Estado, via Políticas Públicas para as unidades de produção familiar camponesa, que sob o discurso da inclusão social, subordina, alicia, coopta, fazendo uso político da miséria, das reivindicações sociais, enquanto estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade via discurso de cidadania, provocando a aceitação passiva da mutação geral das relações sociais e de trabalho. É nesse contexto que surgiram as políticas de crédito a exemplo do PRONAF, que cumpre o papel de metamorfosear o camponês em agricultor familiar, em empreendedor do campo, influenciando a sua inserção no mercado externo; gerando forte dependência de insumos, máquinas, equipamentos, financiamento e assistência técnica; impulsionando o processo da agroindustrialização da produção; garantindo o avanço da expropriação de terras camponesa, e ao mesmo tempo, tornando-se um mecanismo que transfere riqueza para a esfera financeira, via lucro gerado pelos juros de dívidas. O que podemos concluir com esta pesquisa, é que, ao atuar como mediador nos conflitos, o Estado, em nenhum momento tem como estratégia alterar as estruturas de domínio historicamente estabelecidas pelos grandes grupos do capital agrário e financeiro. É no imperativo do capital, na ênfase do lobby do agronegócio, da pluriatividade e da agricultura familiar, que vem sendo estabelecidas as Políticas Públicas para a produção familiar, como propósito da conversão do camponês em proletário rural, força de trabalho para o capital, constituindo em seu conjunto, estratégias, liames, regulações, formas de viabilização da reprodução ampliada do capital, para efetuar a transição do território camponês em território do capital, intensificando desigualdades, fome e degradação humana.

Palavras-chave: Estado, Políticas Públicas, PRONAF, unidade de produção familiar camponesa.

## RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo reflejar sobre la relación del Estado como mediador del Capital/Labor a través de la implantación e implementación de las Políticas Públicas en el campo, y analizar críticamente si estas constituyen formas de superación de las desigualdades socio espaciales, particularmente en el proceso de la financiarización de la economía. Para alcanzar este objetivo buscamos desvelar el contenido y el sentido de las transformaciones que pasan en el campo y las consecuencias que estas imponen en la producción campesina, exponiendo las conexiones del capital y su relación con el Estado. Se buscó a partir del método del materialismo histórico dialéctico, entender como las contradicciones en el modo de producción capitalista se materializan en la actualidad del campo brasileiro, con los rebatimientos de las Políticas Públicas en el municipio de Lagarto/SE, una vez que este se inscribe en el contexto de la producción agraria nacional/mundial volviéndose dependiente de los intereses externos del capital. En este sentido, esta disertación analiza las contradicciones escamoteadas en los discursos y acciones del Estado, vía Políticas Públicas para las unidades de producción familiar campesina, que bajo el discurso de la inclusión social, subordina, atrae, coopta, haciendo uso político de la miseria, de las reivindicaciones sociales, mientras estrategia política centrada en crear una falsa apariencia de la realidad vía discurso de ciudadanía, provocando la aceptación pasiva de la mutación general de las relaciones sociales y de labor. Es en ese contexto que surgieron las políticas de crédito a ejemplo del PRONAF, que cumple el papel de metamorfosar el campesino en agricultor familiar, en empresario del campo, influenciando su inserción en el mercado externo; produciendo fuerte dependencia de insumos, máquinas, equipamientos, financiamiento y asistencia técnica; impulsando en proceso de agroindustrialización de la producción; garantizando el avance de la expropiación de tierras camposinas, y al mismo tiempo, convirtiéndose un mecanismo que transfiere riqueza para la esfera financiera, vía lucro generado por los juros de deudas. Lo que podemos concluir con esta pesquisa, es que, al actuar como mediador en los conflictos, el Estado, en ningún momento tiene como estrategia alterar las estructuras de dominio históricamente establecidas por los grandes grupos del capital agrario y financiero. Es en el imperativo del capital, en la énfasis del lobby del agronegocio, de la pluriactividad y de la agricultura familiar, que viene estableciéndose las Políticas Públicas para la producción familiar, con el propósito de la conversión del campesino en proletario rural, fuerza de trabajo para el capital, constituyendo en su conjunto, estrategias, leyes, regulaciones, formas de viabilidad de la reproducción ampliada del capital, para efectuar la transición del territorio campesino en territorio del capital, intensificando desigualdades, hambre y degradación humana.

Palabras clave: Estado, Políticas Públicas, PRONAF, unidad de producción familiar campesina.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| DEDICATÓRIA.....   | i.        |
| AGRADECIMENTOS.....  | ii.       |
| LISTA DE FIGURAS.....  | v.        |
| LISTA DE GRÁFICOS.....   | vii.      |
| LISTA DE QUADROS.....  | viii.     |
| LISTA DE SIGLAS.....   | ix.       |
| EPÍGRAFE.....  | xi.       |
| RESUMO.....  | xii.      |
| RESUMEN.....   | xiii.     |
| <br>   |           |
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>17</b> |
| <br>   |           |
| <b>CAPÍTULO I: O tripé capital, trabalho e Estado: unidade necessária no processo de sujeição do trabalho.....</b>   | <b>38</b> |
| <br>   |           |
| 1.1 As múltiplas conexões capitalistas que tercem o espaço agrário brasileiro.....   | 45        |
| 1.2 O espaço geográfico imerso na lógica do processo de desenvolvimento contraditório e combinado do modo capitalista de produção.....   | 55        |
| 1.3 O “novo/velho” papel do Estado na gestão das crises de produção capitalista e a nova lógica acumulativa do capital conduzida pelas forças de liberdade econômica e política..... | 62        |
| 1.4 O ataque neoliberal nas redefinições da expropriação do trabalho e a erosão política fundando-se de forma mais contundente de desmonte dos movimentos sociais.....               | 71        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO II: A essência e a aparência do estado na dissimulação das políticas públicas na configuração espacial para a reprodução do capital.....</b> | <b>75</b>  |
| 2.1 As Políticas Públicas como mediadoras na/da relação capital-trabalho....   | 77         |
| 2.2 A retórica das Políticas Públicas capturadas pelas novas racionalidades do mercado: via Estado.....  | 84         |
| 2.3 A inserção da produção familiar camponesa na pauta das Políticas Públicas.....   | 90         |
| 2.4 O camponês metamorfoseado em agricultor familiar enquanto factótum do “novo” paradigma postulado para o campo.....                                   | 95         |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO III: O AVANÇO DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO SERGIPANO VIA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO.....</b>                             | <b>102</b> |
| 3.1 As políticas de crédito enquanto estratégia do Estado na subordinação do camponês ao capital.....  | 114        |
| 3.2 O camponês e o trabalhador rural no espiral da produção capitalista do campo.....  | 122        |
| <br>   |            |
| <b>CAPÍTULO IV:O PRONAF- crédito enquanto política de fortalecimento dos agentes financeiros.....</b>  | <b>133</b> |
| 4.1 O PRONAF e os Bancos na capturação do camponês.....  | 143        |
| 4.2 PRONAF-Capacitação: a pluriatividade na transformação do camponês em proletário rural.....   | 152        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO V: AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO AGRÁRIO.....</b>                                 | <b>156</b> |
| 5.1 O PRONAF na “contramão” das condições de (re)produção social dos camponeses.....                             | 167        |
| 5.2 O PRONAF no processo de Exclusão da Produção Camponesa.....  | 181        |
| <b>CAPÍTULO VI: A INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CAMPO COMO NEGAÇÃO DA LÓGICA DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA....</b> | <b>188</b> |
| 6.1 A produção camponesa sobre o monopólio da indústria.....   | 206        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>219</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>229</b> |
| <b>ANEXO</b>   |            |

## INTRODUÇÃO

Para Kosik (1976), é no mundo da aparência que se desvenda o mundo do real, ao tempo que, por trás de sua aparência externa, se desvela a lei do fenômeno. Desse modo, a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob apenas certos ângulos. Assim, conforme o autor, para o conhecimento se realizar, é preciso fazer uma separação entre o fenômeno (do que é secundário) e essência (do que é essencial); só de tal modo poderemos alcançar coerência interna do fenômeno. Nesse processo não podemos deixar de lado o secundário, pois este se constitui como parte primordial da percepção do todo. Através desse movimento de decomposição do todo chegamos à totalidade da realidade.

Na lógica dissimulativa do aparente como real, cotidianamente somos assaltados sutilmente em nosso imaginário pela propagação de uma realidade agrária manipulada. As armas ideológicas do capital são infindáveis, sob a forma de aparência metamorfoseada na ideia de discursos e práticas, alterando objetivamente as subjetividades, “num processo contínuo de revigoramento de velhas ideias, revestidas em “novos”/“atualizados conceitos” (COUTINHO, 2008, p.6), que se disseminam no discurso do Desenvolvimento, da prosperidade do Progresso, da Modernidade, a defesa do latifúndio e do rentismo. Em contraste, esconde-se verdadeira face da essência que compõe o espaço agrário, enquanto os conflitos diretamente relacionados com a trajetória das forças históricas de expropriação da terra e do trabalho são colocados de forma maniqueísta nos meios de comunicação que dissimulam a opinião pública por meio da contra-propaganda organizada, propalando e criminalizando o retrato da violência no campo, impingindo caráter de banditismo aos movimentos sociais da luta pela terra.

Esse panorama social aparece sob a forma de aparência, sob um fantasioso cenário de riqueza e prosperidade eficiente do agronegócio. Surge sob o discurso do absoluto sucesso do desenvolvimento no Brasil, na mídia e em relatórios acadêmicos como uma das agriculturas mais “evoluídas” e competitivas do mundo.

Ao analisarmos os mecanismos e os velames que obnubilam a realidade do campo, ir além do aparente permite identificar a realidade. É imprescindível “não aceitarmos como naturais, óbvias e evidentes, as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido” (CHAUÍ, 2005). É necessário ultrapassar o nível das aparências e caminhar em direção à essência, para capturar aquilo que de fato existe como totalidade real, para não incorreremos no erro de que nossa reflexão sobre um determinado fenômeno que propomos analisar se torne uma análise limitada e fragmentada de fenômenos desarticulados. Para se chegar à essência e a aparência de uma realidade, é fundamental a importância de ter em mente, que estes existem como uma unidade inseparável. Captá-los separadamente pode levar a percebê-los de modo apenas parcial.

É necessário sinalizar o conteúdo e sentido das transformações que perpassam no campo e as consequências que estas impõem na produção camponesa, expondo as conexões do capital na disseminação do mundo da mercadoria, na generalização do valor de troca, na redefinição das relações entre os lugares, e na sua relação com o Estado - uma instituição de poder político que assegura e preserva as relações capitalistas, organizando o tecido social e exercendo uma ação ideologizante por vezes silenciosa, que cria ideologicamente no nível da aparência um ideário de organismo neutro, promulgando a ideia de defesa e igualdade entre as classes que compõem a sociedade - mas na verdade perpetra e assegura por meio de normalizações e de políticas estatais que as relações capitalistas se reproduzam, produzindo, organizando e redefinindo a estrutura espaço-territorial necessária para expansão do capitalismo; sufocando, contendo, quando possível, exterminando de todas as formas as manifestações de resistência e de luta, o Estado garante a plena reprodução ampliada do capital.

Mas é principalmente, ideologizando por meio do discurso da inclusão social, que subordina, alicia, coopta, fazendo o uso político da miséria, das reivindicações sociais que compõem as inúmeras realidades no país, o Estado organiza sua estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade no discurso de cidadania.

O Estado é hoje um sistema, tão precisamente um instrumento de poder e de controle da classe dominante, e desempenha uma função tão decisiva no estabelecimento de uma lógica, “precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade” (LEFEBVRE, 1969).

Neste sentido, a compreensão e explicativa de uma realidade torna-se um caminho a ser trilhado, pois requer a análise acurada do que se é apresentado para a nossa consciência como aspectos autonomizados do real, como produtos de uma falsa consciência. Assim, é possível sob a ação da confrontação ideológica simbólica e representativa da falsa consciência, escamotear o espaço agrário brasileiro latente de injustiça social, de fome e de miséria, para dar lugar no nosso imaginário a um campo dissimulado, a fim de apresentá-lo sob o discurso ideológico em que a miséria aparece sob um fenômeno homogêneo e inerte, indissociável e inconsútil ao nosso olhar, como se manifestasse separada da realidade histórica e social que a produziu, enquanto o discurso do desenvolvimento manifesta-se num palco interpretativo ilusório e superficial que nos dificulta reconhecermos os processos do capital que engendram relações de exploração e que avultam a existência de um conjunto expressivo de territórios marcados pela pobreza, dando lugar a um todo de relações que se apresentam naturalizadas, inalteráveis e indiscerníveis a nossa consciência.

É esta reflexão que nos incide a entender que a compreensão da leitura da produção do espaço agrário brasileiro pressupõe mergulhar nos discursos carregados de ideologia, que perpassam e refletem os projetos de sociedade, consubstanciando o corpo teórico das Políticas de Estado, que se realizam enquanto imperativo da estratégia política e ofensiva teórico-metodológica material do capital, “se configurando como necessidade histórica de uma classe que, para consolidar-se, faz gerar seu próprio exército de intelectuais difusores de sua ideologia”

(COUTINHO, 2008). Nesse desígnio, o embate de projetos de classe em disputa ocorre na totalidade social, seja nas formas de produzir, de regular as relações, seja nas formas e representações do poder, vivenciadas no cotidiano, arena por excelência das disputas hegemônicas.

Para Gramsci (2004), todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, agindo não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Nos termos salientado por Gramsci, precisamos tomar cuidado para não cairmos nas armadilhas dos discursos acadêmicos, que por vezes disseminam argumentos e teorias que escamoteiam e confundem mais do que esclarecem a realidade agrária brasileira. O debate de ideias é função da produção do conhecimento e da reflexão intelectual. Conforme adverte Alex Carvalho (2000),

Os produtos da ciência seriam os resultados das inter-relações que mantemos com a realidade, a partir de nossas práticas sociais. Sendo a ciência uma prática social, seus produtos não estariam destituídos de pressupostos dados sobretudo pela cultura ou ideologia predominante num determinado período histórico. As verdades da ciência seriam, pois, fundamentalmente históricas e, portanto, nunca neutras (CARVALHO, A. 2000, pp. 11).

Portanto, um pensamento ou uma teoria ao ser disseminada carrega consigo o conteúdo e a visão de mundo de quem a produziu, logo, não há neutralidade no pensamento intelectual em que este se coloque numa posição acima ou à parte dos interesses de classes. Ao contrário, seu pensamento é por este influenciado e é espelho e parte constitutiva de disputas, as quais nos permitem identificar os projetos societários, em confronto, e as formas pelas quais estes projetos tomam concreitude, podendo constituir-se como um instrumento, cuja função é impedir uma reflexão política, mascarando as estratégias dos detentores do poder (LACOSTE 1973 apud QUAINI 2000).

Para Marx (2007), a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e formas sociais determinadas de consciência. “É preciso, explicar a consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações sociais” (MARX, 2007, p.46).

É no contexto da luta de classes que se funda a produção do conhecimento geográfico do campo brasileiro, no qual pensadores de distintas vertentes teóricas e de métodos tematizaram a questão agrária, e debateram de forma antagônica a conjuntura da produção do espaço agrário e os sujeitos que o constitui. Este debate esteve marcado essencialmente por polêmicas, perpassadas por questões que expõem diferentes concepções transcorridas no movimento do embate entre visões de sociedade e de método de análise. Neste sentido, a depender do interesse de classe e do método, o geógrafo analisa de forma diferenciada a luta existente entre as classes sociais, o seu movimento, dinâmica e rebatimentos espaciais, as contradições que balizam o passado, presente e futuro na sociedade capitalista. Para Conceição (2005) um geógrafo comprometido em produzir conhecimento em benefício da sociedade, deve ir além das aparências, buscar analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico.

As contribuições teóricas sob o uso da crítica marxista descortinam a realidade aparente do campo brasileiro e nos mostram a totalidade das relações que a compõe. Sua análise incide na leitura de um campo marcado por transformações e conflitos. As teorias que nos apresentam as mudanças ocasionadas pela rápida expansão do mercado capitalista em princípios do século XIX e como que se estrutura a lógica da expansão, acumulação e centralização do capital, tornando-se possível ter a compreensão de como foram e são disseminadas e cristalizadas as relações capitalistas no tempo/espaço no decorrer do século XX e XXI, levando-nos à análise e à compreensão dos sujeitos produtores do espaço agrário brasileiro dentro do processo do desenvolvimento contraditório desigual e combinado do capitalismo, das contradições evidenciadas por classes sociais distintas, com interesses antagônicos, dando subsídios teóricos para se construir uma leitura de

seus rebatimentos sócio espaciais que (re)produzem contradições que se expressam principalmente nos conflitos de classe, questionando-se como, quando e por que estes entram em disputa no território concebido como materialização da luta de classes.

Trabalhos e pesquisas sobre “A Questão Agrária”, a exemplo de Alexandrina Luz Conceição, Antonio Tomaz Junior, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Eliane Tomiase Paulino, Henry Veltmeyr, Horácio Martins de Carvalho, José De Souza Martins, Larissa Mies Bombardi, Marta Inês Medeiros Marques, Suzane Tosta Souza, James Petras, Valéria de Marcos, entre outros, são contundentes e podem ser tomados como referências.

Mas, para a autora Ana Fani de Carlos (2007), há também muitos geógrafos que procuram dar explicação ao campo e seus conflitos a partir de construções teóricas de uma Geografia produzida para explicitar a realidade por meio de “seu aprisionamento aos estudos de casos, do lugar em si, específico e singular, ou com foco no sujeito em si, imerso em suas alienações em suas representações” (CARLOS, 2007, p.5). Para Alexandrina Luz Conceição (2005), essa é uma geografia que tem garantido a “manutenção de uma política de favorecimento aos monopólios na indústria, na agricultura, no comércio, com especificidade para a indústria de informação” (CONCEIÇÃO, 2005, p.3), uma geografia referendada sob o esteio de “exercícios estatísticos, que constroem caminhos de investigação que reproduzem equívocos e consequências sérias na geografia agrária brasileira” (OLIVEIRA, 2004, p.43), sem ir ao âmago dos processos que engendram contradições sociais.

São estas pesquisas, realizadas desde meados de 1990, alicerçadas em números estatísticos, circunscritas em produções e análises imbricadas em profunda e íntima parceria principalmente com o Estado e aparelhos de disseminação do desenvolvimento capitalista no campo, revelando a íntima conexão entre produção científica, grandes empresas, fundações, governos e instituições como o Banco Mundial na promoção, “no apoio e na generalização de uma agricultura capitalista, impregnada de tecnologia e defensivos, devoradora de terras e de vidas” (PEREIRA, p.22, 2010). Com claros objetivos de versar no direcionamento da produção de um

amplo leque de programas e Políticas Públicas que conformam a política de desenvolvimento rural, se generaliza deste modo, uma forma ideológica de produção científica do espaço agrário, cuja lógica penetra com toda força nas Políticas Públicas promovendo a extensão do capitalismo, “tornando a produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução do capital” (CARLOS, 2007, p.4).

Para Oliveira (2001), na atualidade, esses pesquisadores fazem parte de uma estratégia que vem sendo colocada em prática pelo Estado, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso, prática posteriormente assimilada pelo Governo de Lula e mais recentemente pelo Governo Dilma Rosseuf. Perfazem-se da realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão agrária, para auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo e, principalmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual visando a enfraquecer a base social dos movimentos sociais que adotam a tática da ocupação como estratégia de luta, para dar lugar assim à tática da negociação.

É regido por esse desígnio que o MDA criou o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), visando a agrupar intelectuais signatários do capital, com a função de alimentar estudos e ações voltadas a propalar a ideologia do Desenvolvimento Rural via territorialização do capital no campo. Para esses intelectuais, o campo deixa de ser um espaço de produção e o camponês praticamente desapareceu e por razões e interesses ideológicos passam a substituir esse sujeito histórico pelo termo “agricultor familiar”. Deste modo, a agricultura torna-se uma atividade de tempo parcial, para consolidar-se em um espaço que deve integrar-se a todos os setores da economia, salientando a importância da pluriatividade como geradora de emprego e renda e amenizadora de desigualdades. Esses estudiosos apostam nos caminhos da modernização, do desenvolvimento e da integração ao mercado como possibilidade de superação dos profundos problemas existentes no campo brasileiro. Para tanto, é proposto que fossem substituídas as políticas agrárias, que já eram mínimas pelo acesso à terra, fruto da reforma agrária, e deixasse de ser o pilar de sustentação para a solução da

desigualdade social no campo, para surgir em seu lugar a reforma agrária de mercado e as políticas de inclusão.

Entre as ideias de intelectuais que coadunam com esse pensamento, destacam-se as desenvolvidas por Abramovay, autor de "**Paradigmas do capitalismo agrário em questão**" (1998), que se tornou referência entre os difusores do desenvolvimento rural, por salientar o conceito de agricultura familiar e classificá-la de acordo com o grau de inserção e relação com o mercado. Destaca-se também na difusão da ideologia do desenvolvimento o autor José Graziano Silva, que discursa no livro "**A nova dinâmica da agricultura brasileira**" (1996), apostando nos caminhos da modernização da possibilidade de superação dos sérios problemas existentes no campo brasileiro. Para este autor, torna-se necessário uma mudança fundamental no campo, com a passagem de uma economia rural, fechada e assentada em bases naturais, para uma economia aberta para o mercado que deve começar a estruturar-se a partir das indústrias montadas nas cidades, mas ainda voltada a demanda dos segmentos da própria agricultura. Em pesquisa intitulada de "**Novo Mundo Rural Brasileiro**" (1997), Graziano Silva chama a atenção para a existência de um novo rural brasileiro, espaço este que o autor considera que só pode ser visto como um *contínuum* do urbano do ponto de vista espacial, e do ponto de vista da organização econômica, pois para o mesmo está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Em análise contrária às pesquisas que versam para a urbanização do campo, surge a pesquisa de José Eli da Veiga, intitulada "**Cidades Imaginárias**" (2002), dotada de estatísticas que têm como proposta fundamentar que o Brasil é menos urbano do que se propala.

Para Oliveira (2004), a premissa salientada por Graziano Silva (1997), de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção trouxe consigo a expansão do urbano, é verdadeira; "o urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e o campo, tornou-se a síntese contraditória, mas esta síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. Suas relações tornaram-se mais complexas, um não pode ser entendido sem o outro" (OLIVEIRA, 2004, p.44). Ainda para o autor, a pesquisa de Graziano Silva (1997) revela "a mais eloquente intenção teórica, histórica, política e ideológica: de que não há lugar no mundo moderno (para ele pós-industrial) para os camponeses" (OLIVEIRA, 2004, p.46). Conforme destacado

pelo autor, essas pesquisas não surgem ao acaso, emergem sob novos discursos e novas políticas das diretrizes da intensa mercantilização do campo, tentando negar a evidência histórica da existência do camponês e buscando torná-lo um nada social. Como alvo a ser apagado, enquanto um novo sujeito que surge em seu lugar, forjado sob uma nova categoria de agricultor, ganhando um novo significado e um novo conteúdo ideológico no contexto agrário.

Destinado ser o *factótum* deste novo paradigma para o campo, a agricultura camponesa, deste modo, é metamorfoseada em agricultura familiar (FERNANDES, 2003, THOMÁZ JUNIOR, 2002). Neste sentido, salienta Thomáz Junior (2002) que a política de desenvolvimento rural estaria centrada nos produtores mais estruturados e com melhores aptidões para adaptar-se à nova conjuntura, que se convertem na minoria bem-sucedida e privilegiada, enquanto a grande maioria dos que não conseguiram uma efetiva inserção no mercado são apontados, como “malsucedidos”, se convertendo em público-alvo das políticas paliativas de combate à pobreza para o meio rural.

Esta categoria incorporaria as demandas do mercado, as transformações da matriz produtiva e tecnológica, melhores patamares de educação e saúde, maior aptidão para competir por uma parcela do mercado onde colocar seus produtos, também reuniria a flexibilidade e a formação suficientes para diversificar suas fontes de ingressos (realizando alguma transformação do seu produto, desenvolvendo atividades de turismo na sua propriedade, etc.). O fortalecimento da agricultura familiar com base nestes parâmetros traz como afirmávamos um aprofundamento da concorrência e, paralelamente, da exclusão social no meio rural (THOMÁZ JUNIOR, 2002, p. 125).

Atendendo aos interesses do capital sob a ação do Estado, estas teses consubstanciarão teoricamente uma série de Políticas Públicas de planejamento e crédito com a proposta e o discurso de difundir a tecnologia, gerar desenvolvimento, emprego e renda, se configurando na redefinição de antigas relações, ao mesmo tempo em que, cria novas estratégias para subordinar as inúmeras formas de produção no campo. No imperativo do capital, enfatizando o *lobby* do agronegócio, da pluriatividade<sup>1</sup> e da agricultura familiar, é que vêm sendo estabelecidas as políticas públicas para a produção familiar, que têm como propósito maior a convenção do camponês em proletário rural, em força de trabalho para o capital.

É nesse contexto que surgem as políticas de crédito, a exemplo o PRONAF<sup>2</sup>, uma Política Pública que cumprirá o papel de metamorfosear o camponês em agricultor familiar, suscitando o crédito como propalador de desenvolvimento, influenciando via entrada da financeirização da economia no campo, na inserção do camponês no mercado por meio de relações econômicas mercantilizadas, gerando a dependência aos fatores de produção externos à propriedade, a exemplo dos insumos, máquinas, equipamentos, crédito, financiamento.

Ao lado do capital e do Estado, um grande quantitativo de pesquisas, (ABRAMOVAY 1994, VEIGA 2001, BELIK 2000, SCHNEIDER 2007, et. al) referenda estas Políticas Públicas por meio de relatórios e estatísticas, torturando números e manipulando por meio de ganhos falaciosos aparentes o tão propalado desenvolvimento do campo, por meio da integração das unidades de produção ao mercado, no qual o crédito se apresenta como a solução para a questão das desigualdades sociais no campo. Enquanto que na contramão do discurso dessas políticas, (CONCEIÇÃO, 2005, RODRIGUES, 2006, LISBOA, 2007, CARNEIRO, 2009, GAMA, 2010, CARVALHO 2010, et al.), várias pesquisas buscam por meio da análise da totalidade e por meio da contradição responder a essa realidade que está posta para o espaço agrário, sinalizando que as Políticas Públicas de financiamento

---

<sup>1</sup> - A pluriatividade tem sido propalada por uma série de autores, nos quais ganham destaque em suas pesquisas SCHNEIDER, 1994, GRAZIANO, 1999. Sergio Schneider salienta em seu livro que o fenômeno da pluriatividade pode ser concebido como uma nova estratégia da reprodução social das unidades familiares agrícolas destituídos dos laços com a terra.

<sup>2</sup> - Diante do grande quantitativo de Políticas Públicas voltadas ao espaço agrário atualmente, esta pesquisa em particular dará relevância às políticas públicas que afetam diretamente a unidade de produção familiar camponesa, em particular, ao PRONAF, por entender que esta política tem maior abrangência e maior tempo de instauração no campo.

bancário via crédito e investimentos, antes de significar a garantia da autonomia da unidade de produção camponesa, tem imposto aos camponeses a sua inserção ao mercado, provocando a sua subsunção ao capital.

Essa estratégia da homogeneização das relações de produção camponesa vem com o sentido de apresentar uma série de argumentos perpassados por graus de inserção das unidades de produção familiar ao mercado e a tecnologia, elementos determinantes para o direcionamento do Estado no estabelecimento de Políticas Públicas voltadas somente à questão agrícola, da produção econômica, através da geração do emprego e renda por meio da integração das unidades de produção familiar ao mercado. Nesta premissa, é deixado de lado o processo histórico da apropriação e expropriação do trabalho e da terra, do estabelecimento da engessada estrutura fundiária, e da luta dos movimentos sociais no campo pela terra de trabalho.

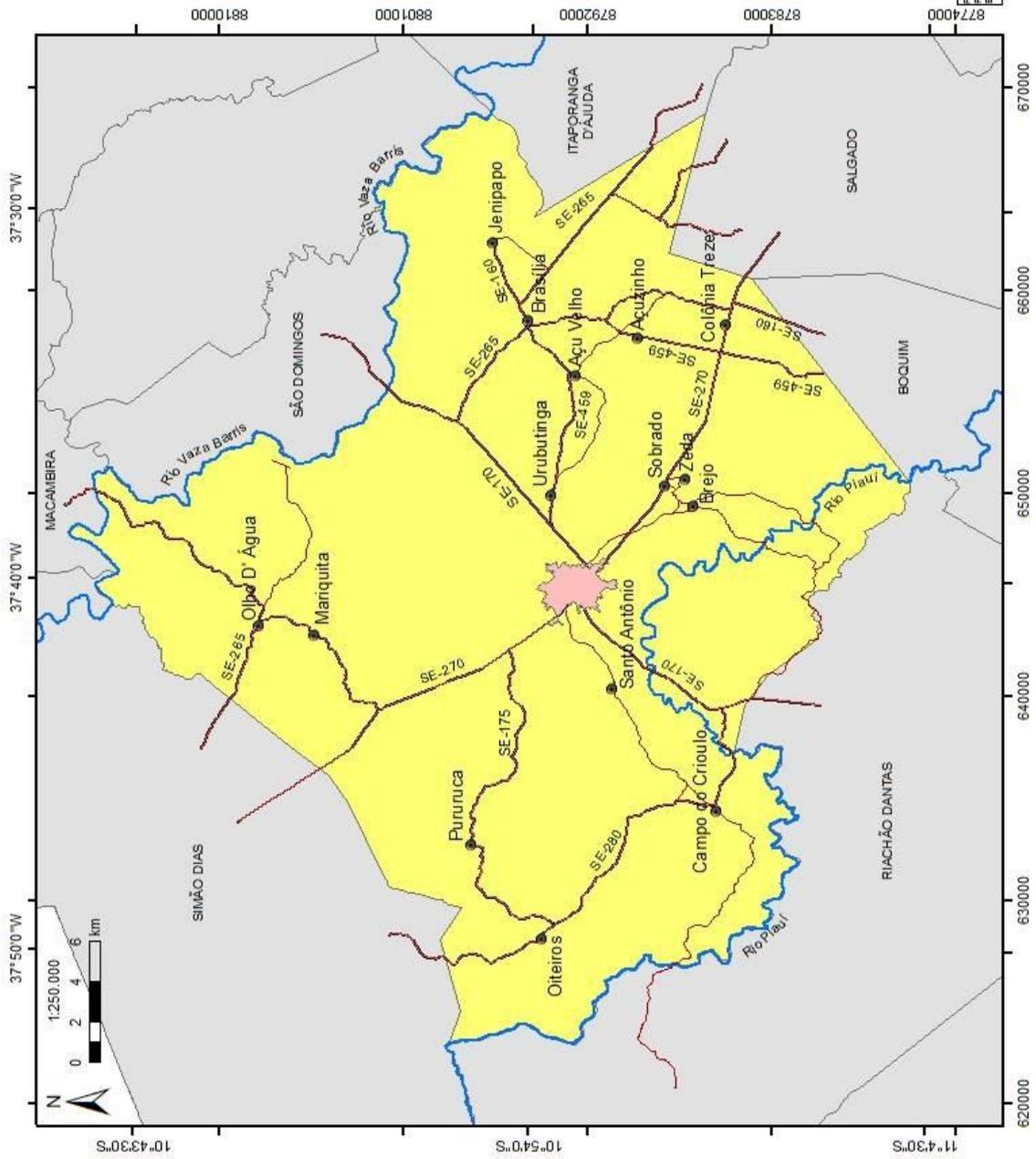
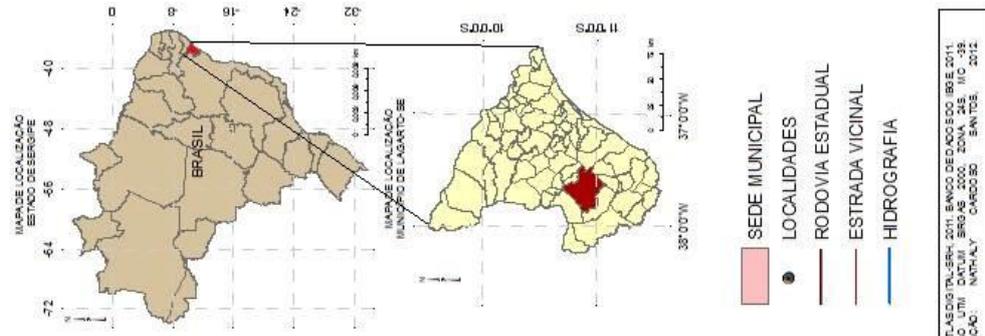
Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a relação do Estado como mediador do Capital e Trabalho através da implantação e implementação de políticas públicas no campo, para analisar criticamente se estas constituem formas de superação das desigualdades sócio espaciais, particularmente no processo de financeirização da economia.

Nesta pesquisa, utilizamos os conceitos geográficos: ESPAÇO e TERRITÓRIO. A análise a partir das contradições na sociedade capitalista se constitui como eixo central na compreensão do território, cujos processos dessas contradições se materializam ao longo de diferentes tempos no espaço.

Assim, buscou-se analisar as modificações sócio espaciais e as novas formas de exploração e subsunção dos camponeses e trabalhadores rurais; ao mesmo tempo, buscamos vislumbrar as estratégias por parte dos camponeses e proletários no processo produtivo do campo. Enfocamos, sobretudo, nesta pesquisa, a análise do campo empírico do município de Lagarto/Se (figura 1), centrando na reflexão das consequências da política pública de crédito via processo de expansão da financeirização capitalista no espaço agrário e de que forma estas afetam a unidade

de produção camponesa, com o objetivo de refletir sobre as ações do Estado via PRONAF, que indiquem sinalizações de alterações no/do espaço agrário, por meio do estabelecimento de políticas públicas, e se estas permitem a reprodução das unidades de produção camponesa por meio da terra; buscando elucidar os mecanismos do PRONAF que colocam a terra como mercadoria e promovem o processo de subsunção do camponês; na compreensão se de fato a inserção da produção familiar aos mecanismos do mercado pode resolver o problema social e agrário de grupos historicamente excluídos no campo.

### LOCALIZAÇÃO E ACESSO MUNICÍPIO DE LAGARTO - SE 2012



A trilha de análise percorrida nos indicou uma teia de contradições em que se estrutura a política de crédito do PRONAF. Neste sentido, houve a busca por respostas que possibilitassem revelar a totalidade que se reveste a realidade por vezes escamoteada no espaço agrário, que motivou o desenvolvimento desta pesquisa no município de Lagarto.

A produção do espaço agrário deve ser compreendida em suas mais diversas relações contraditórias que se (re)definem no processo histórico da produção geográfica. Assim, buscamos, a partir do método do materialismo histórico dialético, entender como as contradições no modo de produção capitalista se materializam na atualidade do campo brasileiro, especificamente no município de Lagarto.

Foi o método materialista histórico dialético que permitiu a Marx investigar e esclarecer em pormenores e inquirir as contradições e a conexão íntima que há entre a matéria, a natureza, as leis, as mutações, os limites, as crises, que regem o nascimento, o funcionamento, a transformação, e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Mas essa tarefa não é fácil de ser realizada. Seu método requer uma profundidade de análise teórica e de práxis empírica, tarefa árdua e de difícil alcance, dificuldade que Marx (2004) já advertia tomando como exemplo a análise da mercadoria, uma vez que a sua compreensão e análise, notadamente a que oferece maior dificuldade de entendimento. Para se apreendê-la com a maior clareza e profundidade possível, foi necessário ir à substância da magnitude do valor. Para o autor, “a forma valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples”. Apesar disso, salienta o autor, “tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentando em vão devassá-la”. Toda essa dificuldade apontada pelo autor é bem justificada, uma vez que sua análise trata das minuciosidades tão complexas e profundas, que Marx faz uma analogia às minúcias microscópicas de um organismo vivo, “é mais fácil estudar o organismo, como todo, do que as suas células”, no entanto, “na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos” (MARX, 2004, p. 15 -16).

Partimos de suas orientações do método e de sua teoria construída, aliado ao suporte teórico de Marxistas clássicos e contemporâneos, caminho este que nos permitirá centrar na estrutura teórica que nos levou a compreensão de como se desdobra o espaço agrário na sociedade capitalista do século XXI.

Pautada na leitura crítica, buscamos compreender como se estabelecem as relações sociais e seus conflitos no campo diante dos mecanismos do capital que subjagam a terra como mera mercadoria e as suas investidas no processo de subsunção do trabalhador, bem como, nos permitiu vislumbrar o enfrentamento dos trabalhadores e camponeses na luta pela permanência e reprodução na terra. Portanto, a pesquisa desenvolvida buscou trazer à tona a análise da construção histórica e das alterações sócio espaciais, produto da relação capital e trabalho estabelecida pelo modo de produção capitalista, que só pode ser percebida muitas vezes nas interfaces a partir da superposição de escalas, na interface do contexto local, regional, nacional e mundial.

Para alcançar tal propositura, o caminho de análise para se chegar ao reconhecimento dos mecanismos responsáveis pelo processo de produção do espaço agrário do município de Lagarto está pautado no tripé Estado-capital-trabalho, inseridos no jogo contraditório da inclusão – exclusão, uma vez que na leitura das contradições, o discurso tanto das políticas de compensação da pobreza e bem como do fortalecimento da produção familiar, são políticas estratégicas, produzidas pela lógica do capital e de seus aliados.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, desenvolvemos um caminho metodológico pautado em leituras reflexivas através de revisão literária por meio de pesquisas em bibliotecas e arquivos institucionais; realizamos levantamentos bibliográficos de livros, jornais, revistas, periódicos, artigos, monografias, teses, dissertações etc., e levantamento de dados via internet, tendo como ponto de aprofundamento o contexto histórico da produção e da formação do espaço agrário no Brasil/Sergipe, buscando compreender como se deu o processo de estabelecimento das Políticas Públicas no campo e como estas refletiram sobre a unidade da produção camponesa.

As interlocuções, as trocas de experiências e a práxis construídas no cotidiano das atividades do grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais – GEPCT, sob a coordenação da professora/orientadora Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição foram fundamentais para o aprofundamento teórico e desenvolvimento desta pesquisa.

Realizamos também visitas periódicas a órgãos públicos com o objetivo de coletar depoimentos, entrevistas, assim como consultas a documentos em órgãos que mantêm vínculos institucionais com as Políticas Públicas do PRONAF, a exemplo do INCRA, EMDAGRO, Secretaria Executiva do PRONAF, Secretaria da Agricultura do Estado etc. e instituições financeiras como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, entre outras instituições que fazem parcerias com esta Política Pública. Bem como realizamos levantamentos estatísticos em banco de dados em fontes como o IBGE, Censos Agropecuários, SADE e SEAGRI (sistemas de dados do MDA) possibilitaram a construção de gráficos e tabelas sobre a atuação das Políticas Públicas no espaço agrário.

Porém, é importante ressaltarmos que o acesso à informação detalhada sobre a aplicação dos recursos do PRONAF nestes órgãos foi bastante obstaculizada, e em alguns casos a exemplo dos Bancos do Brasil e BNB apesar de várias tentativas de obter o acesso aos dados atualizados do PRONAF referente a repasses e distribuição de recursos, quanto à quantidade de operações de empréstimos, utilização em todas as suas linhas de ação e público beneficiário do programa, bem como informações de dados sobre número de endividados no âmbito nacional, regional, estadual e municipal, e na especificidade do município de Lagarto, porém estas informações foram inacessíveis. Impedindo e comprometendo, deste modo, uma análise mais completa que nos permitisse maior aprofundamento da distribuição e utilização dos recursos do PRONAF no espaço rural do município, arcabouço que nos permitiria apresentar maiores reflexões para a análise do espaço agrário sergipano.

O Boletim Informativo do Senado Federal confirma que as informações sobre a evolução e distribuição dos recursos de crédito do PRONAF são escassas ou dispersas. “Não há dados disponíveis no sítio na Internet do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre a contratação, ao longo dos anos, por município ou por estado”. (PEIXOTO, 2011, p. 2). Não obstante as dificuldades de acesso a dados sobre o PRONAF, algumas informações não atualizadas, são disponibilizadas pelo MDA na Internet.

No entanto, apesar da ausência de alguns dados relevantes sobre o PRONAF, a pesquisa de campo foi bastante rica e elucidou a realidade sócio espacial que não pode ser explicada por números estatísticos, respondendo de forma contundente aos questionamentos desta pesquisa. O levantamento empírico foi desenvolvido através do trabalho de campo em várias comunidades das seguintes localidades do Município de Lagarto: Açu Velho, Açuzinho, Brasília, Brejo, Campo do Crioulo, Colônia Treze, Jenipapo, Santo Antônio, Sobrado e Zeda, o qual foi realizado ao longo de toda a dissertação, com o intuito de observação e análise das ações governamentais, que indicassem sinalizações de alterações no/do espaço agrário sergipano por meio do estabelecimento de Políticas Públicas, e se estas permitem a reprodução das unidades de produção camponesas.

Desenvolvemos também entrevistas semiestruturadas e estruturadas, delimitamos o universo de 90 questionários aplicados com camponeses entrevistados. O número de entrevistas foi relacionado a *priori* à qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações, na medida em que as informações coletadas atingiram um ponto de saturação as entrevistas foram finalizadas, enquanto que as entrevistas abertas buscaram capturar o vivido e o concebido pelo entrevistado, visando compreender a realidade diária no qual o entrevistado está imerso. Na busca do aprofundamento das reflexões, também entrevistamos por meio de conversas informais, trabalhadores rurais, presidentes de associações e cooperativas.

A coleta de dados das entrevistas semiestruturadas e estruturadas, a análise de discursos, imagens, trechos de entrevistas, registros de práticas e de indicadores estatísticos, foram os elementos em torno dos quais construímos as análises e reflexões, que permitiram levantar dúvidas, questionamentos ou reafirmar

convicções enquanto que as análises do empírico articuladas à análise teórica e epistemológica permitiram um mergulho analítico, de modo a produzir interpretações e explicações que procuraram dar conta, em alguma medida, da problemática analisada, das indagações que motivaram a investigação nesta pesquisa, no sentido de apresentar reflexões para a análise do espaço agrário, arcabouço no qual nos permitiu efetuar a seleção e agrupamento das informações para a análise, interpretação e posterior conclusão da dissertação.

Os resultados desta dissertação estão apresentados em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **“O tripé capital, trabalho e Estado: unidade necessária no processo de sujeição do trabalho”**, analisamos a parceria histórica entre capital, trabalho e Estado, que corrobora para a cristalização do cenário de expropriação da terra e do trabalho, sustentáculos que perpetuam arranjos políticos e sócio territoriais que se organizam pelo e para o capital, postulando impiedosamente um rastro de devastação da terra e da degradação humana. A trajetória da expansão do capital no Brasil provocou um vertiginoso alastramento de mudanças, desencadeadas por intensas transformações sociais e espaciais contidas no bojo de sua expansão desigual e combinada. A expansão do capitalismo no campo a partir do processo de industrialização, da modernização da produção agrícola, e posteriormente da política neoliberal redefiniu o papel do Estado. O estabelecimento de Políticas Públicas provocou profundas e irreversíveis transformações no e do espaço agrário brasileiro, bem como redefiniu novas relações de expropriação do trabalho, provocando a erosão política e o desmonte dos movimentos sociais.

No segundo capítulo, **“A essência e a aparência do Estado na dissimulação das Políticas Públicas: a configuração sócio espacial para a reprodução do capital”**, buscamos o entendimento da engrenagem das relações entre o Estado, o Capital e às contradições dentro do conflito de classes que esta trama de relações engendra. Neste sentido, observamos que o estabelecimento de Políticas Públicas reflete um processo de mediação, o qual estaria diretamente relacionado com as necessidades de reprodução do capital, enquanto estratégia do Estado, de apaziguar interesses conflitivos. É com esse fundamento que surge uma série de políticas sociais que assumem o discurso de amenizar as carências sociais.

Adaptadas às premissas do mundo neoliberal, as Políticas Públicas direcionadas ao espaço agrário brasileiro se ajustaram estruturalmente às novas necessidades de expansão do capital do mundo globalizado. É deste modo que a partir da criação do PRONAF as Políticas Públicas para o campo passaram a incorporar novas estratégias, formas de implementação e incorporação de novos sujeitos objetos, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de crédito e desenvolvimento rural brasileiro.

No capítulo três, **“O avanço da modernização da produção capitalista no campo sergipano via Políticas de Desenvolvimento do Estado.”**, lançamos nosso olhar no campo sergipano, este que se inscreve no mesmo contexto nacional, tornando-se dependente dos interesses externos sob nova reestruturação social e territorial do trabalho impetrado pelo capital e o Estado. Neste capítulo, traçamos um caminho de análise centrado nas políticas de Estado para se chegar ao reconhecimento dos mecanismos responsáveis pela produção do espaço agrário sergipano. Observamos que por distintos motivos históricos e interesses políticos do Estado em consonância com o capital, os camponeses foram paulatinamente incorporados por políticas públicas de integração dependente, que levaram o campesinato a se inserir na lógica produtivista do capital no campo, reproduzindo contraditoriamente a ideologia dominante de superação da economia camponesa a partir da tendência histórica da incorporação do desenvolvimento das forças produtivas pela expansão e consolidação das empresas capitalistas no campo. Foi pautada nessa totalidade, que analisamos a ação do Estado por meio da política pública do PRONAF que tem (re)configurado a produção do espaço agrário sergipano.

No capítulo quatro, **“As contradições das Políticas Públicas no espaço agrário: do endividamento e dependência da produção familiar ao fortalecimento do agronegócio”**, buscamos demonstrar, a partir de análises teóricas e de pesquisa de campo, a compreensão do espaço agrário, na intenção de indicar os rebatimentos da política do PRONAF na especificidade do município de Lagarto, uma vez que este possui um cenário fortemente vinculado ao processo de expansão capitalista no campo sergipano, quando o mesmo historicamente vem

passando por um intenso processo de (re)ordenamento territorial do capital, buscando novas/velhas formas de acumulação ao fundir capital industrial, agrário e financeiro, pela intensificação da exploração da terra e de trabalhadores, caminho amplamente disseminado pelo Estado por políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio; dando subsídios aos grandes proprietários reforçando a estrutura fundiária concentrada; fortalecendo a ação de Cooperativas enquanto propaladoras da ideologia da produtividade capitalista do campo; no incentivo à substituição da produção de cultivos para o auto consumo da unidade de produção familiar por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*, a exemplo da laranja, do fumo, da pimenta etc. Até mesmo a produção de cultivos tradicionais voltados ao autoconsumo não escaparam ao processo modernizante da produção, a exemplo do que vem acontecendo com a mandioca, que tem se tornado um cultivo atrelado às práticas de biotecnologia assentada no melhoramento genético e na produção agroindustrial, reforçando deste modo, os mecanismos que colocam a terra como mercadoria, estrutura que incide no processo de subsunção do trabalhador rural e do camponês, contexto que torna a realidade agrária de Lagarto um campo de estudos dinâmico, complexo e instigante para o entendimento geográfico. Neste sentido, questionamos a natureza e a função dos empréstimos de créditos do PRONAF, que possui a função de convergir para que os camponeses continuem prisioneiros de especializações das tecnologias e ao mesmo tempo esta política pública torna-se um mecanismo que transfere riqueza para a esfera financeira dos Bancos quando o camponês torna-se um devedor.

Na conclusão desta dissertação, apresentamos as principais contradições da política pública do PRONAF. O que podemos constatar baseado principalmente na análise dos relatos dos sujeitos envolvidos neste processo é que a realidade do espaço agrário de Lagarto, as políticas públicas de financiamento bancário via crédito e investimentos, antes de significar a garantia da autonomia da unidade de produção camponesa, tem imposto aos camponeses a sua inserção ao mercado. A integração ao mercado tem direcionado a perda da terra afetando toda a base da reprodução da família, e como consequência a redução da unidade de produção familiar e sua subsunção ao capital, uma vez que sem a terra de trabalho o camponês é obrigado a se inserir no trabalho assalariado.

Com efeito, concluímos que o Estado atua por um lado na perspectiva de criar as condições para a expansão do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para o país; e por outro lado, a partir do desenvolvimento de Políticas Públicas, promove de forma ideológica e pontual a sensação ilusória de “ganho” aos camponeses e trabalhadores do campo, por meio de efeitos apenas minimizadores dos conflitos, mediando a luta de classes em curso, sem dissociar em nenhum momento dos interesses do capital as novas formas de subordinação do trabalhador.

## **CAPÍTULO I**

### **O TRIPÉ CAPITAL, TRABALHO E ESTADO: UNIDADE NECESSÁRIA NO PROCESSO DE SUJEIÇÃO DO TRABALHO.**

## **1. O TRIPÉ CAPITAL, TRABALHO E ESTADO: UNIDADE NECESSÁRIA NO PROCESSO DE SUJEIÇÃO DO TRABALHO.**

A ordem burguesa, que no início do século colocou o Estado como sentinela diante da recém-criada pequena propriedade rural e a estrumou com louros, tornou-se um vampiro que lhe suga o sangue e os miolos e a joga no caldeirão alquímico do capital (MARX, 2012, p. 51).

Para Engels (2010), a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Enquanto que o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; a primeira opressão de classes surge com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A partir da divisão social do trabalho, surgiu a grande separação da sociedade em duas classes: a dos senhores (que não trabalham, mas por meio da coerção se apropriam e exploram o trabalho alheio) e a dos escravos (que desempenhavam a tarefa social do trabalho, porém eram desprovidos das riquezas que produzem). Essa é a forma celular histórica que atinge a nossa sociedade “civilizada” e que dura até os dias de hoje, na qual a riqueza de uns se produz à custa da exploração e da repressão de outros.

[...] juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, 2010, p. 18).

No capitalismo, esses mecanismos evoluíram com o processo de assalariamento da força de trabalho humana, estendendo-se para a usurpação dos meios de produção, reforçada com o paulatino processo de cercamento das terras comunais, cerceando o acesso à terra que antes possibilitava ao homem a liberdade de se produzir para sua própria subsistência, e que se tornará por meio de sua

renda o movimento que levará a terra a se transformar em um importante meio de produção de riqueza capitalista.

Engels aponta que a instituição Estado e sua constituição se dá historicamente, reproduzindo todos os conflitos e contradições entre as classes sociais.

(...) uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais... que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo da propriedade, que se desenvolviam uma sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas – uma instituição que em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em possuidora de explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 2010, p.127).

Lenin, ao fazer um profundo resgate dos escritos de Marx e Engels sobre o Estado no livro intitulado ***O Estado e a Revolução (2010)***, afirma que o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Segundo o autor, “o Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis” (LENIN, 2010, p.27).

Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. [...] Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes (LENIN, 2010, p.27).

É para garantir o funcionamento da sociedade de classes que surge historicamente como um instrumento de controle político da sociedade o Estado. Este organismo se torna então uma necessidade da classe dominante, um meio institucional de legitimar e de garantir que a sociedade de classes e todos os seus mecanismos de exploração e de produção de riqueza funcionem e permaneçam intactos. O Estado, desde seu surgimento no decorrer da história, independente do

período em que este organismo possuiu maior ou menor força, sempre serviu como um instrumento de perpetuação da desigualdade, em qualquer que fosse o modo de produção existente.

Marx (2004) afirma que na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada.

Poulantzas (2000) aponta que o Estado, embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas relações de produção, e assim em sua reprodução. Para o autor, o papel do Estado em relação à economia modifica-se não somente no decorrer dos diversos modos de produção, mas também, segundo os estágios e fases do capitalismo.

Para Engels (2010), o Estado antigo foi, sobretudo, um mecanismo político utilizado para que os senhores de escravos mantivessem os mesmos subjugados; no feudalismo, o Estado foi o organismo que consubstanciou para que a nobreza pudesse manter a sujeição dos servos e camponeses ao seu alcance; enquanto o Estado moderno fundou-se como instrumento do capital ao se tornar a base de sustentação para o apogeu econômico do capitalismo; consolidando-se como força estruturadora de sua expansão; desenvolveu como um corsário do capital o papel de conquistador, passando a estabelecer pilhagem e guerras contra outros Estados, com o objetivo de expandir e conquistar novos territórios para a sua exploração.

Mas foi criando uma convivência harmônica na relação capital/trabalho, no qual coube ao Estado minimizar os conflitos e os efeitos dessa relação de classe, que este organismo se fez mais eficaz. Neste intento, “o Estado passa a organizar o trabalho de modo que seja possível o aumento da produção, tendo como essencial nesse processo a apropriação da natureza, sua transformação em necessidades do capital, mediante a divisão social do trabalho” (CONCEIÇÃO & SOUZA, 2010, p.2).

O capitalismo é, portanto, um sistema poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado; estas três dimensões fundamentais são materialmente constituídas e inter-relacionadas, sendo impossível superá-lo sem a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende. Sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais), o sistema sociometabólico do capital torna-se limite incontrolável (MESZÁROS, 2002).

Segundo Conceição (2012), o sistema do metabolismo societal do capital, constituído no tripé Estado - capital - trabalho, é estabelecido de forma indissociável e interligado por relações dialéticas e contraditórias. Para a autora, o trabalho, como fenômeno condicional da existência social humana, e movimento na relação sociedade – natureza, torna-se cada vez mais objetivado em detrimento da subjetivação constante do capital.

A relação metabólica estabelecida pelo homem com a natureza se efetivou pelo trabalho como condição básica da existência humana e necessidade vital para reprodução dele como trabalhador. É, então, com base no trabalho que, ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si mesmo se faz um autêntico ser social; portanto, o trabalho cria o próprio homem, que passa a desenvolvê-lo como valor de uso, como realização do Ser (CONCEIÇÃO & SOUZA, 2010, p.3).

O capitalismo difere de outras economias porque produz, de um lado, uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho e de outro lado, uma classe que domina somente sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver. Neste sentido, a classe que trabalha é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção (SMITH, 1989).

Sustentando-nos nas fundamentações basilares de Karl Marx, podemos compreender que a dominação do capital sobre a vida social<sup>3</sup> alienou o homem da sua própria obra, tornando-se estranho a ele. Homem e trabalho apartados dos meios de produção aparecem inconscientemente na sua consciência separados do seu mundo, como se já não fizessem parte do mesmo processo. Uma relação de igualdade que fora forjada entre os indivíduos livres para que estes pudessem vender sua força de trabalho aos capitalistas compradores da força de trabalho disponível. Funda-se deste modo, o domínio dos capitalistas sobre o processo produtivo, como proprietários dos meios que possibilitam a sua realização, ao trabalhador restaria a sua capacidade de produzir.

Portanto, não é de modo algum acidental que as relações sociais e de produção são alteradas, separadas da sua própria natureza, para se constituírem em um organizado modelo econômico dominante da vida social, esvaziada de significado, cindida numa realidade alienante e de aparente aceitação natural. Sem uso da força ou de grilhões, esta relação contratual entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho é legitimada e institucionalizada pelo Estado.

Enquanto que em outras épocas a relação de escravidão ou as relações feudais de servidão se constituíam impulsionadoras da produção, no capitalismo uma névoa encobre essa relação e ela aparece invertida: a produção é que é o pretexto para a relação de exploração assalariada e a opressão fica encoberta, aparece como uma livre relação de trabalho (DANTAS, 2008).

De forma hipnótica, como forma de tornar o trabalho alienado, esse modo de produção alterou no imaginário do trabalhador a sua própria percepção do trabalho, deste modo, a forma e o conteúdo social do trabalho foram negados e escamoteados, separando o trabalhador do que ele produz, “o que era finalidade básica do ser social, a busca de sua realização produtiva e improdutiva no e pelo trabalho, transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho deixa de ser o da

---

<sup>3</sup> - A economia toda tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser durante essa conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. Essa exibição incessante do poder econômico sob a forma de mercadoria, transfigurou o trabalhador humano em trabalho-mercadoria, em assalariado. (DEBORD, 2002).

necessidade vital para ser de valorização do capital” (CONCEIÇÃO & SOUZA, 2010, p.2). O trabalhador perde, portanto, todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada. Assim, temos uma separação invisível do trabalhador do produto de seu trabalho, criador e criatura são apartados<sup>4</sup>, para ambos tornarem-se formas banais de mercadorias descartáveis, apenas produto dissolvido em valores de troca.

Desde a Revolução Industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem ocupar toda a vida social. “Essa dominação da mercadoria sobre a economia exerceu-se primeiro de modo oculto, pois a economia, como base material da vida social, era despercebida e incompreendida” (DEBORD, 1997, p. 41).

Segundo Marx (2004), a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do trabalho, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente à margem deles, entre os produtos do próprio do seu trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do próprio trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.

Conforme aponta (LEFEBVRE, 1969), a multiplicação e a complexificação de relações com a mercadoria, não poderia continuar sem que existissem locais e momentos privilegiados, sem que esses lugares e momentos de encontros se aprisionem nas coerções do mercado, sem que a lei do valor de uso seja dominada para dar lugar ao valor de troca, sem que se modifiquem as relações para que se condicionem o lucro.

---

<sup>4</sup> - Com a separação generalizada entre o trabalhador e o que ele produz, o trabalhador perde todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, e conseqüentemente, toda a comunicação pessoal e direta entre os produtores, apagando da memória o conteúdo social do trabalho. Tem-se aí a vitória do sistema econômico da separação, é a proletarização do mundo. (DEBORD, 1997).

Dessa forma, tanto no campo quanto nas cidades, temos a materialização das mais variadas combinações entre expropriação, subordinação, sujeição e dominação do trabalho pelo capital, processo viabilizado pelo Estado.

A sustentação desse sistema econômico impõe uma barbárie sem fim ao campo e a cidade. No campo, a parceria histórica entre latifúndio, capital e Estado corrobora para a cristalização desse cenário de expropriação da terra e do trabalho do homem camponês, sustentáculos que perpetuam arranjos políticos e sócio territoriais que se organizam pelo e para o capital por onde passam, postulando impiedosamente um rastro de devastação da terra e da degradação humana.

### **1.1. As múltiplas conexões capitalistas que tecem o espaço agrário brasileiro**

No Brasil, a trajetória da expansão do capital provocou um vertiginoso alastramento, mudanças desencadeadas por intensas transformações sociais e espaciais contidas no bojo de sua expansão. Para Martins (2010), o processo de transição de um Brasil com fortes laços coloniais, para presidir o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo teve seu próprio percurso e o seu próprio ritmo. Uma transição que tem se estabelecido de forma “vagarosa, extraviada nos atalhos de inovações sociais econômicas tópicas, que nos permitem ser o que somos e chegar aonde não podemos” (MARTINS, 2011, p.10).

Para se compreender o substancial dessa singularidade histórica do desenvolvimento capitalista no Brasil, período que foi profundamente analisado por Martins, faz-se necessário levar em conta uma diferença fundamental desde sua gênese — fato que condenou a entrada do mundo capitalista, centrado num modelo de economia altamente concentracionista. Para o autor, uma vez diluída a escravidão<sup>5</sup>, foi imposta a lógica do cativo da terra, presidida pelo capital e pelo

---

<sup>5</sup> - Aponto como fim da escravidão como modelo de produção econômica predominante em nosso país, pois apesar de não termos a escravidão como matriz econômica, essa prática não desapareceu, ainda existem várias evidências de trabalho escravo em inúmeras fazendas e até mesmo em fábricas.

latifúndio, por intermédio do Estado com seus artifícios jurídicos institucionalizou a terra para a difusão e consolidação do capitalismo, garantiu a expropriação da mais-valia e concentrou as riquezas sociais do trabalho nas mãos de quem não o produz avolumando a reprodução ampliada do capital.

Assim, para que a ditadura do latifúndio e a reprodução do capital fossem asseguradas, socializaram-se com toda a população os custos do desenvolvimento de novas relações de exploração de trabalho e de produção em substituição à escravidão, por meio da instauração do cativo da terra, matriz histórica da sociedade que vivenciamos hoje. “O país inventou a forma simples de correção laboral do homem livre: se a terra fosse livre o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (MARTINS, 2010, p.10). No nosso caso, segundo o autor, optou-se pela transição do trabalho escravo para um modelo de trabalho livre, fundado como mediação irremovível do capitalismo. A propriedade da terra é institucionalizada por meio da legitimação do Estado, como propriedade territorial capitalista.

Tratou-se em suma de introduzir um novo modelo de acumulação de riquezas, protagonizado pelas elites nacionais e internacionais. Esse foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condena ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar (MARTINS, 2011).

Para o autor, muitos países como o Brasil adentraram no mundo moderno antes de terem transformado profunda e radicalmente suas elites tradicionais. Antes que essas elites fossem alcançadas pela onda da modernização social e política que no século XIX se difundiu a partir dos países de ponta do desenvolvimento econômico, o latifúndio se modernizou com avanços da ciência e da tecnologia, mas não se divorciou da tradição ideológica que nos regula na dinâmica do rentismo.

Adaptando-se a sua maneira ao mundo da modernidade industrial, reflexo do capitalismo de extremos desencontrados, as elites oligárquicas vestem a máscara do liberalismo e das concepções políticas modernas, sem abrir mão de seus compromissos com a tradição e o latifúndio antiempresarial, entorpecedor do progresso, e de suas teias de clientelismo político que se mantêm muito aquém da política e até da civilização (MARTINS, 2008, 2010, 2011). Desempenhando historicamente um papel determinante como fonte principal das exportações agrícolas do mundo, sujeito a manobras especulativas por parte dos trustes internacionais, a economia brasileira passou por importantes transformações para integrar-se ao sistema mundial do capital. No contexto da expansão monopolista do capital, a economia brasileira torna-se objeto de manobras especulativas do mercado internacional, (GUIMARÃES, 1989).

Diante da primazia política urbano-industrial, o monopólio das oligarquias agrárias se desfez com a evolução tecnológica, da industrialização e da crescente força política da elite industrial. Os recursos e os investimentos que banquetevam coronéis e latifundiários foram redirecionados do campo para dar lugar ao desenvolvimento do capitalismo industrial da cidade. Para os proprietários fundiários, restou-lhes um único caminho: integrar-se ativamente ao novo sistema produtivo urbano. Mas a lógica econômica que os moverá não irá diferir do sistema latifundista, uma vez que não desaparece a base de sustentação econômica rentista.

Diante da urgência da modernização do processo da urbanização/industrialização, a hegemonia do latifúndio se decompõe, e o império do sistema latifundiário entrou em crise. Sua crise só não foi maior “porque a mesma contribuiu para o conclave da elite agrária em torno dos problemas que a afetavam, que tratou de consubstanciar sua unificação em torno medidas a serem exigidas ao Estado” (GUIMARÃES, 1989, p.167-168), assegurando e preservando as relações capitalistas por meio de obtenção de auxílios e favores que nunca mais a elite agrária dispensaria. Como um animal que ao ter escassez de alimento muda de cardápio alimentar, para que fosse garantida a manutenção de seu apetite por poder, terras, riquezas e privilégios, as elites agrárias adaptaram-se aos ditames da industrialização nascente.

Segundo Conceição (2012), desde os anos de 1930, sob a hegemonia da ditadura varguista, têm sido montadas políticas conciliatórias para a garantia da livre circulação do capital. As alianças regionais de classes sob o signo da fusão latifúndio e indústria, viabilizando a sujeição da renda da terra, por meio de negociação política, característica do Governo Vargas, possibilitaram a solidificação do capital produtivo industrial via instalação da economia de base.

A partir dos anos de 1930, a pauta das importações passou a associar-se à necessidade de bens do capital e insumos para a indústria nacional, levando o Estado a assumir papel determinante na orientação do desenvolvimento (LISBOA, 2007, p. 63). A urbanização consolida-se cada vez mais intensificada e o Estado garante o contorno espacial adequado à conformação da industrialização. Provocando (re)configurações geográficas e geopolíticas de produção do espaço e de apropriação do território, o desejo de acumulação do capital cria e recria novos ambientes destruindo os antigos e até mesmo a própria percepção de tempo e espaço se altera, (re)estruturando e (re)constituindo a economia, seus agentes político-econômicos e os poderes e práticas do Estado, mantenedores do regime de acumulação. Transformações criadas para satisfazer estritamente a imensa fome de mais-valia do capital, necessárias e garantidoras do constante processo de acumulação capitalista.

Operando em nome do desenvolvimento capitalista, o meio técnico-científico se impõe no campo, urbanizando e submetendo o trabalho agrícola à lógica industrial. À medida que o cotidiano urbano entra no espaço rural, os valores de urbanidade impõem-se marcadamente no campo, misturam-se rapidamente em novos e velhos elementos como partes do processo de modernização na alteração das relações de produção (CONÇEIÇÃO, 1991). Padroniza-se a forma de pensar capitalista, e o urbano imposto ideologicamente como moderno, ganha um aliado importante para a sua disseminação: os meios de comunicação por intermédio principalmente do assédio da TV, tecendo a imagem de um campo posto como atrasado o incide a se construir mediado por relações sociais de mentalidade urbana.

Segundo Conceição (1991), a cidade passa a representar o sonho da sua não realização no campo. Para a autora, aos poucos, a forma de pensar capitalista urbanizada vai quebrando a resistência do estar, ficar no campo; entretanto, antes de representar a negação de ficar na terra, ficar com a terra, o sonho representa a certeza de não querer passar necessidade.

Ao contrário da libertação do homem, a ciência e a tecnologia serão manipuladas e desenvolvidas para que se tornem instrumentos garantidores da escravização do homem. As relações de trabalho mediadas por meio de inovações tecnológicas e de novos processos de produção<sup>6</sup> se restringem à expansão da produção de mercadorias e ao aumento da produtividade do trabalho.

Para Marx (2004), quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode-se reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada, tanto mais pode-se aumentar a intensidade do trabalho. Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade. No entanto, para o autor, no modo capitalista de produção, ao mesmo tempo em que impõe economia em cada negócio particular, produz-se, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas.

Na sociedade capitalista consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho (MARX, p. 602, 2004).

---

<sup>6</sup> - No livro a Condição Pós-moderna (2009), David Harvey nos fornece uma reflexão sobre as rápidas mudanças econômicas e sociais protagonizadas pelo modernismo e do pós-modernismo, bem como identifica o grau de utilidade que eles terão no seio do desenvolvimento capitalista.

Carvalho (1982) assinala que a natureza monopolista dependente do desenvolvimento capitalista no Brasil estimula a importação e a geração endógena de tecnologias que requerem insumos e processos de elevada dependência ao uso de capital intensivo. Face às diferenciações entre os estágios tecnológicos dos mais distintos processos de produção e à interdependência entre eles, essas tecnologias condicionam os processos de trabalho de amplos setores da economia nacional aos interesses monopolistas e monopsônicos, induzindo o conjunto da economia a uma dinâmica de concentração e centralização capitalistas cada vez mais intensas.

Harvey (2009) considera que o surgimento os avanços na tecnologia e dos processos de produção na organização da fábrica são dirigidos somente a obter a máxima intensidade de trabalho, garantindo a alta produtividade das mercadorias, gastando-se o mínimo em salário e em tempo para se produzir. Esses avanços tecnológicos também garantiram que a circulação se efetive por meio da mobilidade geográfica e pelos eficientes sistemas de transporte e comunicações, enquanto o consumo é mediatizado pelas rápidas mudanças nas práticas de consumo, via acessão dos mercados de massa, da intensiva publicidade e da moda de massas.

No Brasil, este processo se acentua com a 2ª Guerra Mundial na Europa, no qual ocorre um período de florescimento do comércio exterior brasileiro, diante de uma grande redução da oferta mundial de alimentos agrícolas e do desaparecimento de artigos importados, fomentando-se um expressivo desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais, intensificando o mercado interno.

Esse contexto internacional é destacado por Chesnais (1996), caracterizado pelo apogeu do domínio econômico dos Estados Unidos, com grande crescimento econômico-militar, impulsionado pela reconstrução após a Guerra Mundial, do apogeu do dólar como principal moeda padrão de reserva mundial em substituição ao padrão-ouro, e pelo período “fordista”, no qual incorporou inovações tecnológicas a novas relações de produção<sup>7</sup> e uma detalhada divisão do trabalho, proporcionando

---

<sup>7</sup> - Apesar de Taylor, em *Os Princípios da Administração Científica*, publicado em 1911, ter produzido um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho poderia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho. Foi Henry Ford, em suas fábricas de automotivos, o pioneiro na introdução de uma forma corporativa de organização da produção, racionalizando velhas tecnologias e estabelecendo uma detalhada divisão do trabalho, no

ao capitalismo grande expansão. É nessa fase que as políticas nacionais e internacionais se instituíram para atender aos requisitos da produção fordista enquanto que “uma onda de fusões e de formações de trustes e cartéis já haviam se firmado no final do século XIX” (HARVEY, 2009, p.121).

Após a 2ª Guerra Mundial, em **Breton Woods**, mais de 730 delegados de 44 países do mundo se reuniram para definirem uma Nova Ordem Mundial. Acatou-se a partir desta data um fundo de reserva encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro mundial, além de ajudar a reconstruir os países arrasados pela Guerra, principalmente a Europa Ocidental e o Japão. É neste contexto que surge o FMI<sup>8</sup> e o BIRD<sup>9</sup> também chamado de Banco Mundial, tornando-se ideologicamente os mensageiros da Paz via supremacia do poder político-financeiro dos Estados Unidos. Generaliza-se a partir de então as instituições internacionais que ganham relevo e substância no cenário político-econômico mundial, por meio uma forma peculiar de política de disseminação e conservação do capital protagonizada principalmente pelo Grupo Banco Mundial, imposta segundo Pereira (2010), por meio de arranjos, correlações entre grandes empresas, fundações e governos e de preparação intelectual de dirigentes, apoiando-se em inúmeras e variadas imposições e sanções para a consolidação internacional do capital nos mais diferentes países.

Referendado ou incorporado institucionalmente, esse grande arcabouço de correligionários do capital ditam de forma maniqueísta a política econômica, penetrando como política de Estado nas Políticas Públicas de diversos países, que entram no jogo de cartas marcadas, aliciadas por quantidades cada vez mais imponentes de capitais em valorização.

---

qual seguindo padrões rigorosos do tempo e do movimento, cria uma nova política de controle e gerência do trabalho, garantindo um salto no desenvolvimento da produção em massa de mercadorias (HARVEY, 2009).

<sup>8</sup>- Fundo Monetário Internacional.

<sup>9</sup>- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

A partir deste momento, tem-se a crescente participação das transnacionais e de Bancos no exterior, principalmente norte-americanos, agindo em especial na Europa e em alguns países da Ásia e da América do Sul, a exemplo do Brasil, México, Argentina, dentre outros. Abrem-se oportunidades de expansão do capital que indubitavelmente serviram para avolumar o domínio mundial estadunidense. Para a sua consolidação, foi também necessário conceber um novo modelo de regulamentação e de mecanismos de uso dos poderes políticos-institucionais e o Estado é direcionado a assumir novos papéis e obrigações<sup>10</sup>, numa combinação de políticas fiscais, monetárias, protetoras e de bem estar social, para que se garantisse a obstinante aventura lucrativa por mercados de consumo rumo à internacionalização da produção.

Na medida em que a produção em massa, que envolvia uma quantidade de pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos presumindo-se com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público etc. [...] vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e empregos. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. (HARVEY, 2009, p.129).

“O Estado do *Well Fare*, chamado para regulamentar as políticas da esfera pública, tornou-se o guardião do planejamento, das mazelas territoriais, diante da escala crescente da pobreza local, nacional, mundial” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 167). Porém, enquanto os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas desenvolvidos se elevaram consideravelmente à custa da exploração de outros territórios e de trabalhadores, para os trabalhadores dos países ideologicamente chamados de “subdesenvolvidos”, esse processo avassalador de modernização e desenvolvimento do capital, materializou-se em inúmeras formas de domínio e de opressão e expropriação, promovendo a destruição de culturas locais tradicionais para dar lugar a um modo de vida que nada

---

tinha a ver com qualidade de vida, senão para uma minoria elitizada, aprisionando-os no *status quo* econômico, político e social da miséria, como meros descartáveis consumidores de industrializados.

Neste contexto, o espaço agrário brasileiro sofre várias transformações em sua estrutura, sob a ideologia da então chamada “modernização conservadora” que avoluma e intensifica a expansão do capitalismo no campo a partir do processo de industrialização no Brasil e da modernização da produção agrícola, provocando profundas e irreversíveis transformações no do espaço agrário brasileiro.

Conforme Conceição (2012), as estratégias para a modernização, sob a direção do Estado, tinham como propósito a institucionalização de macrorregiões a fim de neutralizar as oligarquias regionais e instalar as bases para a modernização, via instalação de polos de crescimento e organizar o território mediante interligações de circuitos nacionais e internacionais, de fluxos financeiros e de mercadorias. Para a autora, o discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses do campo, permitindo o processo de subsunção do trabalho ao capital. “Antes de favorecer a fixação do pequeno agricultor no campo, o modelo da modernização da agricultura no campo brasileiro foi um dos principais fatores da elevada desigualdade de renda no campo e na cidade” (CONCEIÇÃO, 2012, p.137).

Para a implantação da modernização do campo, o Estado implementou uma série de políticas de planejamento com a proposta de difundir a tecnologia e gerar desenvolvimento. O campo tornou-se a principal área de interesse do capital, uma vez que a sua inserção ao cenário mundial tornou-se possível através das políticas de incentivos a cadeias produtivas integradas ao mercado, por meio do estímulo à ocupação de fronteiras, e atendendo à grande demanda de trabalhadores que se desloca do Sul e Centro Oeste do país atraídos pela possibilidade de trabalho. Esse modelo de desenvolvimento do país, especialmente o processo de modernização da agricultura, teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, gerando concentração e exclusão, “subordinando o trabalho familiar, através da monopolização da produção para a exportação, transformando

os produtores familiares em trabalhadores para o capital” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 2), uma vez que essa monopolização tem levado à perda do domínio do camponês sobre a terra, passando a produzir em função dos interesses capitalistas.

A estratégia da modernização adotada se efetivou como uma renovação tecnológica com utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de força de trabalho, com tendência à especialização da mesma. Não se alterou a estrutura fundiária, pelo contrário, a opção foi pelo modelo concentrador, enquanto a reforma agrária foi negada e substituída pela política de colonização como única alternativa para a questão agrária, via o incentivo à colonização de terras devolutas na fronteira da Amazônia para os “sem terra”, principalmente no Nordeste e do Sul do país. Não se alteraram as amarras e os massacres provocados pela estrutura fundiária estabelecida por um modo de produção profundamente concentrador, injusto, com imensuráveis formas de exploração do trabalho, contra os desterrados e desvalidos do campo, agravada mais ainda em virtude da intensificação da concentração da propriedade da terra e da crescente expansão do capitalismo no campo nos últimos anos.

A organização espacial e a expansão geográfica se tornam produtos necessários para o processo de centralização e acumulação capitalista criando e recriando processos geográficos desiguais. A totalidade das relações organizadas e produzidas no espaço constitui a expressão máxima da estrutura do modo de produção vigente.

## **1.2. O espaço imerso na lógica do processo de desenvolvimento contraditório e combinado do modo capitalista de produção**

Cada modo de produção implica em diferentes formas de organização da sociedade provocando rebatimentos materializados no espaço geográfico, resultantes de relações sociais de produção, numa constante espacialização da sociedade em um contínuo movimento de apropriação espacial e de transformação da natureza. É a partir da base material, da produção para a satisfação de necessidades humanas que o espaço é produzido. Assim, “todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 2004, p. 661), logo, “a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é o resultado lógico da produção da natureza” (SMITH, 1988, p. 109).

Em sua análise, Marx já apontava a capacidade do modo de produção capitalista dominar, organizar e submeter o espaço e seus diferenciais geográficos para atender aos seus interesses da produção, circulação, consumo. Para David Harvey (2005), é possível notar a importância do espaço e do lugar na perspectiva marxista, apesar da dimensão espacial nos escritos de Marx, que são poderosas na dimensão do tempo, se apresentar mais frágil em relação ao espaço. Tal importância em suas obras pode ser notada por meio do intenso debate sobre a oposição entre a cidade e o campo, a importância da divisão territorial do trabalho, a concentração de forças produtivas em aglomerados urbanos, os diferenciais geográficos no valor da força de trabalho e inclusive na operação da lei do valor, e a importância de reduzir as barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações.

Diante da busca desenfreada por acumulação de capital, “a lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital conformando regiões” (OLIVEIRA, 2004, p. 41). As

desigualdades de desenvolvimento entre países, ou dentro de um mesmo país, foram tema de discussão de inúmeros estudiosos, e vários argumentos foram expostos como forma de explicar a desigualdade. Mas foi Leon Trotsky (2007) que apontou a existência da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Sua análise vislumbra sobre a Rússia diante do processo de transformação do país no início do século XX, mas serve como substancial análise para se explicar a realidade de diversos países que são arrebatados pelo capitalismo. O autor faz a reflexão de que enquanto a expansão e o desenvolvimento do modo de produção capitalista em alguns países já foram experienciadas, a outras nações se impõem condições de um capitalismo que possibilitaria a consolidação de um modo de produção desigual, marcado pela disseminação da desigualdade.

[...] o desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura, decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. (TROTSKY, 2007, p. 21).

Analisando a teoria do *Desenvolvimento Desigual e Combinado do Capital* de Trotsky (2007), Neil Smith (1989) faz a leitura da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital no espaço, com o objetivo de descobrir a lógica teórica da reestruturação do espaço geográfico e os padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista. Sob seu constructo teórico, podemos compreender como as contradições se expressam no espaço, gerando configurações espaciais, níveis e condições de desenvolvimento diferenciados, estabelecidas pela divisão do trabalho e do movimento oscilatório do capital por meio da diferenciação e da equalização geográfica.

Em suas análises, Neil Smith (1989) coloca que o desenvolvimento desigual é tanto o produto, quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Torna-se produto, uma vez que é altamente perceptível na paisagem do capitalismo, tal como foi talhada a diferenciação entre espaços ou regiões desenvolvidas e

subdesenvolvidas, o centro e periferia nas cidades, o campo e a cidade, etc. e torna-se premissa, uma vez que o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio da análise da produção capitalista da natureza e do espaço, visivelmente estampada na paisagem geográfica.

Constituída pelo discurso da formação histórico-econômica baseada em torno da oposição dual de um setor “atrasado” e de um setor “moderno”, o conceito de “subdesenvolvimento” foi uma produção ideológica da expansão do capitalismo uma vez que ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia -, deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como Brasil (OLIVEIRA, F. 2008). Sob o discurso do subdesenvolvimento, sem se questionar as causas que engendraram a desigualdade, o território e o trabalho produtivo nos países pobres foram reorientados, condicionando-os as regras e necessidades de obtenção do lucro do capital.

No suposto discurso de dirimir as disparidades regionais das forças produtivas, desde a década de 1940, em pleno período ditatorial, o desenvolvimento regional se torna a unidade escalar das políticas públicas do Estado, através de discursos e de programas governamentais, que passam a implantar um rearranjo de forças políticas e econômicas, visando aumentar a produtividade, por meio de uma nova proposta de desenvolvimento econômico, baseado num projeto industrializante de envergadura nacional. Com o discurso de que os espaços desiguais são possíveis de serem corrigidos por meio de reordenamento espacial, o Estado reorganiza territorialmente a relação capital e trabalho transformando a estrutura regional em centro-periferia, através de políticas públicas, que se tornam a garantia da inserção da região no circuito capitalista da economia mundial. A falácia do desenvolvimento regional se constrói na perspectiva da Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via a divisão social e territorial do trabalho, torna o país urbano, materializado por um intenso processo de metropolização (CONCEIÇÃO, 2005).

Segundo Lisboa (2007), a ascendência de uma nova proposta de desenvolvimento nacional significou um programa nacional de desenvolvimento,

sustentado pelo Estado, com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia, bases para o fortalecimento da industrialização.

[...] processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das altas tarifas sobre os bens importados e no seu controle direto, além do acesso a bens de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima necessária à modernização da base de produção industrial (LISBOA, 2007, p. 67).

Várias instituições ligadas ao Estado brasileiro, especialmente a SUDENE, promoveram a implantação dos Distritos Industriais nas principais capitais brasileiras, elegendo-os como Polos de Crescimento, que com fartos subsídios estatais tinham como propósito lograr a produtividade em diversos setores, a fim de aumentar o conjunto da riqueza nacional.

No Nordeste, sob a coordenação da SUDENE, foram impulsionados projetos locais integrados, de suporte nacional e mundial, a exemplo dos Distritos Industriais que serviriam como Polos de Crescimento, com propósito de aumentar a produtividade e gerar desenvolvimento e riqueza em diversos setores. Consolidando os papéis instituídos pela divisão nacional e internacional do trabalho e condicionadas pelo processo de desenvolvimento regional, as diversas políticas implantadas pelo Estado geraram a centralização e concentração do capital no eixo Centro-Sul do Brasil, no qual ao Nordeste caberia o papel de consumir produtos industrializados e insumos comprados na região Sudeste, bem como abastecer as demandas de matérias primas e de força de trabalho das indústrias, metrópoles e centros regionais ditadas pela lógica da mobilidade do capital.

Neste sentido, a “organização espacial” e a expansão geográfica se tornam necessárias para o processo de centralização e acumulação capitalista criando e recriando processos geográficos desiguais. O campo brasileiro foi imerso dentro da lógica do processo de desenvolvimento contraditório e combinado do modo capitalista de produção, isto é, ao mesmo tempo em que se avançam relações especificamente capitalistas de assalariamento do trabalho e de articulações com a

propriedade fundiária absorvendo a renda da terra, contraditoriamente reproduzem-se relações camponesas de produção baseadas no trabalho familiar.

É a partir da metade da década de 1950, que começa a expandir com toda força o processo de internacionalização da produção que passa a extrair de maneira ampliada mais-valia dos países periféricos. Nesse período, a Europa e o Japão já haviam se reconstruído da devastadora 2ª Guerra Mundial e recuperado seu mercado interno, provocando a saturação de mercados consumidores. A saída então foi criar escoamento para o excedente da produção. Para a realização e acumulação de capital, centenas de milhares de filiais pelo mundo a fora repartiram e transformaram o planeta numa esfera única de investimento. “Esse processo produziu um fenômeno novo no modo de produção capitalista [...] até então, os oligopólios capturavam a mais-valia dos países periféricos por meio do comércio mundial e da exportação” (COSTA, 2011, p.26).

A necessidade do desenvolvimento geográfico desigual para a sobrevivência do capitalismo conduz à espacialização em todas as dimensões escalares. Para o entendimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, bem como o sentido real de sua dispersão, de sua descentralização e reestruturação produtiva, Smith (1989) destaca a necessidade da compreensão da escala. O autor demonstra a existência de três escalas que “surgem com a produção do espaço sob o capitalismo: o espaço urbano, a escala da nação - Estado e o espaço global.” (p. 196). Essas escalas, transformadas nas mãos do capital, tornam-se fundamento geográfico para a sua circulação e expansão.

O espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes, somente pode ser compreendida em termos do espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo (SMITH, 1989, p. 130).

Na escala urbana, através da centralização e da descentralização, o capital encontra a sua mais perfeita expressão geográfica, em que o urbano é capitalizado como espaço absoluto de produção. Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido “[...] entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos – indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante.” (SMITH, 1989, p.199). Enquanto que a escala internacional é puramente um produto da tendência para a igualização.

A escala global aparece na forma do mercado mundial, espaço absoluto da propriedade privada, no qual o capitalismo define a escala global precisamente à sua própria imagem. A importância da escala global só surge quando “a desvalorização e a crise surgiram, a divisão do mundo em nações-Estados provou ser um mecanismo capaz de deslocar os efeitos mais destrutivos da competição do nível econômico para a esfera política do Estado.” (SMITH, 1989, p. 206). A escala da Nação-Estado é importante para a manutenção do modo de produção capitalista, garantindo as leis nacionais de forma integrada com as leis internacionais, possibilitando a continuidade do modo de acumulação. O autor salienta que a determinação dos limites da escala da Nação-Estado não vem diretamente da dialética da igualização e da diferenciação. Apesar de ser uma consequência dessa relação, é, na verdade, “politicamente determinada por uma série de acordos históricos, por compromisso e por guerras” (SMITH, 1989 p. 205). Nessa escala, o capital territorializa-se por meio da divisão do mundo em Estados - Nações separadas, na medida em que, todo o globo é dividido em partes, separadas em grandes cercas, reais ou imaginárias; isso é tão necessário ao capital, quanto à divisão geográfica da propriedade. Essa organização geográfica, conforme o autor, tem contribuído notadamente para organizar a expansão e a acumulação do capital.

A totalidade das relações organizadas e produzidas no espaço constitui a expressão máxima da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. O espaço geográfico não deve ser compreendido meramente por meio da soma de relações separadas compreendidas em suas partes, ele só pode ser compreendido como uma expressão da relação entre o capital, o trabalho e o Estado. Neste sentido, compreender essa relação é buscar entender que as transformações e

alterações espaciais que se inscrevem nos diferentes espaços do cotidiano em suas distintas escalas de análises devem ser refletidas a partir da leitura dos processos contraditórios no qual eles estão escritos.

Através da concentração da produção e da centralização, o capital lança suas bases por meio da dominação do campo político. Para isso, o capital se utiliza amplamente de meios políticos, arrastando atrás de si o aparelho do Estado, em sua luta pelos mercados, na ânsia pela apropriação espacial. A produção do espaço geográfico no seio do capitalismo, enquanto base material para o desenvolvimento de sua sociedade se apresenta como o espaço dos conflitos entre os interesses de classes antagônicas. Por meio do entendimento de que essas transformações e alterações espaciais são produto de conflitos e de relações contraditórias, entre as classes sociais que se materializam no espaço, seja no sentido da territorialização do capital e da propriedade privada, acumulando riqueza, extraindo mais-valia dos trabalhadores do campo e da cidade; quanto por meio da territorialização dos conflitos e das contradições a partir da atuação dos não detentores dos meios de produção, o proletariado, os camponeses e outros povos tradicionais, na luta pela terra e pela reprodução da vida.

### **1.3. O “novo/velho” papel do Estado na gestão das crises de produção capitalista e a nova lógica acumulativa do capital conduzida pelas forças de liberdade econômica e política**

Desde a década de 1970, tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade de se conter as contradições do “modelo rígido”<sup>11</sup> de produção capitalista. Processo intensificado ainda mais com a competitividade internacional por mercados consumidores, suscitando uma onda de industrialização competitiva em ambientes novos, facilitado pelos incentivos estatais e por possibilidade de exploração ampliada de mais valia, uma vez que os contratos trabalhistas eram fracos ou inexistentes. A Europa, o Japão e vários países recém-industrializados, desafiam a hegemonia econômica dos Estados Unidos, ao ponto de levar à bancarrota o rígido sistema fordista e provocar a desvalorização do dólar. Segundo análises de David Harvey (2009), esse modelo produtivo já apresentava sinais de saturação, uma vez que: cada vez mais definhava-se a queda de produtividade; a inflação começou a solapar o dólar e a rigidez dos investimentos de capital fixo a longo prazo promove a redução do poder norte-americano de regulamentar o sistema financeiro; de um lado, ondas de greves diante da exacerbada exploração do trabalho; de outro, a rigidez dos contratos trabalhistas atrapalhavam a acumulação de mais valia do capital. Deste modo, o Estado já não consegue conciliar políticas que garantam a possibilidade de expansão do capital e ao mesmo tempo garantir que os programas de assistência social se efetivem, pois agora tinham déficits públicos elevados. A inflação levava a balanças comerciais negativas e a crise fiscal de recursos e de legitimidade do Estado, à medida que a sua ação na economia e nos gastos sociais diminuem.

A competição internacional intensificou a disputa por espaço no mercado, enquanto que o mundo capitalista ia sendo paulatinamente afogado pelo excesso de fundo de capitais buscando valorização. Em 1973, tem-se instituída a primeira grande recessão do pós-guerra, obrigando as corporações a entrarem num período

---

<sup>11</sup> - Segundo análises de David Harvey (2009), essa rigidez se pauta na incapacidade de flexibilidade do fordismo e do keynesianismo, que se mostravam rígidos diante da demanda cada vez mais latente de flexibilização do modelo produtivo de acumulação de capital.

de racionalização da produção; reestruturação e intensificação da exploração do trabalho; enquanto que a mudança tecnológica para a automação e a criação de novas necessidades de consumo, por meio de novas linhas de produtos e de nichos de mercados, leva a expansão geográfica em lugares onde o controle do trabalho, os encargos sociais são mínimos e a acumulação de mais valia é mais fácil de se realizar (HARVEY, 2009).

Neste processo, em confronto direto com a rigidez do sistema fordista, tem-se a transição do regime de acumulação capitalista e do modo de regulamentação social e política a ele associado, para se consolidar o processo de acumulação flexível. Artíficos que provocam a diminuição do trabalho operariado industrial de base taylorista-fordista ampliado o trabalho no formato da lógica toyotizada. Novo modelo de acumulação que exige uma rápida adaptação às novas condições do mercado ditadas agora pela financeirização da economia. Uma nova lógica acumulativa do capital que traz consigo mudanças estruturais tanto nas relações de produção; nos processos de trabalho; nos domínios da organização industrial; da política de Estado e da vida social. O mundo passa, portanto, por uma radical regulamentação e reestruturação, determinada por uma forma que proporcione manter o regime de acumulação do capital intacto.

Segundo Netto (2008), a política conduzida por uma “elite orgânica” vinculados à o grande capital vem instrumentalizando diretamente via a ação do FMI, Banco Mundial e organismos para implementar as estratégias que lhes são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e direcionada aos chamados “ajustes estruturais” e medidas de menor abrangência.

Para tanto, o centro doutrinário, político, intelectual, operacional e financeiro disseminado e perpetrado pelas autoridades monetárias dos EUA e da Inglaterra, do FMI e Banco Mundial, passou a ser decididamente a promoção do enfoque neoliberal. O corolário explícito desse discurso era que o Estado tornara-se excessivamente grande, ineficiente e intervencionista. Em especial, prescrevia-se como alternativa uma redução significativa do Estado e o aumento do controle privado sobre a economia. Para tanto, promulgou-se a realização de uma agenda coerente de reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola voltada para a

promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva para a exportação de bens primários (PEREIRA, 2010).

Conforme Netto (2008), a necessidade de se “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras” justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas de intervenção do Estado na economia. Contudo, os representantes dos monopólios bem sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandando essa intervenção. É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Os ajustes macroeconômicos centraram-se na contenção de dívidas, bloqueando o acesso dos devedores ao sistema financeiro internacional, condenando à bancarrota e à estagnação os países da periferia, afetando principalmente países altamente endividados como o México e o Brasil. Para os países endividados, a cartilha a se seguir é a do arrocho salarial, do corte de gastos sociais e na redução dos investimentos públicos, e tudo que fosse necessário para assegurar o pagamento do serviço da dívida.

Temas como perdão da dívida e os custos sociais dos ajustes viraram verdadeiros tabus dentro do Banco Mundial, enquanto que as exigências dos credores embutidas nos empréstimos sobrevieram da incorporação de condicionalidades institucionais, simultaneamente, órgãos públicos de vários setores em diversos níveis de governo, com o objetivo de redesenhar por completo a ossatura material do Estado. (PEREIRA, 2010).

Com o discurso em nome da racionalização, da eficácia e da redução dos gastos públicos e da desregulamentação, tem-se a privatização dos mercados e do Estado, instituído pelo Consenso de Washington tem-se conseqüentemente, a aplicabilidade de uma política econômica de rentabilidade lucrativa, da maximização

do mercado, através da diminuição do papel do Estado com a redução das ações sociais, que trouxeram à tona os oceanos de miséria. Neste viés, o Estado deixa de ser o agente direto do crescimento e passa a ser o elemento catalisador e impulsionador da sociedade civil e da empresa privada no combate à pobreza (CONCEIÇÃO, 2005).

A partir desse processo de regulamentação da produção e do Estado, o regime capitalista opera com forças plasmadoras invariantes no desenvolvimento histórico-geográfico do mundo, estratégias de sobrevivência do capitalismo mundial via novos processos de divisão social e territorial do trabalho, bem como a intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho (HARVEY, 2009). O avanço destas novas relações capitalistas de produção promoveu mudanças significativas no espaço geográfico. “O discurso e a consequente aplicabilidade de uma política econômica de rentabilidade lucrativa, da maximização do mercado, através da diminuição do papel do Estado com a redução das ações sociais trouxeram à tona os oceanos de miséria desmistificando a imagem da simples presença de ilhas de indigências” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 167)

À luz da compreensão de que é o espaço urbano o lócus que “melhor” possibilita a relação capital-trabalho, uma vez que o objetivo do capital é precisamente a potencialização do lucro, a concentração populacional na cidade (re)produzido sob a lógica do capital, permite dar movimento cíclico ao exército de reserva, o que gera a submissão da força de trabalho a níveis elevados de extração da mais-valia. Neste intento, o processo de organização e apropriação do espaço é determinado pela lógica da (re)produção do capital, uma vez que se tem a produção de distintos lugares, designados de acordo com o padrão da produção, da circulação e dos consumidores. O espaço ganha constantemente novos usos e novas formas através da dinâmica desigual e combinada do capital que privilegia a classe dominante do poder, resultando na organização e apropriação sócio espacial que segmenta a sociedade em formas diferenciadas, remetendo à ideia do espaço como mercadoria, gerando conflitos entre classes e usos antagônicos.

O capital intensifica os bolsões de pobreza na cidade, provocando conseqüentemente, conflitos; aumento de marginalidade e criminalidade, atos de

violência que são cada vez mais intensos, frente ao crescente desemprego; gerando o crescimento desordenado das maiores cidades, principalmente das metrópoles (CONCEIÇÃO, 2005). Neste sentido, emerge um novo modelo de políticas sociais e do papel do Estado na gestão e produção do espaço capitalista. No que tange ao espaço urbano, as metrópoles sintetizam os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade capitalista contemporânea. “O urbano passou a ser interpretado como área de concentração de pobreza, em consequência da migração, enquanto o rural era visto como a imagem da pobreza justificada pela presença de uma estrutura agrária de economia tradicional, responsável pelo não crescimento econômico” (CONCEIÇÃO, 2005, p.1).

A mobilidade do trabalho era identificada como êxodo rural resultante de uma economia agrária tradicional, ou do efeito da seca, e quando analisada de forma mais “contudente” era apresentada como uma questão de desvio da Política Pública local voltada para chamados interesses eleitoreiros (CONCEIÇÃO, 2005, p.1).

Para a reprodução ampliada do capital, é necessária a incorporação de novos espaços, o que vai gerar o estabelecimento de uma nova divisão social e territorial do trabalho, permeada pelo avanço das técnicas, na qual se intensifica ainda mais a exploração do trabalho. Deste modo, o capital se expandiu em todos os lugares, por meio da monopolização e da territorialização no espaço, conduzido pelo imperativo da necessidade de se ampliar os mercados, invadir, ocupar e expropriar cada canto do planeta. Ao mesmo tempo em que se estrutura um novo processo de acumulação da economia capitalista, por meio da construção de uma nova ordem em sintonia com a anunciação de um novo fenômeno, “a globalização”, gera-se o discurso da insuperabilidade e da permanência do capitalismo, no discurso ideológico em que a aceleração do crescimento via desenvolvimento econômico traria consequentemente o fim das desigualdades. Assim, Conceição (2005) observa que

A lógica da produtividade torna-se de fácil ideologização, em um tempo de descrédito, diante dos fabricados funerais da morte da utopia, fundamentados na urgência de novos paradigmas antimarxistas. Por trás do discurso apocalíptico da pregação do fim

da utopia socialista e da “insuperabilidade” do capitalismo, repassado como condição natural de condução histórica de provedor do trabalho, subscreve-se a fetichização de ideologias conservadoras alienantes para o consentimento sem reservas da submissão voluntária da exacerbação da reprodução ampliada do capital. (CONCEIÇÃO, 2005, p.167).

A expansão mundial do capital redefine antigas relações e ao mesmo tempo cria novas estratégias para subordinar as inúmeras formas de produção na cidade e no campo. “Trata-se, portanto, de mudanças que estão impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em todas as partes do planeta” (COSTA, 2011, p.11). Neste sentido, a organização espacial e a expansão geográfica se tornam produtos necessários para o processo de centralização e acumulação capitalista, criando e recriando processos geográficos desiguais. Para que isso se realize, “pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social” (CHESNAIS, 1996, p.25), sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado.

Esse processo de mundialização, caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914, consolida-se via políticas de liberalismo econômico, de processos de privatizações, por meio de desregulamentações e desmantelamentos de conquistas sociais e democráticas conquistadas até o início da década de 1980. Sob o impulso dos governos Thatcher e Reger, tornaram-se ações políticas indispensáveis para que tanto o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais, expandindo-se e explorando-se os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente (CHESNAIS, 1996).

Na lógica neoliberal, a partir do início dos anos de 1990, mediante a avalanche de crises de instabilidades econômico-financeiras, e problemas crônicos com a dívida externa, altos juros, instabilidade inflacionária, controle de crédito, câmbio valorizado, resultando em baixo crescimento econômico que solaparam ainda mais as dependentes economias subdesenvolvidas. Esse cenário de instabilidade levou o Estado brasileiro a se tornar parceiro do capital estrangeiro,

abrindo as portas do país para a entrada de um tsunami neoliberal devastar a já escassa esfera estatal, com o discurso da ineficiência das empresas públicas. Legitima-se a propagação das privatizações, enquanto que a implantação das políticas neoliberais de controle do déficit público nas esferas financeiras e fiscais da economia nacional se instituem mediadas pela chancela do intervencionismo de organizações financeiras internacionais no país por intermédio de financiamento de Políticas Públicas afeiçoadas pelo endividamento interno, provocando o esvaziamento da atuação do Estado, garantindo mais acesso ao setor privado em setores de infraestrutura e serviço e o fortalecimento do capital privado.

O avanço do capitalismo industrial e agora do capitalismo financeiro fortalece o mercado nacional e mundial forçando mudanças nas estruturas e orientações dos estados-nações, estes são obrigados a redefinirem suas funções na sociedade, avanço caracterizado pela liberalização e/ou desregulamentação dos mercados, pela desmaterialização do setor produtivo, aumento do setor de serviços, e supremacia do capital financeiro sobre o industrial, cujas operações, apoiadas nos recursos das tecnologias de telecomunicações, se multiplicam nos principais mercados mundiais.

O ataque neoliberal se alastrou para a esfera privada, com uma onda de renovação e modernização industrial, por meio da imposição de um cenário em que as empresas nacionais inteiramente subordinadas à globalização deveriam se adaptar a macroeconomia hegemônica da globalização dos mercados ou acabariam sucumbindo diante das mais eficientes e modernas. Esse processo legitimou o ingresso desenfreado de empresas, produtos e tecnologias competitivas estrangeiras que buscavam a flexibilização massiva de isenção de impostos e o fraco ou inexistente direito trabalhista para uma maior extração de mais valia. Enquanto emerge no país uma “guerra” entre estados e municípios buscando a atração de investimentos, uma vez que serviriam para o uso e abuso de influências e *lobbies*, e de atração de multinacionais que por vezes sob o discurso eleitoreiro de geração de emprego e renda, homília que serviu de mote de inúmeras campanhas eleitorais como aporte para o favorecimento ilícito de práticas clientelistas de muitos políticos.

O contexto em que se desenrolara a nova lógica acumulativa do capital conduzida pelas forças de liberdade econômica e política ajudou a consolidar um processo de imperialismo neoliberal, marcado por um período de grandes mudanças de ajustamento estrutural econômico, político e social, desdobrando-se na intensiva transformação das relações sociais, de produção bem como nos processos de trabalho organizado. As principais reformas políticas e o ajustamento estrutural conduzido por este modelo de desenvolvimento induziram profundos rebatimentos no campo da América Latina, identificada por novas relações dos camponeses e as forças do desenvolvimento capitalista. As principais ações desse ajustamento estrutural neoliberal são assinaladas por Veltmeyr e Petras (2008). Para os autores as principais definições para a transformação social e produtiva do trabalho organizado em resumo foram:

- 1- A privatização dos meios de produção social por meio de uma política nacionalista do Estado desenvolvimentista;
- 2- A liberalização financeira e comercial, por meio de políticas intervencionistas e protecionistas (abertura da economia);
- 3- A desregulamentação e descentralização do Estado: enxugar o aparato administrativo do Estado, retirando sua responsabilidade no desenvolvimento socioeconômico e transferido para à “sociedade civil”, a exemplo das políticas de combate a pobreza do Banco Mundial;

As reformas estruturais foram concebidas para abrir as economias para a incursão das forças de mercado das organizações financeiras, bem como favorecer as empresas capitalistas em detrimento dos considerados marginalmente produtivos e incapazes de se adequarem à nova “ordem mundial”. No espaço agrário, essa ação direcionada e permissiva do Estado aprofundou a inserção/subordinação do campo ao capital mundial, resultando numa elevada concentração de terra e de riqueza, expropriando grande parte dos camponeses, intensificando ainda mais saída de jovens para as cidades direcionadas pela mobilidade do capital.

Em decorrência do caráter centralizador do Estado brasileiro, as políticas públicas direcionadas ao espaço agrário se destinavam, sobretudo, ao crescimento da produtividade em decorrência da incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias. Nesse contexto, o campo é visto apenas enquanto *lócus* para a realização das atividades relacionadas à agricultura a partir dos interesses (*lobbies*) econômicos dominantes – oligarquias rurais e urbano-industriais.

Neste sentido, é sob o constante apoio do Estado e de seus importantes mecanismos políticos, que hoje se configuram principalmente pela via das políticas econômicas, pela viabilização de toda uma estruturação espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, mas principalmente pelas armadilhas das políticas públicas tidas como de inclusão social, que se garante a manutenção do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, afiança ao capital e a exploração do trabalho, a permanência da população num perverso círculo vicioso de miséria. Tem-se assim, o círculo vicioso da conservação do continuísmo no poder, como corolário dos grupos dominantes hegemônicos. Para Horácio Martins de Carvalho (2010), o Estado capitalista projeta dentre suas características a de assegurar as relações capitalistas no conjunto da vida social. A medida que avança o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, essas normalizações e políticas estatais passam a regular não só as condições gerais da propriedade e das trocas, mas invade o conjunto das relações sociais, interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, organizando e redefinindo as reivindicações sociais, patrulhando as manifestações políticas e culturais, enfim, estabelecendo o horizonte da cidadania capitalista.

#### **1.4. O ataque neoliberal nas redefinições da expropriação do trabalho e a erosão política fundando-se de forma mais contundente de desmonte dos movimentos sociais**

O Estado, hoje, moldado pela sociedade da livre concorrência, acompanhado de uma constituição sócio espacial e política bem adaptada a ela, produzindo com isto, uma confluência contraditória de encadeamentos sócio espaciais, continua mais do que nunca sob o julgo do controle econômico e político da classe burguesa, seguindo a dinâmica da acumulação capitalista, agindo para a perpetração de instrumentos que garantem, materializam e perpetuam a propriedade privada, suscitando condições de apropriação que mantêm a sociedade de classes - estrutura social que na sociedade capitalista torna-se indispensável - mantendo a exploração capitalista como tal. Assegura-se deste modo, que as relações capitalistas de produção se realizem e que a acumulação privada se aproprie do produto social do trabalho, afiançando a riqueza da sociedade em seu benefício; garantindo seu domínio sobre o trabalho e a exploração da renda da terra etc.; que sua reprodução ampliada aconteça; transformando trabalhadores em meros instrumentos de exploração enquanto escravos do capital e do Estado.

Com efeito, o Estado é, ao mesmo tempo, parte integrante das relações capitalistas de produção e instrumento de defesa das mesmas (BARBOSA, 2000). Ainda mais em tempos de crises de superprodução como a que vem se arrastando desde a década de 1970, passando por altos e baixos no jogo das flutuações da economia financeirizada, desembocando em uma nova/velha crise em 2007, esta que se arrasta até os nossos dias. Acontece que o capital mesmo com todos os esforços de seus correligionários economicistas, políticos e agentes financeiros e todo apoio estrutural, monetário e institucional articulados nas distorções impetradas pela hegemonia ideológica neoliberal no Estado, não conseguiram reverter a queda tendencial nas taxas de lucros capitalistas. Isto ocorre porque que em tempos de crise, em que “há civilização em demasia, meios de subsistência em demasia, indústrias em demasia, comércio em demasia, as forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a fomentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa” (MARX, 1999, p.18). Para Marx (2004), este processo se acentua ainda mais quando a acumulação do capital torna-se ameaçada, o que o

leva a reforçar a destruição da massa de forças produtivas; por outro lado, tenta conquistar novos mercados e busca uma exploração mais completa dos antigos.

Marx (2004) aponta que em um cenário de crise, em que diminui a riqueza da sociedade, o trabalhador é mais sacrificado, porque embora não ganhe em períodos de prosperidade da classe dos proprietários, “ninguém sofre tão cruelmente com o seu declínio do que a classe trabalhadora” (MARX, 2004, p.67). A sociedade que trabalha se vê, subitamente, num estado de barbarismo desencadeado por um sistema econômico que gera, devasta e se alimenta da pobreza e da miséria arrasando ainda mais as condições de sobrevivência da sociedade de tal modo que hordas de homens e mulheres são sujeitadas a uma série de monstruosidades e desenraizamentos, sobrevivendo num mundo ilusório, superficial, e supérfluo da sociedade de consumo, das vicissitudes da competição do mercado e das flutuações da financeirização da economia tornando suas vidas mais e mais precárias.

A leitura da miséria aparece nos discursos das políticas de Estado compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade. Às sinalizações para sua solução, buscam-se em saídas mensuráveis que suscitem corrigir os seus efeitos via políticas públicas, por meio de atendimento a demandas que tratam apenas de gerir a pobreza, políticas que para Martins (2011) representam intervenções ativas e conseqüentes à apelações populistas que tendem a se perder na lentidão dos resultados mínimos em face de uma consciência social que, com justiça, quer e tem pressa. “Em especial quando nos deparamos com a monstruosidade de desenraizamentos, desigualdades e pobreza agravadas e acumuladas ao longo de séculos de distorções na ação do Estado” (MARTINS, 2011, p.10). Neste sentido, o capital sob a personificação da ação do Estado, viabilização que se produz à luz da lógica expansionista do capital via políticas públicas, por meio de concessão de privilégios e não de direitos concebido a alguns e negado a muitos, se apropria dos espaços de miséria, utiliza-se do discurso ideológico que promete combater a pobreza pela mesma economia iníqua que fora patologicamente a causadora da miséria.

Para Conceição (2005), enquanto o mercado instrumentaliza o Estado, este instrumentaliza o mercado, na política perversa de favorecimento a poucos,

assegurando uma política restrita de combate à miséria, viabilizando incentivos, como: doação de bolsa de estudos; bolsa escola; bolsa alimentação, entre outros, ao mesmo tempo em que deverá viabilizar uma política tributária, com cortes drásticos de gastos públicos e de altos juros. Para a autora, a miséria é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, “só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro” (CONCEIÇÃO, 2005, p.4), lucros estes que são controlados por quem domina o afluxo de capitais, portanto “quanto mais se objetiva o aumento do lucro, do consumo, mas geram-se antagonismos. Ao repassar lucros iguais não há acumulação de riqueza, mas a distribuição simples de partes iguais, equitativas, sem concentração, sem desigualdade, sem miséria” (CONCEIÇÃO, 2005, p.4).

A lógica das ações do Estado via políticas públicas busca aliciar no discurso da inserção social os “excluídos” integrando-os na mesma sociedade que os excluí. O caráter classista do Estado nas últimas décadas tornou-se menos transparente como outrora afirmara Mandel:

[...] a natureza do Estado como instrumento do domínio de classe passou a ser menos evidente do que no tempo em que reinava a burguesia clássica, quando as relações entre os diferentes grupos no exercício de funções do Estado eram — tão transparentes como na época feudal (MANDEL, 1977, p. 6).

O Estado e suas ações, em que a Política Pública, a própria natureza das leis que promulga e suas instituições são escravas do capital, tornou-se mais complexa e enredada nos laços e mecanismos que dissimulam os fundamentos estamentais que geram desigualdade social.

Esta realidade social se agravou à medida em que a avalanche neoliberal nos moldes da financeirização da economia patrocinou um vasto programa de ajustamento estrutural, promulgando na América Latina segundo Pereira (2010), processos de privatização, abertura econômica e desregulamentação da economia, modificando a configuração da propriedade e da riqueza, redefinindo o peso

econômico, criando novos desenhos sociais impulsionando novas articulações entre as burguesias locais e as forças da mundialização financeira, promovendo a instauração de uma nova plataforma política que tratou de coadunar para o avassalamento das possibilidades de ação política, ação tão almejada pela conjunção de movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda em ascensão, mas que foram capciosamente engolfados pela onda democrática capitalista das políticas públicas.

Estas questões em muito se agravaram com a crise de produção do capitalismo desencadeadas nos últimos 40 anos até os dias recentes, das crescentes estratégias do capitalismo mundial que se valem de artifícios cada vez mais perversos por meio de novos processos de divisão social e territorial do trabalho, bem como a intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho. Para Mészáros (2003), o Estado é o agente fundamental neste processo, pois não se ausenta mediante as novas estratégias de mercado, ao contrário, assume posição fundamental para que tal processo ocorra, passando a atuar cada vez mais, de braços dados como grupos econômicos internacionais.

## **CAPÍTULO II**

### **A ESSÊNCIA E A APARÊNCIA DO ESTADO NA DISSIMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

## **2. A ESSÊNCIA E A APARÊNCIA DO ESTADO NA DISSIMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

“Do ponto de vista de uma formação política superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre, por parte de alguns indivíduos, parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem, por parte de outro homem. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, e mesmo todas as sociedades de uma mesma época, tomadas em conjunto, não são proprietárias da terra. São somente seus possesores, seus usufrutuários e têm o dever de deixá-la melhorada, como boni patres familias, às gerações sucessivas” (MARX, 2004).

A totalidade sistêmica que dá funcionamento à sociedade capitalista no século XXI, impõe e reflete no contexto histórico-geográfico da produção do espaço e do território agrário no Brasil. São processos de invasão capitalista que deixaram cicatrizes profundas em nossa sociedade, transformações que atravessaram os séculos e chegam até os nossos dias veladas por uma convivência conveniente, mais ou menos harmônica, dos fortes laços que mantêm a concentração fundiária ainda tão presente para uma elite minoritária e privilegiada e como realidade de miséria para a maior parte da população, em parceria com a voraz e predatória ofensiva do capital em se extrair e devorar como “uma gigantesca praga de gafanhotos” (SMTH, 1989), se deslocando continuamente de canto em canto na busca pelo acúmulo melhor possível de taxa de lucro e mais-valor de todas as formas de riquezas que a humanidade e a natureza possam produzir.

Essa totalidade de relações não é possível de ser observada tão facilmente, não se apreendermos como ela se manifesta imediata e diretamente na superfície da aparência cotidiana. É que o capital conta com o apoio histórico de poderosos aliados como a ideologia e o Estado, e este último tem se configurado como um forte pilar de sustentação do capitalismo, pois, ao mesmo tempo que garante as condições de produção e reprodução do capital, assegura sua legitimidade e controle social. Enquanto à ideologia cabe por meio de simbolismos e representações corroborar para a naturalização do ideário capitalista e promover a

mistificação do capital, provocando a aceitação passiva da mutação geral das relações sociais e de trabalho, explícitas em relações de exploração da vida humana, na multiplicação da violência silenciosa escamoteada pelo fetiche que o dinheiro emana, impulsionando e disseminando a desigualdade e toda ordem de conflito que dele provém.

Meszáros (2004, p. 233) evidencia que “as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de contraconsciência”. É que suas confrontações ideológicas versam para a perpetuação de relações de produção dominantes, via mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade. Deste modo, ao mesmo tempo em se que se assegura das principais instituições políticas, econômicas e culturais, a sua legitimidade dita as condições e as regras gerais que asseguram os processos contínuos de reprodução socioeconômica e político-ideológica.

## **2.1. As Políticas Públicas como mediadoras na/da relação capital-trabalho**

A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia. (MARX e ENGELS, 1999, p.12).

A questão das Políticas Públicas não pode ser compreendida sem o entendimento da engrenagem das relações entre o Estado, Capital e as contradições dentro do conflito de classes que esta trama de relações engendra. Adentrar na tessitura das políticas públicas não é uma tarefa simples, não se quisermos fugir de visões rasas e superficiais, disseminadas em distintas esferas acadêmicas e políticas, relatórios e pesquisas por vezes intimamente vinculadas a instituições governamentais enquanto instrumentos de avaliação de programas e projetos de governo, constituindo-se em sua maioria em estudos descritivos, sem caráter analítico, preocupados somente em avaliar o sucesso ou o insucesso de

políticas públicas, agindo enquanto expressões ideológicas proclamadoras da igualdade social dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, velando relações que se estabelecem entre o Estado e o Capital.

Pensar e refletir sobre Políticas Públicas requer, portanto, a compreensão das ações do Estado e as relações de interesses na determinação e preservação das relações capitalistas no conjunto da sociedade de classes. Torna-se imprescindível pensarmos o papel do Estado e sua funcionalidade como um dos pilares do sistema sociometabólico do capital, este que para Marx e Engels (1999) nasceu calcado na desigualdade no/do conflito de classes, engendrado no surgimento da propriedade privada, este que se transforma e adapta-se no decorrer da história, na sociedade capitalista possui a função de assegurar e conservar o poder e a exploração da classe dominante agindo em coadunância com as exigências do processo desenfreado de sua expansão mundializada.

Deste modo, o Estado desempenharia importante função nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, em que este opera como um agente regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. Eloisa Höfling (2001) ressalta que o Estado capitalista moderno possui a função não só de assegurar as condições materiais de sobrevivência da força de trabalho para a reprodução do capital e da reprodução da aceitação desta condição, bem como, procura manter sob controle através de políticas e programas sociais, parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

Segundo Viana (2008), existem três razões para que o Estado institua políticas sociais:

1ª) a necessidade de o capital ter a garantia da reprodução da força de trabalho;

2ª) a pressão da classe trabalhadora e outros grupos sociais no sentido de ter suas demandas atendidas pelas políticas estatais de assistência social;

3ª) a necessidade do Estado de amortecimento dos conflitos sociais para evitar uma crise de governabilidade ou então a transformação social.

Neste sentido, para o autor, a função e o estabelecimento de políticas públicas estariam diretamente relacionados com as necessidades de reprodução do capital, ao mesmo tempo combater, segundo Marx (2004), a tendência da queda da taxa de lucro média, que é uma tendência natural do capitalismo em razão da concorrência, no sentido de garantir que a força de trabalho se reproduza sem ônus, cabendo ao Estado garantir a locomoção, a assistência médica, a educação, habitação etc., ou seja, as mínimas condições para que o trabalhador exercite suas atividades, etc. aspectos estes que estão todos envolvidos no processo de reprodução da força de trabalho para o capital.

O Estado precisa criar as condições estruturais de reprodução do capital, o que implica em financiar a infraestrutura, ou seja, conformar o espaço geográfico enquanto um meio de produção. Neil Smith (1989) assinala que a totalidade de relações organizadas num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção, envolve a padronização do espaço geográfico enquanto expressão da relação capital-trabalho. A acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado. Para o autor, apesar de o espaço geográfico funcionar como meio de produção, não devemos compreendê-lo enquanto um espaço rígido; ele possui movimento, tal como possui movimento o capital, suas forças produtivas e a organização social por ele produzido.

Para David Harvey (2005) o Estado enquanto forma superestrutural, que possui sua base num modo particular de produção, é perfeitamente adequada. O autor ressalta que o Estado burguês não nasceu como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm sido arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser exercido

através destas instituições, ajudando a criar relações reais, que no fim, as instituições estatais refletem.

“De um modo ou de outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conseguir fazer isso, então esse Estado deve ou ser reformado, ou o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana” (HARVEY, 2005, p. 93).

Deste modo, Harvey (2005) busca através da teoria das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no capitalismo, entre outras questões, explicar a importância e evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), no desenvolvimento geográfico desigual, nas desigualdades inter-regionais, no imperialismo, no progresso e nas formas de urbanização. Para o autor, apenas deste modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classe são formadas e reformadas; como os territórios ganham ou perdem poder político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado; ou como o poder do Estado pode tornar-se um centro estratégico para a acumulação livre do capital ou tornar-se uma barreira ao se travar a luta de classes.

Conforme Klaus Frey (2000, p.9), “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados pelo Estado”. O autor classifica quatro formas de políticas de Estado moldadas de modo a garantir a resolução de conflitos políticos, situando os objetivos e conteúdos das políticas públicas e classificando-as enquanto *Políticas distributivas*, *Políticas redistributivas*, *Políticas regulatórias* e *Políticas constitutivas ou políticas estruturadoras*.

As *Políticas distributivas* visam distribuir vantagens para grupos de poder e grande número de destinatários caracterizados por um baixo grau de conflito no bojo dos processos políticos em disputa, já que potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios do Estado. Enquanto as *Políticas redistributivas*, ao contrário, são orientadas para momentos de conflito. O objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros e políticas entre camadas sociais quando estas exercem algum tipo de pressão social, processo que costuma ser

polarizado e repleto de conflitos. Já as *Políticas regulatórias* trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias em que os efeitos referentes aos custos e benefícios são geralmente determinados para atender a interesses particulares e restritos aos grupos e setores dominantes da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem possuir o mesmo objetivo (FREY, 2000).

Segundo este autor, os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica da correlação de forças entre os grupos hegemônicos nas políticas. O autor destaca também as *Políticas constitutivas ou Políticas estruturadoras* – estas determinariam as regras do jogo na configuração da estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias. A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes – referem-se à criação e à modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os sujeitos políticos.

A distinção entre política estruturadora e política sócio regulatória é destacada pelo autor, como particularmente importante em relação aos efeitos nos processos de conflito e de consenso, possuindo grande importância para a análise das políticas públicas. Enquanto as políticas sócio regulatórias versam sobre questões discutidas de forma bastante controversa dentro da sociedade, as políticas estruturadoras ou constitutivas costumam provocar muito menos impacto na esfera pública. Embora essas políticas possam implicar em consequências poderosas para a sociedade, em geral costuma - se discutir e decidir sobre modificações do sistema político apenas dentro do próprio sistema político-administrativo. Raramente essas discussões envolvem os setores mais amplos da sociedade.

Apesar de o Estado estruturar as políticas públicas em favor do capital, também há momentos históricos nos quais a classe trabalhadora pode ameaçar a governabilidade ou abrir a possibilidade de uma transformação no conjunto das relações sociais. Para Viana (2008), este processo é gerado quando ocorre uma grande pressão social que ameace uma ruptura na estrutura social vigente. Nestes

momentos, tanto o Estado capitalista quanto a classe burguesa podem chegar num consenso de realizar pequenos consentimentos, estes geralmente materializados pelo intermédio de políticas públicas, para que não se coloque em risco seus interesses fundamentais.

Para o autor, a radicalidade das lutas sociais é que ditará os efeitos nas políticas estatais. Neste sentido, a pressão social pode fazer com que o Estado realize algumas políticas sociais para permanecer e tornar intacta a ideia de que o Estado é um organismo neutro, que atende tanto os interesses dos ricos como dos pobres; este cederia a estas pressões seja por motivos eleitorais, visibilidade social, etc., bem como com o intuito de evitar o risco de haver uma radicalização dos conflitos sociais quando houver o receio de que as ações das classes exploradas possam assumir uma radicalidade possível de se gerar uma crise de governo ou a transformação social, o que forçaria o Estado a ceder e fazer concessões, inclusive em longo prazo, mantendo deste modo, por cautela preventiva a contenção social. Porém, a forma sob a qual tais políticas serão implementadas não é unívoca, pois isto depende do país, da época, e, principalmente, dos conflitos das classes sociais.

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente pelo fato de as políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrerem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder (HÖFLING, 2001). É no contexto destas correlações de força entre as classes, enquanto modo degradado de política de inclusão enquanto promessa planfetária de integração social, que surgem as políticas sociais ou de inclusão social, direcionadas aos pobres, negros, produção familiar, etc., tal como Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, etc., estas que vêm sendo bastante disseminadas no Brasil.

Segundo José de Souza Martins (2008), o alvo destas políticas de Estado, são os grupos sociais que ficaram à margem da história dos processos dominantes em função do desenvolvimento econômico capitalista, que foram excluídos dos direitos em algum momento da história social do Brasil, que ao serem anomicamente socializados na cultura da exclusão nela buscam a solução anômica de sua

marginalidade social e política. É que temos sido, historicamente, um povo dependente das instâncias da dominação política do Estado, povo que se faz carente de vontade própria eficaz.

Mas não é predominante ou exclusivamente a força dos movimentos sociais que estaria no centro dinâmico das mudanças políticas no Brasil, mas sim, segundo Martins (2008), as contradições e debilidades que a modernização introduziu na dominação oligárquica. Para Martins (2008), o Estado, que era historicamente relativamente impermeável às pressões dos movimentos sociais, das manifestações modernas da opinião pública, não é impenetrável às fragilidades da tradição quando submissa na lógica do moderno. Este atende na verdade aos imperativos do tempo da sociedade moderna, na era da globalização econômica, no seio da “sociedade da igualdade contratual de direitos”, que promulga a ideologia de oportunidades igualitárias e democráticas de inserção social, que avaliza ser possível a ascensão social, reforçando o ideário de que é possível a ascensão social pelo trabalho, ao agregar-lhe a ideologia do povo como protagonista passivo do poder.

É deste modo que, segundo Martins (2008), caipiras, tabaréus, sertanejos, caiçaras, descendentes dos legítimos donos dessa terra que habitamos e que hoje chamamos de Brasil, cobram agora a fatura da história, nos movimentos sociais por meio dos quais clamam por uma integração social em termos próprios e não em termos de um pacto social de integração, aberto a direitos universais de todos. Clamam por políticas compensatórias, baseadas no assistencialismo do ideário liberal de mercado e das leis da concorrência ou da competição. Foi assim com os negros em face à “libertação” das correntes da escravatura para as correntes invisíveis do assalariamento do capital, o mesmo que ocorreu com os remanescentes dos nativos indígenas que tiveram que sobreviver em aldeias misturadas refugiando em parcas manchas residuais de florestas, e os camponeses e despossuídos da terra que foram abandonados e descartados por falta de um projeto político de Reforma Agrária do Estado.

As origens da política social refletem um processo de mediação, enquanto estratégia do Estado, de apaziguar interesses conflitivos. É com esse fundamento que surge uma série de políticas sociais que assumem o discurso de amenizar as carências sociais.

## **2.2. A retórica das Políticas Públicas capturadas pelas novas racionalidades do mercado: via Estado**

As transformações do sistema de produção capitalista pós-crise da década de 1970 produziram modificações profundas nas relações de trabalho, com o objetivo de “aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de sobretrabalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido” (ANTUNES, 2005, p.27). Processo que se alastrou no Brasil na década de noventa, por meio da imposição de um cenário em que o Estado legitimou o ingresso desenfreado de empresas, produtos e tecnologias competitivas estrangeiras que buscavam a flexibilização massiva de isenção de impostos e a fraca ou inexistência de direitos trabalhistas para uma maior extração de mais-valia. Em síntese, o autor oferece-nos uma análise cabal dessa forma flexibilizada de acumulação capitalista em que o metabolismo do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial, temporário, terceirizado, precarizado.

A rigor, este processo expõe a dinâmica contraditória do capital, pois ao acirrar processos de exclusão dos trabalhadores do mundo do trabalho, ao mesmo tempo, segundo Mészáros (2002), torna-se um modo do sistema de reprodução se autocondenar mais enfaticamente quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Neste sentido, “assim como o capital torna “supérflua” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna supérflua sua força de trabalho sem a qual também não pode sobreviver” (ANTUNES, 2005, p.28).

Ricardo Antunes (2005) vislumbra com esse cenário de crise da sociedade do trabalho a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização, no qual se alimenta da exploração do trabalho e produz a espacialização da miséria, que se expressa contundente quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha e que tem seu cotidiano moldado pelas oscilações entre a busca quase inglória do emprego e da submissão de qualquer oferta de emprego, diante do desemprego estrutural e da necessidade latente de sobrevivência dos trabalhadores “incluídos” e “excluídos”. A estratificação e a fragmentação do trabalho se acentuam tornando-os mercadorias supérfluas em função do processo crescente de internacionalização do capital. A classe trabalhadora tornou-se mais qualificada, polivalente e multifuncional em vários setores, enquanto desqualificou-se e precarizou-se em diversos outros ramos.

Na afirmação Francisco de Oliveira (2004), a economia da América Latina pertence à “família dos ornitorrincos”, que seria uma combinação esdrúxula de altas rendas, consumo ostentatório, acumulação de capital comandada pela revolução molecular-digital, lumpesinato moderno, avassalamento pelo capital financeiro, incapacidade técnico-científica e pobreza extrema.

Essa avalanche globalizadora neoliberal trouxe também conjuntamente uma suposta abertura política na maior parte dos países da América Latina “[...] a fim de evitar a simbiose da oposição democrática mais geral com um movimento social contrário ao neoliberalismo, [...] rapidamente Washington mudou sua política em relação às ditaduras” (PEREIRA, 2010, p. 278) e assim como num fantasioso passe de mágica, as principais forças dominantes da política latino-americanas se alinharam à ideia e ao discurso ideológico de que só havia, então, uma única via a se seguir, a da “economia de mercado”. O interessante é que essa abertura anunciada como político-democrática é a mesma que oportunamente erodiu a já fragilizada “soberania nacional” instaurando de vez a ditadura do capital financeirizado nas políticas de Estado.

Para Francisco de Oliveira (2004), a Política Institucional gira em falso, pois “os condicionamentos e constrangimentos impostos pela globalização tornam inúteis e supérfluas as instituições democráticas e republicanas. Os Bancos Centrais são as verdadeiras autoridades nacionais” (OLIVEIRA, F. 2004, p. 115). Sob diversas fórmulas, no equívoco da globalização supostamente homogeneizante, derrubaram as proteções alfandegárias em nome dos benefícios do livre comércio, privatizaram as empresas estatais que haviam se constituído nos pilares da industrialização desde a década de 1950, desregulamentaram-se por diversas formas os mercados de trabalho, estruturados num precário estado de *Bem Estar* promovendo o aniquilamento de todo e qualquer custo social e trabalhista que onerasse a rentabilidade do capital.

Avançando na discussão desse processo de desconstrução, em que o alto nível de desemprego e a informalidade destronam, digerem e tragam rapidamente os movimentos, os direitos sociais e o mundo do trabalho se remodelam para ter a cara e a forma dessa nova sociedade do trabalho, Francisco de Oliveira (2004) torna-se categórico ao perceber que esse estilhaçamento das relações de classe se conduz não sem consequência para a política. Para o autor, a classe trabalhadora se vê aprisionada numa política que destrona as categorias organizadas no trabalho formal da centralidade política da qual haviam ascendido em outras décadas, radicalizando a um grau insuspeitado de tensões sociais, que hoje para tal feito, requer um passo político de tal envergadura que a própria implosão das relações de classe desautoriza esperar. “Essa poderosa desestruturação implode as relações de representação: os próprios partidos saídos das antigas bases sociais, a quem representam hoje?” (OLIVEIRA, F. 2004, p.115).

Tomáz Júnior (2002) salienta que estamos diante de um processo histórico que contradiz de forma radical o período do ressurgimento dos movimentos sociais, sindical e operário no Brasil, no início dos anos 1980. Hoje assistimos diante das alianças que se processam entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos conservadores e liberais e, por via de consequência, entre a CUT e a Força Sindical o amálgama de posições conciliadoras que hegemoniza a sociabilidade presente no universo sindical brasileiro, repercutindo no cenário eleitoral, plasmando interesses

outrora radicalmente divergentes, mas com sintonia fina na busca do resultado do pleito (TOMÁZ JUNIOR, 2002).

No caso brasileiro, especialmente, as novas formas de gestão do trabalho na produção, ao capturar a subjetividade operária como elemento central da lógica do capital, debilita o ideário fundado nas estratégias de classe (ainda que de cariz corporativo), fomentando posturas sindicais neocorporativas e propositivas, prevalecendo os interesses por empresas, por setores, e também fragiliza consideravelmente a capacidade de negociação e organização dos sindicatos. Podemos dizer que o capital não somente está roubando a subjetividade operária (ou o saber operário), mas também sua alma, sua capacidade de indignação (TOMÁZ JUNIOR, 2002, p.5).

Enquanto que outrora a força motriz da resistência esteve centrada no operariado, com a “época das definições” e a transformação do trabalho produtivo organizado sucumbiu diante das forças direcionadas contra ele pela classe dominante e estatal, entretanto, na mesma época, sob as mesmas condições, originou-se no campo uma nova onda de movimentos sócio-políticos<sup>12</sup> que por conseguinte dominariam a política de resistência na América Latina. É neste contexto que os camponeses compuseram uma das forças de resistência mais dinâmicas contra o desenvolvimento capitalista em curso, surgindo nesse contexto o maior e o mais dinâmico movimento de origem popular da América Latina (MST), inspirando diversos movimentos similares em todos os lugares. Neste viés, os movimentos sociais exigem do Governo Federal uma posição frente à situação de pobreza contínua das pequenas unidades de produção camponesa (VELTMEYER; PETRAS, 2008).

---

<sup>12</sup> -É importante ressaltar que no campo, “a partir dos anos 50 as Ligas Camponesa e o Sindicato foram as formas mais importantes de organização e de manifestação política dos camponeses” (MARTINS, 1986, p.67); estes movimentos conviveram com constantes tensões e conflitos gerados pela violência dos fazendeiros e da concentração de terras, bem como com a disputa e o aliciamento dos partidos políticos, da Igreja Católica e do Estado, este que disputavam o controle do processo de organização dos camponeses e trabalhadores rurais do campo.

Há, desse modo, uma multiplicação de conflitos. A questão da Reforma Agrária, que antes dessa época tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste quanto no Sudeste do Brasil, torna-se preeminente também para os posseiros, e até mesmo para os pequenos proprietários expulsos de suas terras, frequentemente submetidos a todo tipo de violência, forçando-os a se inserirem numa relação precária e extorsiva de arrendamento ou fadados a debandarem para as cidades na medida em que se aprofunda a inserção do capital no campo brasileiro (MARTINS, 1986).

Em resposta a essa pressão social latente de conflitos, as políticas neoliberais formaram uma aliança com organizações financeiras para desmobilizar os movimentos sociais. O Estado apelou para instituição de reformas agrárias de mercado e políticas de crédito rural e optou como estratégia a sedução dos líderes dos movimentos, tática urdida na manipulação das lutas e conquistas dos movimentos sociais pela emancipação, afirmação, inclusão e direitos, gestando um pacote de políticas que agem para o seu oposto: por meio da domesticação política que esvazia o conteúdo político de suas lutas e que afiançam a desmobilização dos movimentos atenuando processos de tensionamentos ao sistema do capital.

Para Martins (1986), esse cenário vem sendo consubstanciado desde meados da década de 1980. Na ausência de movimento político e de partidos na esfera da luta camponesa, começa a ser preenchido pelo Estado. Este se torna o agente da representação política dos interesses do campesinato, enfraquecendo a libertação do homem do campo, levando a sua dependência dos agentes estatais, em detrimento da sua afirmação enquanto sujeito político. Medidas políticas de caráter estratégico, organizadas e deliberadas para absorver a tensão nas áreas de conflito, destinaram-se a conter as crescentes pressões do campesinato na resistência contra o latifúndio e contra o avanço do capital no campo. As Políticas Públicas para o camponês são instituídas e mediatizadas pelo caráter anti-camponês, impedindo que o avanço das lutas pela terra venham a arremessar-se para além dos limites dos latifundiários e empresas capitalistas no campo.

Enquanto o crescimento econômico torna-se ainda mais concentrador, o Estado agente e força regulatória do capital, passa a agir na administração das

políticas de funcionalização da pobreza por meio do que, para Francisco de Oliveira (2004), tornou-se **um Estado de Exceção**, no que o autor considera uma política institucional do Estado que chega hoje aos umbrais do poder amalgamado a uma **política Neopopulista**, distanciando-se das políticas populistas do passado, pois este significou a “inclusão pela via passiva” autoritariamente, das classes trabalhadoras na política, tornando-se a “exclusão dos trabalhadores”, transformando-os em objetos de políticas compensatórias, convertendo-os, pelas políticas de funcionalização da pobreza, em sustentáculos da manutenção dos “exércitos de reserva”, processo de funcional importância para a acumulação de capital. Para o autor, esta política Neopopulista de Estado é o que marqueteiros políticos inventam com nomes como “bolsa-escola”. “bolsa-alimentação”, “primeiro-emprego”, “começar de novo”, “fome-zero”.

Alba de Carvalho (2010) aponta que as Políticas Públicas do tempo presente voltam-se para garantir a reprodução do sistema do capital, viabilizando condições para os seus processos de acumulação e valorização. Ao mesmo tempo que criam processos de destituição e desconstrução de direitos, assumindo a dupla dimensão da erosão real dos direitos e da erosão simbólica da própria noção de direitos, no qual voltam-se para inserção social via políticas apenas compensatórias, situadas apenas nos âmbitos de atendimento das carências mínimas, sem pretensão de gerar emancipação política e social.

Neste sentido, torna-se evidente, na ação do Estado, o caráter e a real funcionalidade das políticas tidas como de seguridade social, juntamente com as políticas neoliberais que pilham o país pela via da privatização e de reformas, garantindo deste modo, a continuidade da reprodução do capital, coadunando para a produção da mesma pobreza e miséria que essas políticas dizem combater.

### **2.3. A inserção da produção familiar camponesa na pauta das Políticas Públicas**

A década de 1990 é marcada indiscutivelmente por grandes mudanças no processo de intervenção das Políticas do Estado no campo, mas o processo que engendra tais mudanças, seu conteúdo e objetivos situam-se muito longe da transformação social almejada pelos movimentos sociais de permanência e luta pela terra que historicamente fazem enfrentamento contra as estruturas históricas de concentração de riquezas, de terra e de poder, bem como do avanço do capital no campo.

Ao contrário, as mudanças engendradas pelo Estado tornam-se um pernicioso arquétipo a reforçar esse quadro. Trata-se, portanto, de uma série de Políticas Públicas que surgem da articulação de certos intelectuais, políticos, alguns sindicatos, ONG's, instituições e organismos internacionais como a FAO, o BIRD, o Banco Mundial, grupos empresariais, Bancos etc., com o objetivo de inserirem a unidade de produção familiar camponesa e os trabalhadores rurais no mundo precário do mercado, tornando-os altamente subordinados ao capital agrário, industrial e financeiro.

Surgem, assim, Políticas Públicas que se fundamentam nos direcionamentos do Banco Mundial, este que propõe uma série de novos ajustes nas políticas do Estado, a exemplo o Relatório ***Brazil: The Management of agriculture, rural development and natural resources*** (BANCO MUNDIAL, 1994). Segundo Eraldo Filho (2005), é em virtude do ajustamento do Estado aos ditames do Banco Mundial, concepções teóricas e imposições políticas, que têm subsidiado a sua intervenção política. Desse modo, temos a concretização de Políticas Públicas para o campo, mediante a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, da substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, do fortalecimento do agricultor familiar e da negação da existência do camponês, assim como a implementação do Mercado de Terras.

Adaptadas às premissas do mundo neoliberal, as Políticas Públicas direcionadas ao espaço agrário brasileiro se ajustaram estruturalmente às novas necessidades de expansão do capital do mundo globalizado, que se focalizam em combinar políticas pró-crescimento com uma nova política social centrada no pobre (VELTMEYER; PETRAS, 2008), no qual o mercado é a mola propulsora da transformação social. É desse modo que as Políticas Públicas para o campo passaram a incorporar novas estratégias, algumas modificações em termos de concepção, estruturação, formas de implementação e incorporação de novos sujeitos objetos, no qual a produção camponesa, que sempre foi colocada à margem das políticas do Estado, passa repentinamente a ocupar um lugar estratégico nas novas/velhas táticas do capital via política de desenvolvimento rural brasileiro.

É nessa conjunção entre o Estado e os agentes econômicos adaptados à nova ordem econômica, que se promulgará a ideologia que fez reconhecer uma nova racionalidade econômica e social para a produção camponesa, tornando o camponês porta-voz de um novo projeto para o rural.

Neste intento, não é ao acaso que o camponês torna-se um novo protagonista das Políticas Públicas, a ser construído de acordo com o discurso institucional enquanto “um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil”, (PRONAF, 1996, p. 14). Essa “inclusão” faz parte da ideologia implantada pelo Estado e disseminada por amplas parcelas da intelectualidade ligadas ao setor rural, ao sugerir a integração necessária da unidade de produção familiar ao agronegócio. Discurso que impregnou também a esfera de reivindicação de alguns movimentos sociais, que, segundo Horácio Martins de Carvalho (2004), renderam-se a integração ao agronegócio e se deixaram levar pelo discurso cômodo de geração de renda a curto prazo.

Nesse contexto, enquanto alguns movimentos sociais mobilizam-se e organizam-se contra a incursão capitalista no campo, ocupando, resistindo, fazendo pressões de reivindicações de Reforma Agrária, exigindo Políticas Públicas que garantam a permanência do homem na terra, outros objetivam principalmente a busca por incentivos de créditos. Deste modo, as Políticas Públicas para a unidade de produção familiar tornam-se palco de reivindicações de organizações sindicais e

movimentos sociais dos trabalhadores rurais, ligados principalmente à CONTAG, seduzidos e cooptados pelo capital, principalmente os movimentos integrados ao agronegócio do Sul e Sudeste do Brasil<sup>13</sup>, no qual se organizam na marcha chamada de “reconversão e reestruturação de agricultores familiares” e direcionam suas reivindicações de luta para créditos subsidiados e condições especiais de pagamento.

Desse ponto de partida e como consequência direta da nova concepção do Novo Rural Brasileiro é que surge a Política Pública do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura), seguindo a lógica do agronegócio capitalista que não só domina e determina a economia rural brasileira, como também controla político-ideologicamente as estratégias e as políticas táticas do governo. Enquanto uma ação do Estado que age em favor da integração das unidades de produção familiares na economia do livre mercado, os quais seriam os sujeitos principais dessa revitalização econômica do meio rural, com o discurso falacioso de reverter os efeitos nocivos da política econômica de desenvolvimento agrícola extremamente excludente que historicamente privilegiou os grandes e médios produtores de monoculturas geralmente ligados à exportação de *commodities*.

Discurso que será rapidamente assimilado por intelectuais que irão justificar a necessidade da Política Pública do PRONAF, usando ideologicamente o caráter excludente e predatório da concentração de terra e da modernização agrícola em curso, mas que contraditoriamente exaltam a construção de um novo modelo econômico para o campo assentado na ideia da integração ao mercado, enquanto meio de geração de renda, desenvolvimento rural e de inclusão das massas camponesas. Conforme se evidencia no discurso de alguns intelectuais defensores desta política:

---

<sup>13</sup> Para Carvalho (2010), os movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses, principalmente por distintos motivos históricos e políticos, ao se tornarem dependentes dos recursos governamentais para a manutenção e reprodução burocráticas das suas organizações se identificam, quiçá por comodidade, com a lógica produtivista do capital, e aceitam as Políticas Públicas de integração dependente do campesinato ao capital, uma vez que na maior parte das vezes não buscam uma perspectiva estratégica de negação do modo capitalista de produção.

[...] O modelo agrícola adotado pelo Brasil voltado para as exportações foi fortemente afetado pela desregulamentação dos mercados e abertura comercial, tendo que concorrer diretamente com os produtos agrícolas dos países estrangeiros. Para os setores da produção familiar, debilitados diante dessa conjuntura econômica e comercial, os impactos foram profundos, sobretudo o principalmente pela ausência de benefícios das políticas agrícolas como os créditos rurais, seguro da produção e dos preços mínimos (SCHNEIDER, 2004).

[...]Fortalecido pelo processo de modernização da agricultura provida nas últimas décadas, este modelo acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior. (ABRAMOVAY, 1998, p. 9).

[...] Este modelo hoje é mais do que nunca questionado pelas condições do próprio mundo moderno. No Brasil, para se tornar efetivamente moderna, a agricultura deve dissociar-se dos interesses arcaicos, ligados à concentração fundiária e ao crescimento extensivo, para adotar uma dinâmica efetivamente moderna, que valorize o espaço rural... [...] Com estes objetivos aqueles que vivem do seu próprio trabalho nas atividades agrícolas, devem se preparar para ocupar um importante espaço na construção de um novo modelo de agricultura para o país (ABRAMOVAY, 1998, p. 9).

Gómez (2006) salienta que os principais elementos diretores da nova dinâmica das Políticas Públicas via Banco Mundial direcionam-se na redução do papel do Estado nas futuras propostas de desenvolvimento para o meio rural. Uma forma de avançar nessa orientação mercantil seria modificar a política de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação e adotando os mecanismos de mercado, uma vez que o sistema de compra-venda entre os proprietários e demandantes de terras seria um caminho para reduzir o conflito de terras.

No lugar de uma reforma agrária administrada pelo governo, uma melhor abordagem será a reforma de mercado. Os benefícios seriam promovidos com doações para auxiliá-los na compra de terra (BANCO MUNDIAL, 1994, p.30).

Destacam-se neste artifício do Estado as Políticas de Desenvolvimento Rural e a Reforma Agrária de Mercado, sendo que a Reforma Agrária de Mercado substituiria as reformas agrárias de minimização de conflitos do Estado desenvolvimentista, organizadas para neutralizar as táticas de ação dos movimentos sociais. Este é o modelo neoliberal de Reforma Agrária de Mercado, que em sua lógica o financiamento proposto promove a compra de terra a quem dela dispõe, para Martins (2003), a terra de negócio serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Enquanto o desenvolvimento rural foca-se no papel das ONG's, marcado por sua aliança umbilical com o Estado neoliberal, organizações e empresas internacionais, que atuam como agentes do imperialismo, patrocinando o engodo da “guerra contra a pobreza” e geram projetos e os lançam no mundo tangível da miséria no campo e em áreas de favelas na cidade.

As instituições da “sociedade civil organizada” por meio de seus instrumentos de poder ideológico que garantem a reprodução do capital procuram afogar a luta social via a homilia da distribuição de renda, que age muito mais no discurso do que efetivamente, possuem dentre os seus elementos centrais “apagar as razões do próprio aprofundamento internacional da pobreza, diretamente ligado à expansão internacional capitalista e às sucessivas expropriações que promove” (PEREIRA, 2010, p. 22).

Assim, o camponês torna-se alvo de estratégias da política nacional do Estado e do capital. Para Petras e Veltmeyr (2008), a estratégia do capital neoliberal era combinar políticas pró-crescimento com uma nova política social do pobre via “desenvolvimento sustentável humano”; da instituição de políticas de “boa governança”, na qual a sociedade assume o papel do Estado de assegurar a ordem política via Desenvolvimento local ou baseado na comunidade por meio de micro-projetos com a participação da sociedade civil via ONGs que cumpririam o papel de amenizar os efeitos da pobreza, por meio de ajuste da nova ordem; bem como pelo acesso à terra assistida pelo mercado.

Para tanto, foi criado um arcabouço ideológico que respaldasse esse novo formato de Política Pública, revelando uma extensa teia de relações econômicas, sociais e ideológicas perpetradas no plano internacional sob íntima imbricação de interesses de grandes empresas, fundações, organismos não governamentais e amalgamados nas imposições e sanções impostas pelo Grupo Banco Mundial, subsidiados via Estado, revelando a dialética da relação entre os âmbitos nacionais e as instituições internacionais voltadas para a disseminação da desigualdade e a imposição e a conservação da ordem do capital.

Para tanto, há todo um arcabouço intelectual que subsidiará teoricamente o Estado. Deste modo, uma das primeiras alterações ocorridas no campo teórico foi à criação de uma nova categoria para o sujeito histórico camponês, determinada pelo modelo hegemônico do capitalismo e pelos impactos da abertura comercial. Neste sentido, emerge o discurso da “Agricultura Familiar”, no contexto do Novo Mundo Rural, assentado na ideia de que a integração ao mercado é o meio de geração de renda, desenvolvimento rural e de inclusão das massas camponesas. Assim, surgem teorias pautadas na premissa do “Novo Mundo Rural”, da “urbanização do campo” substituindo o sujeito histórico camponês pelo termo “agricultor familiar”.

#### **2.4. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar enquanto factótum do “novo” paradigma postulado para o campo**

Enquanto estratégia da homogeneização das relações de produção camponesa, surge uma série de argumentos perpassados por graus de inserções das unidades de produção familiar ao mercado e à tecnologia, elementos determinantes para o direcionamento do Estado no desenvolvimento e estabelecimento de Políticas Públicas voltadas somente à questão agrícola da produção econômica, através da geração do emprego e renda por meio da integração das unidades de produção familiar no circuito da economia capitalista.

É neste contexto que a partir do final do século XX começou a ser formulado o desmonte do sujeito social camponês para dar lugar a outro sujeito, o “Agricultor Familiar”, respaldado em teorias como a do “Novo Mundo Rural”, e da “urbanização do campo”, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e institucionalmente, termo que tem o objetivo ideológico de superar a ideia do sujeito atrasado do campo, ideia que sempre foi atribuída ao camponês, este geralmente visto como incapaz de ter uma produção economicamente viável no modelo capitalista de produção agrícola, pois sob esse discurso, estaria afastado das novas dinâmicas do mercado, das técnicas e das inovações modernizantes do mundo neoliberal.

Segundo Larissa Bombardi (2003), o termo agricultura familiar foi introduzido principalmente a partir da década de 1990 em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. “Nesta lógica está se forjando um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado” (BOMBARDI 2003. p.1).

Deste modo, este discurso passa a ser incorporado por muitos autores e intelectuais, assim como passa a ser incorporado em documentos governamentais e não-governamentais. Para Horácio Martins de Carvalho (2004, p.3), “A reprodução dessa ideologia é aceita por amplas parcelas dos movimentos e organizações sociais e sindicais de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores”. Esta é a lógica do Novo Mundo Rural a se difundir e seguir, destacado por Silva (1999), na passagem abaixo:

[...] o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão de multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (SILVA, 1999, p. 28).

Na conceituação dominante de “agricultura familiar”, está implícito como critério de gestão, em função da concepção de mundo dominante, que a introdução das relações sociais de assalariamento na unidade de produção camponesa é uma exigência objetiva para o aumento da produção e da produtividade, tendo em vista que aceitam como pertinente o modelo de produção e tecnologia da empresa capitalista (CARVALHO, 2004).

Dessa perspectiva, emerge na pauta das Políticas Públicas, da produção científica, e da mídia, o conceito e o termo “Agricultura Familiar” fundamentado em autores como exemplo, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay. Estes apontam que, por conta da incontrolável expansão do capitalismo no campo, com a conseqüente homogeneização das relações de produção, o campesinato tende a desaparecer diante do processo de proletarização. Apresentam, deste modo, uma série de argumentos para diferenciar o “agricultor familiar” e anular o camponês, destacando a importância da integração ao mercado; e o papel determinante do Estado no desenvolvimento e consolidação de Políticas Públicas via incorporação de tecnologias (VEIGA, 1991, p. 190-2; ABRAMOVAY, 1992, p. 21-2).

Imersos na concepção de Novo Mundo Rural Brasileiro, a FAO e o INCRA<sup>14</sup> passaram a definir conceitualmente o trabalho camponês como “Agricultura Familiar”, com o objetivo de constituir um conjunto de diretrizes para a formulação de Políticas Públicas que se adequassem melhor às necessidades do capital, esse segmento social da agricultura, visando sua subsunção ao capital. Para tanto, a FAO e o INCRA (1994) classificaram a agricultura familiar em três modalidades de acordo com a inserção desta no mercado: Agricultura Familiar consolidada; Agricultura Familiar de transição; e Agricultura Familiar Periférica, destacadas a seguir.

---

<sup>14</sup>-Os trabalhos posteriores (FAO/INCRA, 1995 e, sobretudo, FAO/INCRA, 2000), desenvolvidos com critérios de classificação semelhantes a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996, indicaram que a agricultura familiar brasileira representava 85,2% dos 4,8 milhões de estabelecimentos recenseados no período, ocupando 30,5% da área e respondendo por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional (AQUINO, 2010, p. 2).

**Agricultura familiar consolidada**, constituída por, aproximadamente, 1,1 milhão estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso às inovações tecnológicas e às políticas públicas; a maioria funciona em padrões empresariais, alguns chegando a integrar o *agrobusiness*;

**Agricultura familiar de transição**, constituída por cerca de 1,0 milhão de estabelecimentos familiares com acesso apenas parcial aos circuitos da inovação tecnológica e do mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e que não estão consolidados como empresas, mas apresenta amplo potencial para sua viabilização econômica;

**Agricultura familiar periférica** constituída por, aproximadamente, 2,2 milhões estabelecimentos rurais geralmente inadequados em termos de infraestrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de programas de reforma agrária, de créditos, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, de agro-industrialização, de comercialização, entre outros.

É deste ponto de partida e como consequência direta destes estudos e relatórios que surge o PRONAF, e, por conseguinte, ao longo desses anos, um amplo conjunto de políticas públicas seguindo a lógica da expansão da financeirização da economia e do agronegócio capitalista que não só domina e determina a economia rural brasileira, como controla, político-ideologicamente, as estratégias políticas do governo. Neste sentido, o termo Agricultura Familiar surge na lógica de mercado que leva em consideração o aspecto externo mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado.

De acordo com o documento base do PRONAF (2006), esta Política Pública foi criada com a intenção de atender o conjunto dos chamados “agricultores familiares” com o objetivo da inclusão da unidade familiar pelo crescimento da renda familiar, do emprego, da produção, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais, com o discurso de combater, desta forma, parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural.

“[...] a ideia força que sustentou a criação do PRONAF na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra”, (SILVA, E. R. A. 1999, p. 3).

No documento Base (PRONAF, 2006), destacam-se os seguintes objetivos:

1. Ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
2. Viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;
3. Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
4. Elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão;
5. Favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Desde a sua implantação e operacionalização, o PRONAF sofreu constantes alterações e incorporações ano a ano. Segundo Neves (2007), as regras do Pronaf passam por constantes modificações nos dispositivos normativos, “apenas os agentes institucionais que acompanham sob sistematicidade os fluxos e refluxos de regras e normas podem alcançar o ritmo das alterações e as especificidades das mutantes operações” (NEVES, 2007, p.258).

A exemplo dessas constantes alterações nos dispositivos normativos do PRONAF, temos a ampliação do público alvo desta política, em que uma série de transformações ocorrem ano a ano, novos enquadramentos são feitos e novas camadas sociais são inseridas nesta política. A justificativa do programa para se ampliar o público alvo foi o discurso de beneficiar e ampliar um público maior, passando a incluir as Associações de produtores e Cooperativas habilitadas ao repasse de crédito, ampliando também os limites de recursos, taxas de juros e

formas de pagamentos dos empréstimos. Segundo o Plano Safra 2007/2008<sup>15</sup>, agora podem acessar os financiamentos do PRONAF, além dos produtores que já faziam parte da sua primeira versão, as famílias de agricultores assentadas via crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural.

Criam-se deste modo as linhas PRONAF jovem, PRONAF Mulher, PRONAF pesca, entre outras linhas de crédito das mais variadas abrangências. Essa expansão da base social de beneficiários opera na inserção de segmentos sociais que tornam-se público alvo modernizados ou a serem modernizados, incorporando nestes segmentos a lógica do espírito empresarial, orientados a adentrar nos circuitos organizados das cadeias produtivas voltadas ao agronegócio e as agroindústrias, ou incorporados em diferentes serviços e atividades para além da agricultura. Assim aparecem no cenário do campo novos empreendimentos não agrícolas ditados pela pluriatividade, a exemplo dos ramos de hospedarias, de serviços, artesanato, pequenas agroindústrias, associados em atividades comerciais com o predomínio da lógica empresarial, cuja eficácia é medida fundamentalmente pelo desempenho produtivo no circuito das flutuações do mercado.

Segundo Carneiro (1997), as diretrizes do PRONAF têm como referência experiências europeias, usando principalmente o modelo de desenvolvimento implementado da França no pós-guerra, que direcionou a modernização da produção agrícola e da sociedade rural elegendo a produção familiar como forma de produção do campo. Para a autora, na França a “revolução agrícola” se realizou com o esforço de vários setores da sociedade interessados em transformar o campesinato – a base social histórica da agricultura francesa – em um setor produtivo dinâmico, ao mesmo tempo produtor e consumidor

Carneiro (1997) ressalta que é importante lembrar das especificidades das conjunturas e os contextos históricos que se diferenciam da realidade brasileira. No

---

<sup>15</sup>- Segundo Aquino (2010), o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 pode ser entendido como uma espécie de “síntese” das principais mudanças normativas experimentadas pela política de crédito do PRONAF no período compreendido entre 1996 e 2008.

caso da França, a política sustentada na modernização da agricultura familiar foi implementada quando o chamado “Estado-previdência” investiu somas consideráveis em políticas sociais que garantiam as transformações desejáveis no campo. Assim, “implementou-se uma política orçamentária que contemplava, por exemplo, um sistema de prestações sociais destinadas a financiar a proteção social do agricultor, semelhante ao sistema de seguridade social dos assalariados” (CARNEIRO, 1997, p. 72). Além disso, outras fontes de financiamento, a fundo perdido, foram colocadas à disposição do produtor médio e do pequeno com o objetivo de garantir a sua reprodução social e, ao mesmo tempo, manter um certo controle sobre os mercados francês e europeu.

É em meio a essa conjuntura de transformações que a força de trabalho rural e o camponês tornaram-se a nova via para o desenvolvimento rural, forjando a ideologia da “agricultura familiar” para reforçar o desenvolvimento rural capitalista no campo via expansão do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para o Brasil. Mas, na verdade, o que veremos nos próximos capítulos é que a política pública do PRONAF em nenhum momento tem como estratégia alterar a lógica que cristaliza as estruturas de domínio historicamente estabelecidas pelas oligarquias agrárias e grandes grupos do capital agrário, industrial e financeiro.

### **CAPÍTULO III**

#### **O AVANÇO DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO SERGIPANO VIA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

### **3. O AVANÇO DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO SERGIPANO VIA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

O espaço agrário brasileiro/sergipano vem sofrendo várias transformações em sua estrutura, sob a ideologia da então chamada “modernização conservadora”, calcada sob a íntima conexão entre “produção científica, grandes empresas, fundações internacionais, políticas de Estado e o Banco Mundial na promoção, no apoio e na generalização de uma agricultura capitalista de grandes extensões, impregnada de tecnologia e defensivos, devoradora de terras” (PEREIRA, 2010). É neste contexto que a expansão do capitalismo se intensifica no campo, a partir do processo de industrialização no Brasil e da modernização da produção agrícola, provocando profundas transformações no/do espaço agrário brasileiro/sergipano.

Conforme Lisboa (2007), seguindo a cartilha do Banco Mundial, as políticas públicas voltadas à questão agrária no Brasil estiveram fundamentadas em patrocinar os rumos da industrialização brasileira e da modernização da agricultura no país via discurso do desenvolvimento. Por ser considerado atrasado, o campo representava um empecilho ao desenvolvimento econômico capitalista, que vislumbrava uma nova proposta de desenvolvimento nacional com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia, base necessária para a modernização da produção industrial.

Abre-se espaço para a ascendência de uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado. Um programa nacional de desenvolvimento com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia. Era um processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das altas tarifas sobre os bens importados e no seu controle direto, além do acesso aos bens de produção, como máquinas e matérias primas necessárias à modernização da base da produção industrial. (LISBOA, 2007, p. 63).

As ações e intervenções do Estado no espaço agrário sergipano não fogem à realidade que foi protagonizada na conjuntura nacional, mesmo que esse processo tenha ocorrido em níveis de intensificações diferenciadas nas diversas regiões do país. A difusão da modernização do campo sergipano via implementação de políticas públicas, foi marcada pela trajetória histórica de plena corroboração e manipulação do aparelho do Estado em benefício dos setores dominantes da sociedade rural, através da adoção de modelo agrícola onde privilegiaram-se as esferas produtivas mais capitalizadas, favorecendo as condições necessárias para a expansão do modo de produção capitalista.

O Estado garantiu à infraestrutura necessária a expansão do capital por meio de uma série de políticas e projetos de integração nacional, com a proposta de difundir tecnologia e com o discurso de gerar desenvolvimento, voltadas para o crescimento agrícola com o objetivo da produção para exportação, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira e paralelamente atender a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. Surgido desde o período militar, esse modelo modernizante de reforma do campo se reveste sob o organismo oficial de Estado, como um membro estendido do capital, produzindo um número significativo de programas com as mesmas características e objetivos: manter sua aliança na garantia da acumulação ampliada de capital.

O Estado populista desenvolvimentista representou uma aliança mais ou menos instável entre o empresariado nacional, desejoso em aprofundar o processo de industrialização capitalista e os setores populares, cujas aspirações de participação econômica e política foram manipuladas pelo primeiro. O Estado, sob a aparência de defensor de uma concepção de mundo caberia o papel de consolidar o projeto desenvolvimentista como se representasse diferenças subsumidas no projeto nacional (LISBOA, 2007, p. 65).

Foram desconsideradas as questões sociais emergentes no campo, que historicamente clamavam os movimentos sociais na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Brasil. Alheio aos conflitos em torno da posse da terra, o Estado abnega a questão da concentração fundiária criando vários programas como alternativa de reforma agrária. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), a SUDENE foi

originalmente criada sob o discurso promover o desenvolvimento regional e reduzir os bolsões de pobreza no Nordeste principalmente no semiárido, mas teve suas funções desvirtuadas durante o período do regime militar (1964-1985). Na época, o caráter da intervenção e de planejamento estratégico do Estado cedeu lugar a uma política de subsídios fiscais, que atendia aos interesses de uma elite oligárquica, que só agiu em interesse próprio. Para o autor, na verdade, os militares montaram uma estratégia de desenvolvimento no sentido de não promover a reforma agrária no Nordeste. Para Francisco de Oliveira (1993), tem-se a constituição da SUDENE, enquanto uma política que age em sintonia com as políticas de integração nacional, no qual visavam atender à demanda de bens não duráveis sob a dinâmica da formação de polos de crescimento (OLIVEIRA, 2003).

Conforme Francisco de Oliveira (1987), os investimentos do Estado no Nordeste não significavam em absoluto a transformação das formas do ciclo produtivo, não tiveram em nenhuma circunstância o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva vigente, tanto na esfera da produção como na esfera da circulação e da apropriação.

Para Lisboa (2007), as ações propostas para o desenvolvimento regional consistiam na implementação de programas de assistência financeira, técnica e social, como o I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, acentuando a tendência do Estado por meio de estratégia de integração nacional como a própria forma de expansão do capitalismo no Brasil. Neste sentido os programas e projetos que se especializaram tiveram como maior fundamento à criação de espaços onde a lógica capitalista pudesse fluir de forma mais dinâmica” (LISBOA, 2007, p.24).

Na região Nordeste do Brasil e no estado de Sergipe, podemos afirmar que os principais programas e políticas públicas para o campo desenvolvidas tanto pelo Governo Federal, bem como o estadual, estiveram direcionados a programas de irrigação e ao flagelo da seca (FERREIRA, 2003). Vale lembrar que em Sergipe, em torno de 60% de seu território está situado no chamado “Polígono da Seca”, o que leva o estado a uma grande dependência das águas do São Francisco e de outras bacias hidrográficas de pequeno porte. No total, são 27 municípios situados nas

regiões áridas e semiáridas do sertão sergipano ocupando toda a parte oeste do estado, com domínio da caatinga, da pecuária extensiva e de latifúndios improdutivos.

Essa grande dependência da água na região semiárida sergipana, dentre outras, sempre foi utilizada politicamente como pretexto em períodos eleitorais para manter o vínculo de subordinação dos eleitores aos chefes políticos locais.

[...] mantendo o controle da fidelidade dos eleitores já conquistados, evitando que os adversários os "roubem" para as suas hostes, é feito através de fornecimento gratuito de remédios, alimentos, prestação de serviços sociais (ambulância para levar os doentes e gestantes para hospitais e maternidade de Aracaju), incursões junto ao governo estadual para realizar pequenas obras nas comunidades/povoados rurais, apadrinhamento político, etc. (FERREIRA, 2003, p. 111).

Até a década de setenta do século passado, programas criados pelo governo federal atuaram no estado apenas como repassador de recursos para o governo estadual que se deteve a projetos de irrigação, exportação e desapropriações (FERREIRA, 2003).

Os incentivos governamentais que no discurso oficial eram destinados aos pequenos produtores, terminaram sempre beneficiando médios e grandes proprietários, e, sobretudo, à pecuária melhorada... [...] é o Estado mais do que a iniciativa privada que expande o capitalismo no Sertão sergipano... (SANTOS, 2000, p. 151).

Acompanhando um modelo econômico agroexportador, criam-se vários programas governamentais federais destinados ao campo, introduzindo novas relações de produção e de trabalho e conseqüentemente a intensificação da expansão do capitalismo em todo o espaço brasileiro. E uma série dessas políticas passa a influenciar o Estado em Sergipe, no sentido de implementar projetos de "modernização agrícola" seguindo o modelo da política agrícola nacional voltado

para as cadeias produtivas capitalizadas de exportação e expansão de empreendimento capitalistas no campo (SANTOS, 2000).

Conforme Santos (2000), durante os anos de 1970, o Nordeste, através da SUDENE, recebeu um grande volume de investimentos, oriundos dos incentivos fiscais criados para a região e os vinculados ao II PND, com o discurso de aumentar o seu desenvolvimento.

Tais benefícios possibilitaram a modernização de setores tradicionais como têxtil e alimentos, além de favorecerem uma importante diversificação tanto no setor de não duráveis como no de bens duráveis e de capitais. Por sua vez, os empreendimentos vinculados ao II PND voltaram-se para implantação de unidades industriais no setor de bens intermediários em quase todos os estados da região mas, dado o peso do polo petroquímico de Camaçari, concentraram-se fortemente na Bahia. Ainda assim, Sergipe recebeu importantes investimentos, especialmente da Petrobrás e suas subsidiárias (SANTOS, 2000, p. 53).

A EMATER-SE, antiga ANCAR-SE, passa a desenvolver políticas de assistência técnicas e extensão rural e implementação de tecnologias no meio rural. A CODEVASF atuou em Sergipe com implantação de perímetros e campos de várzeas inundáveis, beneficiando os grandes produtores com uso de sistemas de irrigação (FERREIRA, 2003). Todas essas políticas atreladas a outros projetos federais, como PROVÁRZEAS, PLANASAR, PROIN etc., quando atuaram em Sergipe, trabalharam em consonância com representações estaduais de órgãos federais como INCRA, CODEVASF, DEAGRO etc., ou repassando verbas de ministérios para órgãos coordenadores e executores da EMBRAPA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Secretarias Estaduais; ou deram suporte às ações e vários programas desenvolvidos pelo governo estadual que se fez valer do apoio financeiro para consolidação de grandes projetos de agricultura irrigada, destinados à iniciativa privada e as políticas assistencialistas de combate à seca e à falta de água.

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira que chegam ao ápice no campo nordestino fortaleceram a indústria da seca, aprofundaram relações clientelistas e eleitoreiras como o fornecimento da água. Como elemento justificador para a elaboração de políticas no campo, a diversidade do fator climático por vezes foi estratégia utilizada para angariar recursos federais de vários governos municipais e estaduais.

Foram inúmeros projetos estaduais com o mesmo caráter: obras de captação e armazenamento de água para diversos municípios do sertão, como perímetros irrigados, adutoras, açudes e com projetos hidro agrícolas e o Projeto Sertanejo que prometiam levar obra de infraestruturas de resistência a secas, através de núcleos localizados nos municípios de Poço Verde, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Frei Paulo (SANTOS, 2000).

No entanto, esses sucessivos projetos pouco amenizaram a miséria e as desigualdades das populações mais carentes do meio rural sergipano. Ao contrário, revelaram-se na verdade enquanto mecanismos de fortalecimento dos médios e grandes produtores e resultaram na expulsão da população rural de suas terras. Podemos utilizar como exemplo a expropriação dos camponeses e trabalhadores rurais das lavouras de arroz que ocupavam as margens do Rio São Francisco e que foram expulsos para dar lugar à implantação do projeto de irrigação patrocinados pela CODEVASF.

Projetos com dispêndio absurdo de recursos financeiros, descontínuos, com infraestrutura por vezes mal finalizadas, ou com alcance direcionado aos grandes proprietários de terra, deixando à margem uma massa de miseráveis, sem amenizar pobreza na região semiárida sergipana, e sem fortalecer as condições socioeconômicas da produção camponesa.

[...] em Sergipe foi constante a presença de programas voltados para promover a melhoria do meio rural, porém a situação precária de vida das famílias camponesas, particularmente as que vivem no sertão, ainda são visíveis as contradições que marcam o cenário pela fome, miséria, violência e injustiça social (FERREIRA, 2003, p. 121).

Nos últimos anos, projetos financiados pelo Banco Mundial, com ações assistencialistas nos povoados rurais com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA tem atuado em municípios do semiárido, via financiamento de projetos agrícolas e não-agrícolas, principais suportes dessas ações.

A inserção do campo sergipano no cenário mundial tornou-se possível, através das políticas de incentivos a cadeias produtivas integradas ao mercado, por meio da construção das rodovias, projetos de irrigação, incentivos creditícios e fiscais, além da construção de infraestrutura necessária à formação dos complexos agroindustriais e de novos empreendimentos empresariais. Soma-se a este processo o próprio movimento do capital que demandava áreas para promover investimentos, como exemplo a indústria de insumos, de fertilizantes, de maquinários que necessitavam de mercado, alterando profundamente o espaço geográfico para atender a grande demanda da mobilidade do capital e do trabalho.

Este modelo de desenvolvimento, especialmente o processo de modernização da agricultura, claramente conservadora, gerou mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho no campo, integradas ao progresso pela mudança na base técnica, promoveu a integração crescente da agricultura com a indústria, apoiada em créditos e subsídios do Estado. O aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho e se efetivou como uma renovação tecnológica com utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de força de trabalho, com tendência à especialização da mesma, foi possível inferir grande crescimento nas exportações de produtos agrícolas e abastecer a economia urbana e industrial (OLIVEIRA, V.D. 2007).

A estratégia da modernização é promovida e disseminada para atender a demanda da produtividade da agricultura agroexportadora, um processo que se consolida por meio de alteração no uso e na ocupação dos solos para garantir a expansão do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

O Estado não se orientou em rever o quadro profundo de concentração fundiária, nem promoveu a repartição da riqueza gerada por essa forma “moderna” e competitiva de agricultura com os desvalidos do campo, pelo contrário. Tal processo de transformação da sociedade do campo concentrou ainda mais a terra e a renda; garantiu ampliar suas contradições e sua violência aos trabalhadores do campo e da cidade. Excludente e geradora de desigualdade, a modernização da agricultura via mecanização da produção promoveu o deslocamento forçado de milhares de camponeses para as cidades, substituindo os cultivos agrícolas que tradicionalmente empregavam grande contingente de força de trabalho no meio rural e que garantiam a reprodução da vida camponesa para dar lugar à produção da monocultura de *commodities*. A expansão do trabalho assalariado levou à precarização das condições de vida e do trabalho diante das poucas alternativas de sobrevivência e reprodução social.

Nessa lógica, a formação territorial capitalista do campo se produz marcada por desigualdades, por meio de movimentos de concentração do capital de forma desigual e combinada, favorecendo os grandes produtores patronais e as monoculturas de exportação e os grandes centros regionais. Essa realidade contribuiu para aprofundar a desigualdade social no país, aprofundando ainda mais a pobreza e a miséria de milhares de camponeses. Este cenário se agravou rapidamente com “a entrada das grandes empresas no campo – seja envolvidas diretamente na produção agrícola e pecuária, seja envolvidas na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, seja envolvidas na venda de insumos aos produtores agrícolas” (MARTINS, 1986, p.11). Em todos os cantos, camponeses ligados à terra por várias gerações, viram-se repentinamente ameaçados ou expulsos.

Este processo se intensifica em Sergipe a partir da instalação de indústrias de processadoras de sucos, ocasionando profundas mudanças no processo produtivo, gerando repercussões no espaço geográfico via produção de cultivos de monoculturas, com a intensificação principalmente da produção citrícola direcionada a abastecer o mercado internacional de sucos concentrados. Segundo Jânio dos Santos (2008), essas indústrias foram constituídas desde final da década de 60, mas

passam a operar para a produção de sucos concentrados para exportação só na década de 1980. Para o autor, enquanto estratégia do capital as indústrias que antes funcionavam na região Centro-Sul passam a se estabelecer em Sergipe via incentivo do Estado, utilizando-se dos fartos recursos da SUDENE, do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), além do benefício de ter matérias-primas e força de trabalho a preços bem mais baixos em relação a São Paulo.

Valorizando as atividades econômicas voltadas para exportação, a SUDENE no Nordeste buscou criar facilidades por meio de política de incentivos as médias e grandes propriedades e aos cultivos destinados ao mercado por meio de alteração no processo de produção com agregação de tecnologias modernas. Neste processo, as formas tradicionais de exploração da força de trabalho rural passam a dar lugar a novas formas de produção, “onde a mais-valia relativa e a capacidade de capitalização da pequena produção se transformam no centro de reestruturação das relações de produção” (SANTOS, J. R. D. 2008, p.12).

As sucessivas crises passam a enredar o capitalismo desde a década de 1970, provocando mudanças no funcionamento da economia mundial, tendo rebatimentos nas economias nacionais. Para Lisboa (2007), os desdobramentos da crise do capitalismo impuseram abertura das economias regionais/nacionais. Sob a lógica do capital, o âmbito nacional que compromete no local assume nova configuração espacial a partir do esteio de uma nova/velha modernização. Será sob a égide das concepções liberais que verificaremos um processo profundo de desregulamentação da economia na qual criar-se-á, a partir de então, o ambiente apropriado para o pleno desenvolvimento da especulação financeira. Em meio a uma crise econômica sistêmica de superprodução, o mercado financeiro será uma alternativa encontrada pelos capitalistas para investir o capital acumulado. Assim, o capital fictício cumpre o papel de buscar manter e ampliar a lucratividade do capital excedente que os capitalistas não conseguem ampliar numa esfera produtiva.

Conforme estudos de Conceição (2011), nos últimos anos o Governo local em consonância com o Governo Federal tem direcionado Políticas Públicas em Sergipe para o desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio com a consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da

mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. Segundo a autora, o agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias e intensificado o desemprego no campo. Intensificando a precarização do trabalho através da superexploração das horas de trabalho.

No campo, os efeitos deste reajuste do capital ocorrem com a intensificação da penetração da forma capitalista de produzir, via a concentração/centralização de capitais através de investimento do capital industrial na agricultura. Por meio da junção entre agricultura e indústria, com o domínio da primeira pela segunda. “O agronegócio torna-se a alternativa para o campo nesse momento, representando a via última para a agricultura sob o discurso hegemônico comandado pelo Banco Mundial” (OLIVEIRA JUNIOR, 2010, p.2).

Para o autor, em Sergipe, este processo se intensifica a partir da reestruturação produtiva tutelada pelo Estado que cria condições necessárias por meio de incentivos a cadeias produtivas voltadas à produção industrial, a exemplo da Laranja e do Fumo cultivos que possuem forte relação de integração com as indústrias de processamento de sucos e de cigarros, inclusive com a industrialização do produto que passa também a ser processado no lugar, transformando o lugar no lócus de interesses mundiais e locais. A indústria via monopólio de compra da produção subordina as relações de produção e os camponeses e trabalhadores passam constantemente a serem submetidos à lógica da exploração engendrando uma série de relações entre o trabalho e o capital.

O monopólio que estas indústrias exercem pelo aumento da exploração do trabalho camponês na determinação e redução do preço do valor da produção, além disso, passa a impor a necessidade de consumir mudas, adubos e agrotóxicos no contexto da modernização da produção. O Programa de Revitalização da Citricultura implantado pelo Estado torna-se um exemplo de introdução de tecnologias pelas mãos das grandes indústrias, Bancos, laboratórios de adubos e de fertilizantes que vão legitimar o modelo desenvolvimento do capital no campo. Segundo Vanessa Dias de Oliveira (2010), o município de Lagarto é o nucleador desse programa, este que é alicerçado em um modelo de desenvolvimento do capital sustentado na

incorporação de tecnologias que prioriza a alta produtividade no campo, ao mesmo tempo, que abre caminho para a ampliação de novas formas de exploração e subordinação do trabalho.

É a partir dos anos 1980 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é no princípio da década seguinte que atingiram nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. No entanto, esta estrutura guardara traços de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e à adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis (TOMÁZ JUNIOR, 2002). Em 1990 inicia-se um processo, jamais visto antes, de impulso extraordinário à criação de capital fictício na forma de crédito, às empresas, às famílias, ao consumo, e créditos imobiliários.

Essa ação permissiva e direcionada do Estado tem aprofundado a subordinação do campo sergipano ao capital por meio do incentivo à produção de *commodities* voltadas ao mercado internacional, em detrimento da produção de subsistência, resultando numa elevada concentração de terra e de riqueza, expropriando grande parte dos camponeses, gerando uma avassaladora e intensa saída de jovens em busca de possibilidade de emprego. Essas contradições “geram movimentos de concentração da população nas cidades, em regiões industrializadas, lócus da concentração de capital e da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2004). Essa situação reflete na medida em que o Estado se coloca a serviço de um modelo econômico explorador, dependente do capitalismo monopolista. Valorizando as ações do agronegócio, o Estado conivente permitiu a concentração da terra e ignorou e garantiu a manutenção do rentismo fundiário no Brasil, relegando a parcelas significativas das populações rurais e urbanas a cenários de exclusão, pobreza e miséria.

### **3.1. As políticas de crédito enquanto estratégia do Estado na subordinação do camponês ao capital**

Valendo-se de políticas públicas e de uma infraestrutura disponibilizada pelo Estado, a expansão do capital no campo passa a promover transformações nas relações de trabalho no município de Lagarto desde a década de 1970, principalmente, a partir da introdução de Cooperativas, que perde rapidamente o seu caráter de organização comunitária da produção e venda do excedente torna-se a porta de entrada do capital financeiro via políticas de crédito, disseminadoras da modernização e desenvolvimento tecnológico do campo. A intensificação deste modelo produtivista do campo se dá com maior força, sobretudo, a partir do momento em que foi introduzida a produção de laranja na década de 1970, processo acelerado na década de 1980 no momento em que o capital agrário, industrial e o financeiro formaram o tripé de sustentação da economia capitalista.

No município de Lagarto, esta estratégia consolidou-se a partir da Coopertreze, que passa a ser utilizada pelo Estado como instrumento para viabilizar a modernização, sobretudo, na produção de laranja, tanto no que se refere à aquisição de terras, bem como na atração de capital, adotando inovações tecnológicas a serviço da extensão técnica rural e facilitando o acesso ao crédito. No contexto da modernização, a política de colonização via Coopertreze comandava o acesso ao crédito para aquisição de terras dos sem-terra e dos que possuíam pouca terra, estruturando o mercado consumidor para a indústria moderna que se expandia.

Em Sergipe, o Estado implantou o modelo de colonização principalmente nos municípios centro-sul do estado, região que favorecia as condições necessárias à exploração agropecuária. Deste modo, a Colônia Treze, em 1958, que se tornou um importante povoado do município de Lagarto, surge sem qualquer relação de pressão social gerada por ocupações de terra.

No caso da Colônia Treze, a colonização teve como ponto de partida, por iniciativa do fazendeiro Antônio Martins, a doação dos primeiros lotes para 10 famílias, nas suas terras, localizadas no Treze. De acordo com depoimentos coletados na nossa pesquisa de campo, temos a história desta localidade contada por alguns de seus antigos moradores, que presenciaram a formação da Colônia Treze, conforme relatos abaixo do Sr. H.O<sup>16</sup>. 62 anos:

Antônio Martins foi quem doou primeiro 10 lotes, para seus próprios funcionários lá do Povoado Sobrado, ele tinha um armazém de farinha neste povoado, utilizando recursos do Banco do Brasil.

[...] era menino quando o treze começou, no começo era uma festa, ninguém podia imaginar que ia gerar aquilo tudo, vi quando construíram as primeiras casas, casas já dentro dos programas de governo, o Sr. Antônio Martins comprou parte daquelas terras do treze, inclusive uma parte pertencia a um tio de minha mãe, e outra parte foi proveniente de terras que eram devolutas (H.O, 62, pesquisa de campo, 2012).

Contudo, é importante ressaltar que o fazendeiro almejava ganhos políticos particulares, uma vez que logo depois da formação da Colônia Treze, no ano de 1959, tornou-se Prefeito de Lagarto, bem como havia incentivos à colonização do INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, política do Estado que segundo Andrade (1992) *apud* Lisboa (2001), visava beneficiar os grandes proprietários na medida em que canalizava financiamentos e infraestrutura para a propriedade que determinasse 20% de sua área para colonos, incentivos que se despontavam como um grande negócio para os grandes fazendeiros.

Para Lisboa (2001), a transformação da propriedade privada em colônia particular manifesta as estratégias de poder nas suas mais variadas instâncias. A autora salienta que, o poder político e econômico do colonizador Antônio Martins foi determinante para que o número de beneficiários fosse ampliado e o Banco do Brasil financiasse a construção das 100 primeiras casas na Colônia Treze. Mas

---

<sup>16</sup> - Visando garantir segurança, os nomes dos depoentes serão preservados nesta pesquisa.

quatro anos depois da consolidação da Colônia Treze, em 1962, fortes chuvas destruíram a maior parte das casas edificadas na localidade, causando grandes problemas conforme explicitado no relato em seguida;

[...] isso eu vi acontecer, era uma época muito chuvosa, era de assombrar, lembro-me que quando aconteceu estávamos eu meus pais e meus oito irmãos e mais uma tia irmã de minha mãe. Minha mãe nos acordou com aquele zoou. Nesta época tinha muito mato ao redor de nossa casa, tinha umas bananeiras no oitão da casa e tinha umas jaqueiras ao lado, no fundo, e era um barulho tão grande, pensávamos que o mundo iria acabar, e geralmente neste mês não relampeja, mas relampejou muito a noite toda (H.O, 62, pesquisa de campo, 2012).

[...] passamos a noite toda em um único cômodo, com muito medo, se fosse para morrer, morreríamos todos juntos, e aí logo de manhã veio a notícia de que as chuvas haviam derrubado quase todas as casas (*Ibid*).

Segundo relato de outro antigo morador, o Sr. A.S., de 87 anos, após as chuvas terem destruído a moradia de quase todos da Colônia Treze, muitos pensaram em desistir do sonho de ter uma terra para viver. Conforme este, a solução para os problemas veio com o Banco, uma vez que as casas tinham sido edificadas com financiamentos do Banco do Brasil, e este interessado em receber seus investimentos, rapidamente mandou um funcionário para tentar resolver a situação na localidade.

[...] algumas pessoas já não acreditavam que realmente teria uma comunidade nessa região. Muitos chegaram a desistir, mas um gerente do Banco logo veio e fez a sugestão da Cooperativa, o Antônio Martins era o avalista de toda a gente que morava nas casas derrubadas (Sr. A.S. de 87 anos, morador da Colônia Treze).

Conforme depoimento de um morador da região<sup>17</sup>, o Banco do Brasil enviou o gerente por nome de Elmo que tinha laços comunistas, informando inclusive que um de seus filhos, que era estudante, foi morto na época por perseguição da ditadura no Rio de Janeiro. Foi com o princípio da coletividade encetado pelo gerente Elmo que começaram a serem reconstruídas as casas atingidas pelas chuvas, na Colônia Treze, principiando ideias e ações de cooperativismo na localidade. Mas suas ações e ideias do coletivismo na comunidade não perduraram muito, pois os coronéis e políticos da localidade que mandavam e desmandavam em Lagarto; estes queriam Elmo e os laços do comunismo bem longe do município.

[...] ele vendo a situação de miséria do povo todo com suas casas derrubadas, tendo que começar do zero, propôs criar uma cooperativa, com a filosofia de um trabalho coletivo com a população.

Elmo ajudou a criar junto com o pessoal vários projetos, mas no ano de 64 quando as coisas estavam bem adiantadas, ele teve que sair daqui corrido, por conta de perseguição política dos que mandavam na região.

Os principais políticos daquela época, o Cabo Zé, Zé Raimundo Ribeiro, Luiz Garcez, Dionísio Machado, Ribeirinho que nessa época alguns eram novos, não aceitavam aquele trabalho de Elmo no Treze, e começaram a perseguir Elmo, viam ele como uma ameaça pois ele tinha estudo e muita influência com o povo.

Elmo era engenheiro e estava tendo muita inserção nesta região, e aí começaram a assustar o povo, a avisar ao povo que não entrasse na onda dos comunistas, e naquela época todo mundo tinha medo dos comunistas, sempre falavam horrores do comunismo, e depressa o Banco substituíram ele por outro gerente com o nome de Luiz Alves de Oliveira.

Com a saída de Elmo, o Banco enviou um gerente que se adequasse às necessidades dos coronéis correligionários do capital no campo. O gerente Luiz Alves de Oliveira foi o escolhido para a função de disseminar o crédito do Banco enquanto subsidiário das ações do Estado, investindo muito dinheiro na colonização

---

<sup>17</sup> -Por motivo de segurança, manteremos sob sigilo, o nome do entrevistado nos depoimentos.

dirigida via Cooperativa. A colonização do Treze e muitas outras neste mesmo modelo foram surgindo nesta lógica

É neste contexto que a Coopertreze surge. Segundo Lisboa (2001), fruto da organização de lideranças locais, do Banco do Brasil, do BNB, da SUDENE e do CONDESE, no qual sua concepção esteve vinculada às propostas de colonização e de comercialização da produção. Mas a Cooperativa logo perde a função principiada por Elmo, de organizar a comunidade em volta de um trabalho coletivo. Ao contrário, a Coopertreze se tornará a porta de entrada para as políticas agrícolas modernizadoras, bem como do capital financeiro. Para Conceição (2003), o domínio da Cooperativa foi possibilitado pela política de financiamento do Banco Mundial através da intervenção do Estado, via sistema Cooperativista, na qual aprofundaram ainda mais as desigualdades, ampliando a fome e a pobreza na região, tornando mais transparente o processo contraditório e combinado do desenvolvimento capitalista.

Lisboa (2001) afirma que a implantação do modelo Cooperativista no município de Lagarto atraiu vários comerciantes e levou os agentes financeiros a injetarem recursos, enquanto a política de governo para o setor agrícola encontrava no sistema cooperativo um veículo de aliança entre os capitais industriais e financeiros. Souza e Conceição (2001, p.10) apontam que o modelo Cooperativista do Treze sempre foi voltado para a comercialização e para a prestação de serviços. Não se priorizou a produção camponesa; o modelo Cooperativista adotado constituiu-se como a própria estratégia da penetração capitalista, em função de uma modernização recuperadora que na realidade significou uma vinculação de dependência ao setor industrial, e conseqüentemente a incapacidade de acompanhar o nível de produtividade, de competitividade do mercado internacional.

Conforme evidencia Lisboa (2001), o Banco Mundial, o Bird e outros órgãos de financiamento condicionavam a liberação de recursos à participação da população, desde a concepção, implementação e até mesmo na avaliação dos projetos no incentivo à organização dos trabalhadores em associações. Com efeito, conforme salienta os estudos de Pereira (2010), o Banco Mundial tem agido, desde suas origens, ainda que em diferentes formas, como um ator político, intelectual e

financeiro, e o faz devido à sua condição singular de prestador, formulador de Políticas, ator social e produtor e/ou veiculador de ideias em matéria de desenvolvimento capitalista, sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem fazer.

De acordo com este autor, desde 1968, o Banco Mundial passou a autorizar, empréstimos para empresas públicas e Bancos nacionais e regionais de desenvolvimento, devido, em primeiro lugar, ao crescimento real do setor público nos países da periferia, alguns dos quais com grau considerável de industrialização e todos, sem exceção, clientes do Banco. Em segundo lugar, à capacidade do setor público de absorver e contrair empréstimos em grande escala, bastante superior ao que seria possível fazê-lo por meio de empresas privadas. Em terceiro lugar, à própria dinâmica da política internacional, que impunha certa tolerância das grandes potências, em especial dos EUA, em relação a alguns governos que implementavam políticas econômicas ou estratégias nacional desenvolvimentistas, desde que seu alinhamento político fosse inequívoco e não ameaçasse os ativos e investimentos estrangeiros. E por último, devido a possibilidade de utilizar recursos do Bird e da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID para ampliar o financiamento das empresas privadas utilizando os Bancos nacionais e regionais de desenvolvimento como intermediários.

Seguindo a cartilha do Banco Mundial surge o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, como parte da política de Estado que visa colocar o orçamento fiscal da União como fonte de recursos oficiais para o crédito e criar alternativas não inflacionárias de financiamentos com a inclusão dos Bancos privados no sistema, com o objetivo de financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas; estimular a formação de capital; acelerar a adoção e tecnologia moderna; beneficiando os grandes e médios produtores. (REDIN e FIALHO, 2010)

A partir de 1970, já podem ser percebidas algumas ações do BM no Brasil a exemplo dos investimentos despendidos no âmbito agrícola e educacional, considerados fatores determinantes para contenção do ritmo de crescimento da pobreza, nessa década. Mas na agricultura o movimento expansivo das ações do BM se deu, com maior ênfase, a partir do momento em que foi criado o Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional – CGIAR em 1971, com o objetivo de criar uma rede internacional de centros de pesquisa agrícola para impulsionar a difusão da Revolução Verde. (PEREIRA, 2010).

Pereira (2010) ressalta que o BM se apressou em encabeçar a iniciativa, desempenhando um papel de liderança política e intelectual desde então, incentivando os Estados clientes a criarem centros de investigação agropecuária em toda periferia. A malha de instituições vinculadas a CGIAR rapidamente se ampliou e se ramificou pelos âmbitos da ciência, das agências de assistência bilateral e multinacional e das corporações agroindustriais dando origem a um complexo de poder baseado em um tipo específico de conhecimento, no qual milhares de técnicos e cientistas passaram a serem educados pelo sistema CGIAR, carreando dólares para os institutos nacionais de pesquisa por meio de parcerias com universidades principalmente americanas, impulsionando a norte-americanização dos sistemas agroalimentares nacionais, de leis de propriedade e leis de comércio e investimento nos países clientes.

É nesse contexto, que a Extensão Rural com o apoio norte-americano aos países do terceiro mundo começa a vigorar no Brasil. Formada pela tríade ciência-empresas-Estado, essa rede ajudou a expandir os ramos industriais ligados a Revolução Verde (energia, fertilizantes, pesticidas químicos, sementes sintéticas, maquinários agrícolas), retroalimentando a capacidade do Banco de atrair o interesse dos mercados de capital para investimentos na produção agropecuária. (PEREIRA, 2010). A ênfase no setor rural, por sua vez, foi usada como um forte elo do banco com o Estado Brasileiro que utiliza sua carteira de empréstimos em diversas direções: crédito agrícola (repassando aos produtores por intermédio dos Bancos de desenvolvimento), construção de grandes barragens para a eletricidade e irrigação, mineração, transportes, maquinário agrícola, nas políticas de desenvolvimento rural e urbana, de educação e saúde.

De acordo com Delgado (2000), este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado:

[...] por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.)”.

É seguindo esta lógica, que em Sergipe tem-se a instalação de indústrias processadoras de sucos congelados no município de Estância a exemplo da Frutene e a Frutos Tropicais, marcando uma nova etapa no desenvolvimento da citricultura no estado, alterando a finalidade da laranja, uma vez que rapidamente este cultivo deixa de ser uma atividade com forte presença no abastecimento do mercado interno de frutas *in natura*, para tornar-se matéria-prima voltada a atender a indústria, processo que redundou na formação das bases para que a agricultura ficasse sob o domínio dos monopólios da produção agroindustrial, engendrando relações capitalistas de produção, derivando no controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas.

Consolida-se, deste modo, no município de Lagarto bem como em outros municípios citricultores, um conjunto de processos do capital que impulsionam a produção da laranja e o consumo de bens e serviços atrelados à indústria, aumentando a dependência da unidade de produção camponesa ao capital. A produção passa a ser monopolizada ao ser associada à tecnologia, ao consumo de insumos industriais e ao uso de máquinas, enquanto a comercialização é ditada pela indústria ao determinar os preços da produção.

### **3.2. O camponês e o trabalhador rural no espiral da produção capitalista do campo.**

Apoiada na intervenção do Estado via políticas de financiamento do Banco Mundial, privilegiadoras do capital financeiro e das grandes cadeias agroindustriais, tem-se no município de Lagarto a implantação de infraestrutura e Políticas Públicas que passam a subsidiar o estabelecimento do monopólio da produção da laranja e a subsunção do trabalho ao capital, com destaque para as políticas de crédito, de assistência técnica, pesquisa agropecuária e extensão rural, que propiciaram significativos ganhos de produtividade na laranja, sobretudo, a partir da década de 1980, ocasionando profundas mudanças no processo produtivo apresentado até então, avançando de forma contundente nas pequenas e médias propriedades, conduzindo a transformação da produção camponesa em território da laranja (Figura 2).

Esses efeitos também são observados por Lisboa (2001) ao salientar que as contradições do pacote modernizador e seus rebatimentos na unidade de produção familiar e bem como em sua relação com a Coopertreze, uma vez que a cooperativa é afetada pelos efeitos da política de comercialização impostas pelas agroindústrias e processadoras locais que ganham força na região, bem como a presença marcante da figura do atravessador na comercialização da produção do camponês, reduzindo o espaço de ação da Cooperativa. Para a autora esta situação se acentua decorrente do não acompanhamento da Coopertreze no processo de diversificação da produção, uma vez que esta centrou sua ação em torno da comercialização da laranja.



**Figura 2: Monocultura de laranja em pequena propriedade no povoado Açuzinho, Lagarto/SE**

Fonte: pesquisa de campo (2011)

A laranja tornou-se, segundo Vanessa Dias de Oliveira (2007), um dos principais produtos de exportação de Sergipe. Para a referida autora, o fortalecimento do mercado da laranja e o estímulo aos cultivos de exportação foram subsidiados pela ação dos Governos Federal e Estadual pela criação do sistema de crédito, criação de infraestrutura, abertura de estradas para facilitar a circulação das matérias-primas e mercadorias, na difusão de tecnologia empregada aos cultivos, e também pela instalação de órgãos de pesquisas e de extensão rural. Esse processo permitiu a citricultura obter crescimento econômico e consolidação, assentada na constante ascendência de padrões de produção e produtividade cada vez mais imersos nos preceitos da modernização.

A extensão rural e a assistência técnica cumpriram seguramente o papel que lhes fora conferido na modernização induzida, como repassadora do crédito rural e disseminadora dos pacotes tecnológicos de maneira seletiva (OLIVEIRA, V. D. 2007, p. 91).

Após décadas de crescimento a produção de laranja entra em crise no início dos anos de 1990, conforme pesquisa de Vanessa Dias de Oliveira (2007)<sup>18</sup>, essa crise reflete o acirramento das contradições do capital, em razão de mudanças inseridas no contexto do mercado mundial de suco, da concorrência com outros estados, devido à proliferação de pragas e doenças que atingiram os pomares, além disso, constatou-se uma queda de produtividade e produção por conta do envelhecimento dos pés de laranja. Como consequência, tem-se de forma latente o desemprego no campo, bem como o endividamento dos produtores junto às instituições financeiras, fazendo com que muitos perdessem ou vendessem suas terras, migrassem ou tornassem trabalhadores temporários assalariados.

Para a autora, apesar da redução da produtividade a cadeia produtiva da laranja se configura como uma das mais importantes do estado. Nestas condições, o Governo do Estado de Sergipe se insere na reestruturação do capital através de políticas de revitalização da citricultura. O Estado ao criar em 2003 Programas de Revitalização da Citricultura (figura 3), sob o discurso da redução dos problemas de pobreza e miséria, assentada cada vez mais no uso intensificado de tecnologias (figuras 4), no incentivo à substituição de mudas e pés de laranjas doentes por sementes melhoradas geneticamente e mudas produzidas em estufas (figura 5), reproduz as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade, no entanto, as contradições inerentes a este cultivo permanecem, assim como o desemprego, a expropriação de terras, a pobreza e a miséria continuam ao julgo dos imperativos do capital no campo.

---

<sup>18</sup> - Para maior aprofundamento sobre este assunto ler a dissertação da autora intitulada "**As Tecnologias e Suas Interfaces no Campo Como Estratégia de Controle do Capital**" São Cristóvão: NPGE, Dissertação do Mestrado, 2007.

De acordo com a autora (2007) o Programa de Revitalização da Citricultura centra-se na produção de mudas “sadias” e isentas de pragas e contaminações em estufas<sup>19</sup>, a muda protegida é possível maior produtividade, frutos de melhor qualidade e pomar com maior longevidade. Segundo a autora o processo de produção de mudas é bastante detalhado envolvendo a sementeira, transplante e enxertia, processo realizado sob o uso de força de trabalho contratada. O adubo utilizado na produção de mudas é o Omoscote (figura 4), conforme explicita a autora, este é um fertilizante industrializado pela Monsanto de alta tecnologia, projetado para que haja uma contínua nutrição da muda, melhorando a produtividade da planta.



**Figura 3: Estufa adquirida via incentivo do Programa de Revitalização da Citricultura em Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

---

<sup>19</sup> - segundo Dias Oliveira (2007) o Programa de Revitalização da Citricultura incentivou a criação de 65 estufas no estado de Sergipe, sendo que 50 delas no município de Lagarto, nos Povoados Colônia Treze, Jenipapo, Brasília, Estancinha, na localidade Açuzinho e no Perímetro Irrigado Piauí.



**Figura 4: Trabalhadores aplicando fertilizante Omoscote na produção de mudas de laranja em estufa na Colônia Treze, Lagarto/SE**  
Fonte: Pesquisa de campo (2011)



**Figura 5: Muda de laranja melhorada produzida em estufa na Colônia Treze**  
Fonte: Pesquisa de campo (2011)

É importante ressaltar que mesmo sob o monopólio da produção de Laranja na região, temos também a presença da produção do fumo (figura 6) no município de Lagarto, cultivo que também evidencia forte relação de integração entre a indústria de cigarros com a pequena produção familiar camponesa.



**Figura 6: Fumo em corda produzido por camponês da Comunidade Pau Grande para abastecer indústria de Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Segundo Oliveira Junior (2010) no município de Lagarto há duas formas de produção que se distinguem no espaço agrário: a produção/venda de fumo em folha, mais recente e destinada para a Souza Cruz, e a produção/venda de fumo em corda, atividade tradicional é destinada para atender a indústria do Maratá Fumo e Fumo Rocha, comercialização feita também pelos pequenos produtores nas feiras semanais que acontecem na região. No entanto, para o autor ocorre uma mudança nesta forma tradicional de cultivo a partir de 2001, enquanto o cultivo do fumo tradicional (corda) forma mais comum no espaço agrário caracteriza-se como uma atividade que exige muito trabalho, ou seja, é uma produção que necessita de trabalho intensivo não de capital intensivo. A nova forma de produção e comercialização do fumo ocorre via penetração de uma forma de cultivo do fumo especializado e com alta tecnologia em estufas sob o controle da empresa produtora

de cigarros Souza Cruz. De acordo com Vanessa Dias Oliveira (2009) enquanto o fumo tradicional é direcionado para a produção de fumo em saquinhos, o da Souza Cruz tem como objetivo o fumo em carteira. Mas para a autora nos últimos anos a produção de fumo em geral tem caído vertiginosamente no município de Lagarto em virtude da queda da demanda do consumo deste tipo de fumo, especialmente nos estados do Norte do país.

Como consequência dos pacotes modernizadores que priorizaram a produção para atender *commodities*, a produção de subsistência do campo no município de Lagarto vem passando por grandes transformações, os cultivos que historicamente fizeram parte da produção camponesa, como a fava, o feijão, a batata, o milho, o amendoim e a mandioca etc., foram paulatinamente substituídos, frente à produção de monocultura, desvinculando-se pouco a pouco da produção para o autoconsumo que atendiam as feiras livres do município e do estado, concentrando a produção no cultivo de laranja e do fumo para atender ao eixo agroindustrial.

Deste modo, a subordinação dos camponeses ao capital ocorreu, principalmente, a partir dos mecanismos de desarticulação e eliminação gradativa da unidade de produção familiar ou de sua completa sujeição ao capital, este processo ocorre como salienta Souza (2001) uma vez que ao penetrar no campo, o capital subordina as relações de produção camponesa, apropriando-se da força de trabalho da unidade de produção familiar; através da diminuição do trabalho familiar, ou pelo assalariamento dos trabalhadores, em benefício da grande empresa capitalista.

Para Souza (2001), através dos mecanismos de sujeição, a modernização da agricultura, favoreceu ao aumento da concentração fundiária, com a incorporação das terras dos estabelecimentos com menos de 100 hectares, ao tempo em que houve um maior parcelamento das terras e redução das terras menores. A elevada concentração fundiária resultou numa grande desigualdade social e conseqüentemente intensificou o processo da mobilidade do trabalho em direção as áreas urbanas. Segundo Conceição (2003) de forma geral, os pequenos proprietários, ao perderem suas terras tornaram-se assalariados, semi-assalariados, ou empregados esporadicamente.

Desterrados e sem alternativas para o sustento, estes trabalhadores são constantemente submetidos à lógica da exploração do trabalho precarizado, caindo nas teias das mais diversas estratégias dos atravessadores e grandes proprietários de terras que vivem da renda da terra e da mais-valia.

Trabalho o dia todo, chego a trabalhar carregando caixa em mais de uma roça durante o dia, recebo 1,50 por cada caixa de laranja, e mesmo trabalhando o dia todo tem mês que não chego a receber um salário. O trabalho aqui é muito duro, mas não tenho opção não, que posso fazer, a gente tem que comer né, ajudar no sustento.

[...] se eu tivesse uma terrinha era diferente, ia trabalhar pra mim, não ia faltar o que comer, plantava um feijão, uma fava, uns pezinhos de milho, não ia ficar parado não, como fico a maior parte do tempo quando não tem laranja para carregar, quando surge uns bicos nas roças dos outros dá pra tirar quinze, as vez vinte reais, mas nem sempre isso acontece e sabe...fico sempre preocupado se amanhã vai ter o que comer. (J.M.S., 24 anos, Povoado Açuzinho, Lagarto)

Este tem sido o depoimento de muitos que vivem o drama da falta de perspectiva no campo. Em pesquisa de campo, encontramos muitos diaristas, como eles se auto definem, pois não possuem emprego certo, trabalham no que aparecer no dia e ficam a mercê de arranjar um bico na roça de alguém, em períodos de colheita de laranja, se juntam a centenas de catadores e carregadores de laranja que ficam na espera de caminhões para trabalhar nos laranjais (figuras 7, 8 e 9). Os atravessadores se aproveitam deste grande contingente de exército de reserva para explorar o trabalho de todas as formas possíveis, inclusive de trabalho infantil.

Segundo Jânio dos Santos (2008) para fugir das leis trabalhistas muitos atravessadores alegam contratar apenas “trabalhadores temporários”, quando, na verdade, estes trabalhos ainda que considerados sazonais, não podem ser considerados como serviço temporário, uma vez que estes trabalhadores estão submetidos à esquema contínuo de relações de trabalho no campo, previsível sazonalmente.

Em pesquisa de dissertação Jânio dos Santos (2009) já denunciava as péssimas condições de trabalho à que estão submetidos os trabalhadores rurais da região citrícola do Centro-Sul de Sergipe, em que verifica-se uma ampliação do exército de reserva, dando origem à novas relações de trabalho, por causa da intensa exploração do trabalhador. Para o autor os trabalhadores (os que conseguem vender sua força de trabalho) são submetidos a condições tão degradantes como aquelas descritas por Marx, e vividas pelos trabalhadores ingleses do século 19, guardadas as devidas proporções de tempo, espaço e atuação do Estado.



**Figura 7: Trabalho precarizado de catadores e carregadores em laranjal no Povoado Brasília, Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de campo (2011)



**Figura 8: Trabalhadores rurais no transporte de laranjas para comercialização.**

Fonte: Pesquisa de campo (2011)



**Figura 9: Trabalhadores rurais abastecendo caminhão de atravessador com laranjas.**

Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Hoje os laranjais em sua maioria apresentam baixa produção, em face de falta de investimentos e incentivos para a manutenção e renovação das plantações, gerando um grave estado de degradação decorrente da avançada idade dos pomares e do deficiente manejo, obrigando a quem produz a terra se integrar no ciclo contínuo da dependência financeira dos créditos dos Bancos e da monopolização da comercialização dos atravessadores.

A nossa pesquisa de campo aponta que praticamente toda a laranja produzida passa pelas mãos do atravessador antes de chegar ao mercado, este canaliza a produção se apropriando de parte da renda da terra de toda a unidade de produção familiar.

Esse processo de expansão capitalista modernizante do campo observado no espaço agrário de Lagarto se acentua cada vez mais, principalmente a partir do momento em que se implanta a política de crédito do PRONAF, enquanto estratégia do capital financeiro e do agronegócio, promovendo a expansão da financeirização, apoiado nas ações da política de incentivo ao crédito do Estado, no qual tem subsidiado uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio reforçando ainda mais as estratégias privadas de maximização da renda da terra e da exploração de trabalho e sujeição dos camponeses, possibilitando o avanço cada vez maior do processo de acumulação capitalista.

## **CAPÍTULO IV**

### **O PRONAF ENQUANTO POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DOS AGENTES FINANCEIROS.**

#### **4. O PRONAF ENQUANTO POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DOS AGENTES FINANCEIROS.**

As mudanças de orientação do crédito para o camponês, a partir de meados da década de 1990, surgem numa extensa teia de relações por parte do capital, do Estado, com a participação decisiva do Banco Mundial, grupos multilaterais hegemônicos, bem como dos lobbies do agronegócio e dos agentes financeiros, que se sustentam pela via institucional do Estado promovendo via expansão da política de crédito rural, enquanto mola-propulsora de uma estratégia que assenta as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, sem, contudo, modificar o viés concentrador, setorial e produtivista que caracteriza o modelo de desenvolvimento agrícola vigente no Brasil.

Apesar de ser noticiado por muitos autores como a primeira Política Pública de crédito voltada para a produção camponesa, na verdade o PRONAF surge em substituição ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, primeira política de crédito desenvolvida para atender de forma prioritária aos assentados rurais, criada em 1985 e ao Programa de Valorização da Pequena Produção – PROVAP inaugurado em 1994, pelo Governo Itamar Franco, que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. No entanto, os mesmos foram bloqueados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, dando início a um período de confronto entre governo e MST.

Com extinção do PROCERA, retiraram-se as políticas específicas para os assentamentos e acampamentos e a partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, modificações que deram origem ao PRONAF em 1995, como uma linha de crédito voltada a produção familiar, oficializado em 28 de junho de 1996 através do Decreto Presidencial n.º 1.946. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). De acordo com o discurso governamental, esta Política Pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil.

O objetivo político dos governos ao modificar as regras do jogo no meio da partida é para desestruturar a luta e a força dos movimentos sociais. E a partir dessas mudanças imporem o seu modo de jogar através de novas políticas e de novas condutas e isso é fácil no Brasil, pois geralmente não há planejamento com base em políticas públicas de Estado e sim de governos, (AMORIM, 2006). Aos assentados rurais e camponeses restou-lhes serem incorporados ao universo dos agricultores familiares.

Para impor um novo modelo de produção no campo, a política do PRONAF estruturou-se em três eixos básicos, **Pronaf infra-estrutura**<sup>20</sup>, **Pronaf capacitação**<sup>21</sup> e **Pronaf Crédito**<sup>22</sup>, no entanto, este último é o que ganha maior evidência no PRONAF, tendo em vista o peso e o volume do crédito (gráfico1) nas ações desta política pública, transparecendo as reais intenções do Estado ao eleger o crédito como principal instrumento a ser utilizado para se fazer o falacioso desenvolvimento “sustentável” rural capitalista.

Conforme este modelo o “Agricultor Familiar”, será apresentado enquanto sujeito moderno, criado enquanto factótum desse novo paradigma postulado para o campo: o das máquinas, dos insumos, dos transgênicos, com a formação de grandes complexos agroindustriais e com a expansão de monoculturas, no modelo do agronegócio, que opera desde o melhoramento genético da semente, produção de mudas, técnicas modernas de plantio e colheita até o processamento do produto final nas agroindústrias, no qual envolve e articula todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias e que deve englobar, desde os pequenos aos grandes produtores, camponeses ou patronais, revelando um campo com novas

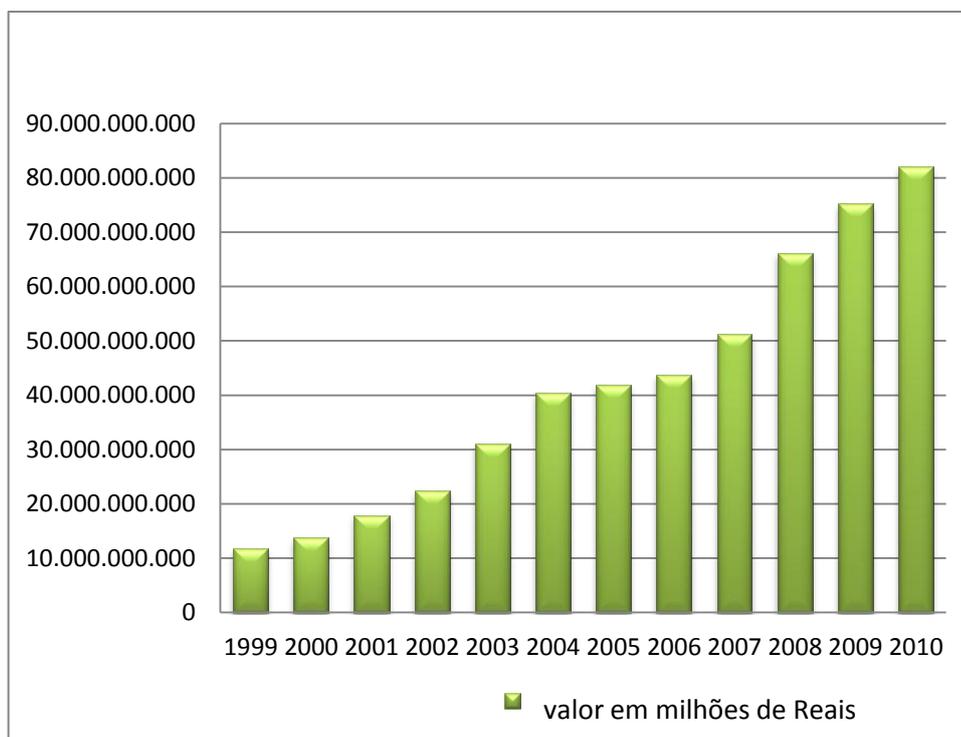
---

<sup>20</sup> Apresenta enquanto objetivo levar o desenvolvimento rural, por meio da melhoria da rede de infraestrutura dos municípios e transferência de recursos orçamentários, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar.

<sup>21</sup> De acordo com os objetivos do programa, o **Pronaf capacitação** foi criado visando proporcionar a capacitação e a profissionalização dos agricultores familiares implementando novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre os processos de produção e gestão das propriedades. Para atingir esses objetivos, contaria com convênios com as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, através do repasse de recursos pelo Ministério da Agricultura, para promoção eventos e cursos.

<sup>22</sup> O **Pronaf Crédito**: voltado ao apoio financeiro dos agricultores familiares por intermédio da concessão de financiamento da produção agrícola pelos agentes financeiros, compreendendo diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria.

relações de trabalho, atividades, padrões de produção e, principalmente com novas estratégias do capital em expropriar o trabalho e a renda da terra, lugar que somente caberia um agricultor nos moldes do avanço da expansão capitalista do campo.



**Gráfico 1: Recursos do PRONAF – crédito no Brasil de 1999 a 2010.**

Fonte: MDA/SAF (2012)

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A. (2012)

Segundo o programa de crédito, o PRONAF discursa romper com a histórica escassez de recursos para os grupos sociais “excluídos” do campo (gráfico 1), centrando-se no aumento da capacidade de investimento e custeio produtivo, para tanto cria condições de acesso e de pagamento dos financiamentos e propõe diminuir os custos do crédito para que seu uso se tornasse acessível. No entanto, apesar de se propalar facilidades na acessibilidade ao crédito, o PRONAF cria uma série de gargalos, de modo que o financiamento concedido assegura somente aos Bancos maior capacidade de retorno do empréstimo.

Neste sentido, a intenção de ofertar crédito em condições especiais de contratação e pagamento, que no discurso seria favorável aos agricultores mais pobres, entra em contradição com a lógica dominante da atividade financeira, que prevê que as operações de crédito devem, além de cobrir seus custos operacionais, ser rentáveis e seguras para os bancos que as possibilitam. De acordo com esta lógica quanto menores as garantias apresentadas e menores forem os valores movimentados, maiores são os custos operacionais e os riscos assumidos pelos credores, esta é a regra dominante no mercado de crédito (BRUNO & DIAS, 2004).

Segundo estes autores, o Estado busca relativizar esta lógica, instituindo normas e mecanismos que estabelecessem condições especiais de contratação do financiamento amenizando a resistência dos agentes financeiros em oferecer crédito aos enquadrados institucionalmente como agricultores. Assim passaram a funcionar as chamadas “exigibilidades bancárias” no tocante às condições de pagamento, a estratégia dominante tem sido a instituição de subsídios, diminuído as taxas de juros e aumentado os prazos de carência para pagamento. Para isso, segundo Aquino (2008) os recursos governamentais seriam repassados ao sistema bancário nacional (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Bancos estaduais e privados), que passam a realizar empréstimos a taxas inferiores às do mercado. Os custos operacionais e as diferenças nas taxas de juros em cada operação de financiamento devem ser cobertos pelo Tesouro Nacional.

Deste modo, o Estado, por um lado, passou a assumir boa parte dos custos da transação financeira, contudo, como a concessão de subsídios tem um risco e como obviamente não se espera que o mercado financeiro ou os Bancos se disponibilizem a assumi-lo, ao contrário estes são mais interessados na rentabilidade das operações que realizam, na mesma lógica dos Bancos o Estado também demonstra não estar disposto a assumir tal ônus, uma vez que o PRONAF-crédito vem à tona para atender principalmente o conjunto das unidades de produção familiares mais integrados nas cadeias produtivas, alegando que estes possuem maior potencial de serem promovidos ao modelo da Agricultura Familiar “consolidada”.

Nestes termos, o PRONAF - crédito centra-se na “Agricultura Familiar” transformando a concepção do produtor camponês para empresário inovador, inserido na lógica produtivista, adaptado em proximidade ao modelo de desenvolvimento estruturalista de Shumpeter<sup>23</sup>, que apregoa segundo Lisboa, 2007, destituir as velhas estruturas que persistem nas relações de produção do campo, apostando na ruptura do velho modelo agrário, considerando-o um entrave ao surgimento de novos métodos de produção e de mercados e de novas estruturas, sem porém, alijar a concentração fundiária e a pobreza extrema, velhos problemas que persistem e se fazem presente na realidade agrária do Brasil

Conforme demonstra o quadro 1 baseado no Plano Safra 2012, a política de crédito, classifica os agricultores familiares em seis grupos de beneficiários: A, B, A/C, C, D e E, de acordo com Aquino (2008) a classificação do público alvo a ser atendido seria uma espécie de “parâmetro social” do PRONAF para definir o tipo de produtor que seria favorecido pelas limitadas verbas públicas. O objetivo dessa medida é o de atender exclusivamente ao Agricultor Familiar mediante a comprovação de seis critérios.

---

<sup>23</sup> Para Josefa Bispo Lisboa (2007) Shumpeter (1961), defendeu a introdução de novos fenômenos, novos bens, novos métodos de produção, novos mercados, novas ofertas, ou seja, inovações somente seria possível através da introdução de uma nova figura a do empresário inovador. “Esta concepção de empresário inovador, fez Shumpeter situar a forte mudança econômica nos traços de personalidade de um tipo ideal de homem, ou de grupo de homens, que eram empresários, sem os quais a economia ficaria estagnada” (LISBOA, 2007, p.45). Assim com a crise econômica dos anos 1970 e a conjunção de novas tecnologias (informática, engenharia biológica, novos materiais de síntese, etc) dariam ao pensamento shumpeteriano nova popularidade a partir desse período, ideias que permanecem atuais, sobretudo neste momento intenso de avanço científico, em que a velha noção de concorrência entre empresas seria substituída pela concorrência entre produtos novos e velhos e entre as técnicas novas e as velhas.

| <b>GRUPO</b> | <b>CARACTERÍSTICAS</b>   |
|--------------|--|
| <b>A</b>     | Assentados da reforma agrária.   |
| <b>B</b>     | Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária.                         |
| <b>A/C</b>   | Egressos do Grupo A.   |
| <b>C</b>     | Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária   |
| <b>D</b>     | Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária. |
| <b>E</b>     | Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.    |

**Quadro 1: Classificação dos Beneficiários do PRONAF**

Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2012).

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A. (2012)

Segundo o primeiro manual do programa (PRONAF, 1996), somente os agricultores que se enquadrassem nos parâmetros, conforme explicitado abaixo, aplicados uniformemente em todo o território nacional, poderiam se tornar beneficiários do PRONAF-crédito:

- a) explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros;
- b) mantenham até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;
- c) não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

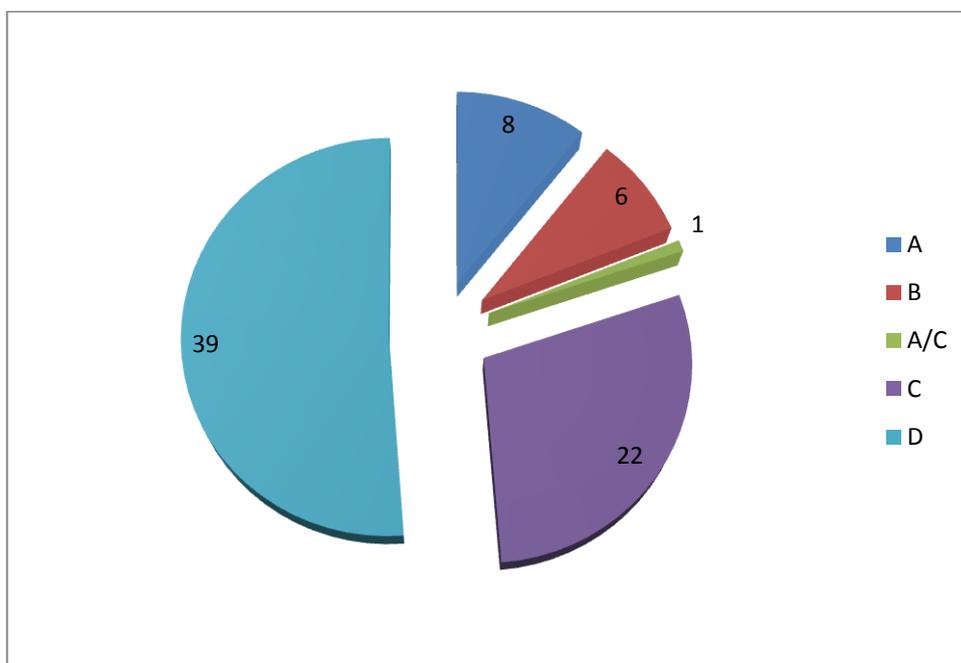
- d) obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual da exploração agropecuária e/ou extrativa;
- e) residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) possuam faturamento máximo anual até R\$ 27.500,00.

A dinâmica recente do PRONAF-crédito confirma a influência dos segmentos mais capitalizados da agricultura nacional no PRONAF, uma vez que houve uma série de alterações no seu desenho normativo para atender aos grupos mais integrados nas cadeias produtivas como demonstra o Quadro 1. Segundo Aquino (2008), inicialmente como critério de enquadramento dos beneficiários, “fechava as portas” para os agricultores com níveis de renda superiores a 27 mil reais. No entanto, o que se observa é que, ao longo dos anos, os valores de enquadramento foram sucessivamente elevados, “abrindo as portas” do programa para os agricultores mais capitalizados.

Para Aquino (2008), a “abertura das portas” da política de crédito do PRONAF, acentuada a partir da safra 2003/2004, com a criação do Grupo “E” e a posterior ampliação para 110 mil reais do limite máximo de renda anual do público-alvo da ação governamental, gera ao menos duas consequências importantes que põe em xeque os objetivos do PRONAF, a primeira é que aumenta a participação do sindicalismo patronal na execução nacional e local no programa. A segunda é que se tornam candidatos aos financiamentos os agricultores mais capitalizados e com capacidade de oferecer aos Bancos garantias reais e contrapartidas, os quais tenderão a absorver parte significativa dos recursos, sobretudo de investimento. Para o autor, há muito tempo que o sindicalismo patronal incorporou o PRONAF na sua agenda de prioridades, buscando interferir nos rumos do programa em favor dos seus associados visando acesso ao crédito rural em condições especiais.

É possível observar a partir do gráfico 2, a percentagem dos recursos do PRONAF-Crédito é direcionada a cada grupo de beneficiário, indicando fortemente uma tendência para qual público alvo, para quem atender e quais os interesses de fato, por que essas políticas públicas foram criadas, uma vez que não se pode escamotear o fato evidenciado nos dados de que são agricultores familiares inseridos no mercado, e não os camponeses mais pobres que conseguiram os maiores financiamentos. Assim, no gráfico 2 fica evidenciada a estrutura discriminatória e privilegiada que se apresenta a distribuição dos recursos do PRONAF-C e D.

Ressalta-se que a lógica concentradora também se manifesta quando se analisa a distribuição do crédito rural entre as regiões do país uma vez que a distribuição regional dos estabelecimentos e dos recursos financeiros alocados conforme tabela 1, constata-se que as regiões Sudeste e Sul, captaram proporcionalmente maior percentagem dos recursos do Pronaf – crédito.



**Gráfico 2: Participação dos Grupos no montante de crédito do PRONAF (%)**

Fonte: MDA (2012)

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A. (2012).

| Regiões  | Ano   |       |       |       |       |       |       |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|          | 1996  | 1998  | 2000  | 2002  | 2004  | 2006  | 2008  |
| Norte    | 0,91  | 2,06  | 6,27  | 6,45  | 11,93 | 9,49  | 6,18  |
| Nordeste | 6,66  | 15,75 | 22,92 | 15,37 | 18,19 | 25,98 | 18,13 |
| Sudeste  | 12,05 | 17,37 | 17,07 | 14,75 | 17,00 | 19,74 | 17,49 |
| Sul      | 78,28 | 48,99 | 56,69 | 46,90 | 41,15 | 43,72 | 52,20 |
| C. Oeste | 2,10  | 3,05  | 7,87  | 7,85  | 6,23  | 6,30  | 6,00  |
| BRASIL   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   | 100   |

**Tabela 1 Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2008 (Em%)**

Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2010).

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A. (2012)

O crédito preenche na economia capitalista, diversas funções, mas o seu papel mais importante é o de aumentar a capacidade de extensão e facilitar e acelerar a troca de mercadorias e todo o ciclo do processo de produção (LUXEMBURG, 1999). Neste sentido, ao subsidiar crédito, a Política Pública do PRONAF permite ao capital sua expansão em todas as esferas da produção no campo, criando novos padrões de exploração e acumulação, por meio do controle e subordinação da unidade de produção familiar, impondo uma nova estrutura produtiva, forçando-o a assimilar novos padrões de tecnologia, que vai desde o consumo de maquinarias e insumos agrícolas produzidos pelas empresas transnacionais, de sementes e mudas modificadas pelas empresas de biotecnologia, dentre outras teias de imposições de consumo que favorecem a subordinação e a apropriação do produto gerado pela força de trabalho camponesa.

Ditadas por relações comerciais desiguais, o camponês passa a produzir matéria-prima para a indústria e consome os produtos industriais, aprisionando a produção camponesa aos ditames e interesses do mercado. Processo que permite a monopolização e a territorialização do capital monopolista no espaço agrário, promovendo a concentração da terra e a desterritorialização e proletarianização do campesinato.

#### 4.1. O PRONAF e os Bancos na capturação do camponês

O campo sergipano se inscreve no mesmo contexto nacional, tornando-se dependente dos interesses externos sob nova reestruturação social e territorial do trabalho impetrado pelo capital. Neste sentido, o caminho de análise para se chegar ao reconhecimento dos mecanismos responsáveis pela produção do espaço agrário, deve ser feito no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista no mesmo contexto nacional e em nível mundial, por meio do entendimento de que essas transformações e alterações espaciais se inscrevem nas distintas escalas espaciais de análises. É pautada nessa totalidade, que nos propomos analisar a ação do Estado por meio da política pública do PRONAF que têm (re)configurado a produção do espaço agrário de Sergipe (figura 10).<sup>24</sup>

Seduzidos pelo discurso do Estado e dos gerentes de bancos, na esperança de que o crédito pudesse levar a melhoria da produção e de melhores condições de vida, grandes contingentes de camponeses em todo território sergipano foram levados solicitar empréstimo via crédito do PRONAF. Essa política de crédito do PRONAF buscou no discurso da propalada “inviabilidade econômica da produção familiar” (PRONAF, 1996), centrando esforços em instrumentos de crédito que

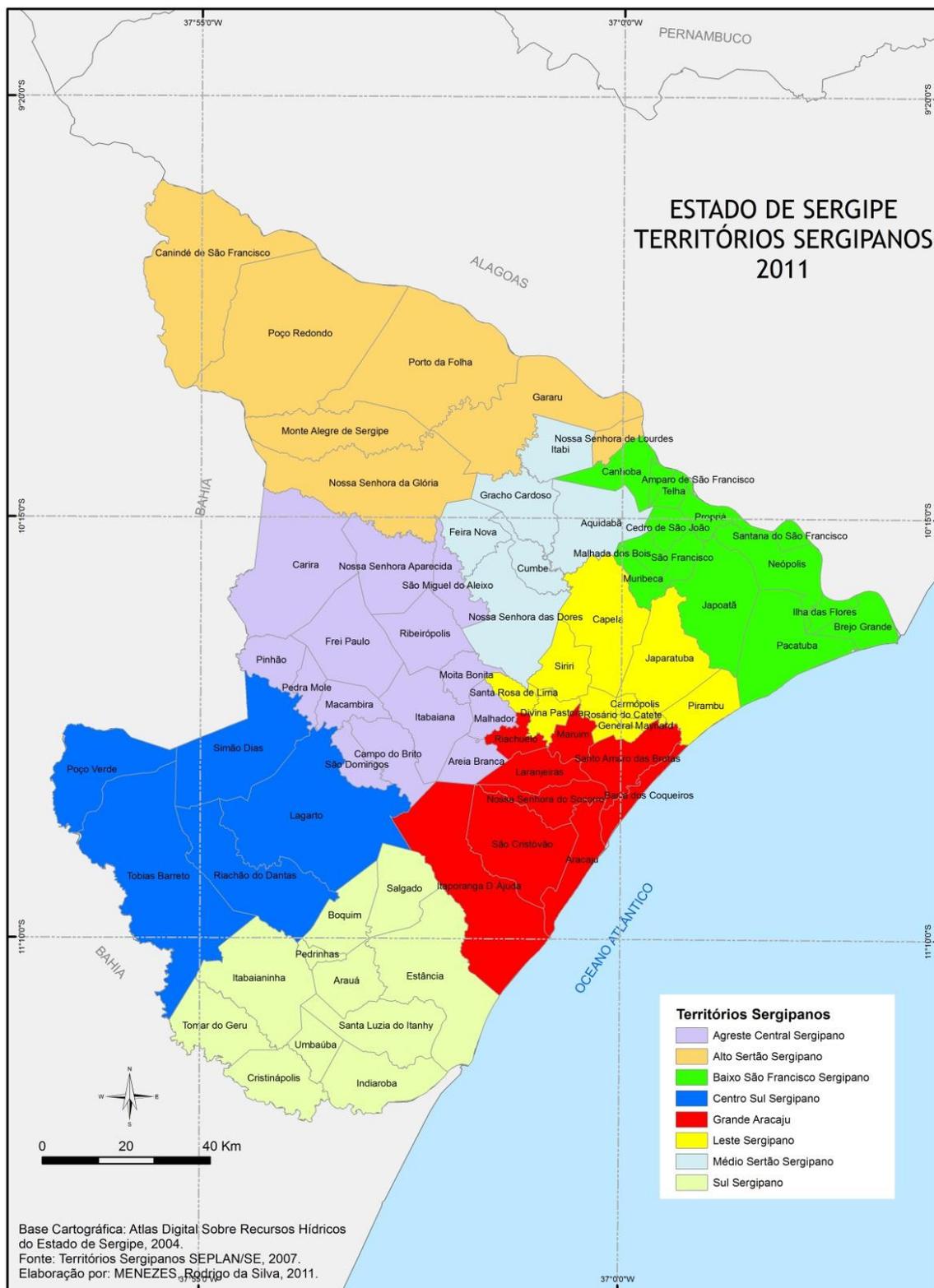
---

<sup>24</sup> Classificação estabelecida em 2007, Decreto Estadual nº. 24.338, (mapa 1) de acordo com Plano de Desenvolvimento do Território, do Governo de Sergipe, 2008. Iniciado a partir de 2008, este é o plano estratégico contido dentro do bojo do plano “Sergipe Governo de Todos: desenvolver para incluir”, no qual apresenta o discurso da inclusão pelo direito, por meio da universalização do acesso aos serviços públicos e a inclusão pela renda, de modo a reduzir as desigualdades Territoriais.

Dentre os seus objetivos apresentados em seu plano estratégico visa “fortalecer as atividades econômicas e sociais do Centro-Sul, a partir da implementação de políticas públicas adequadas à realidade do território, preservando a sua identidade e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de Sergipe”. Assim combater a concentração de terras e de poder e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda são as bases da formulação dos cenários. (Plano de Desenvolvimento Territorial, Gov. de Sergipe, 2008)

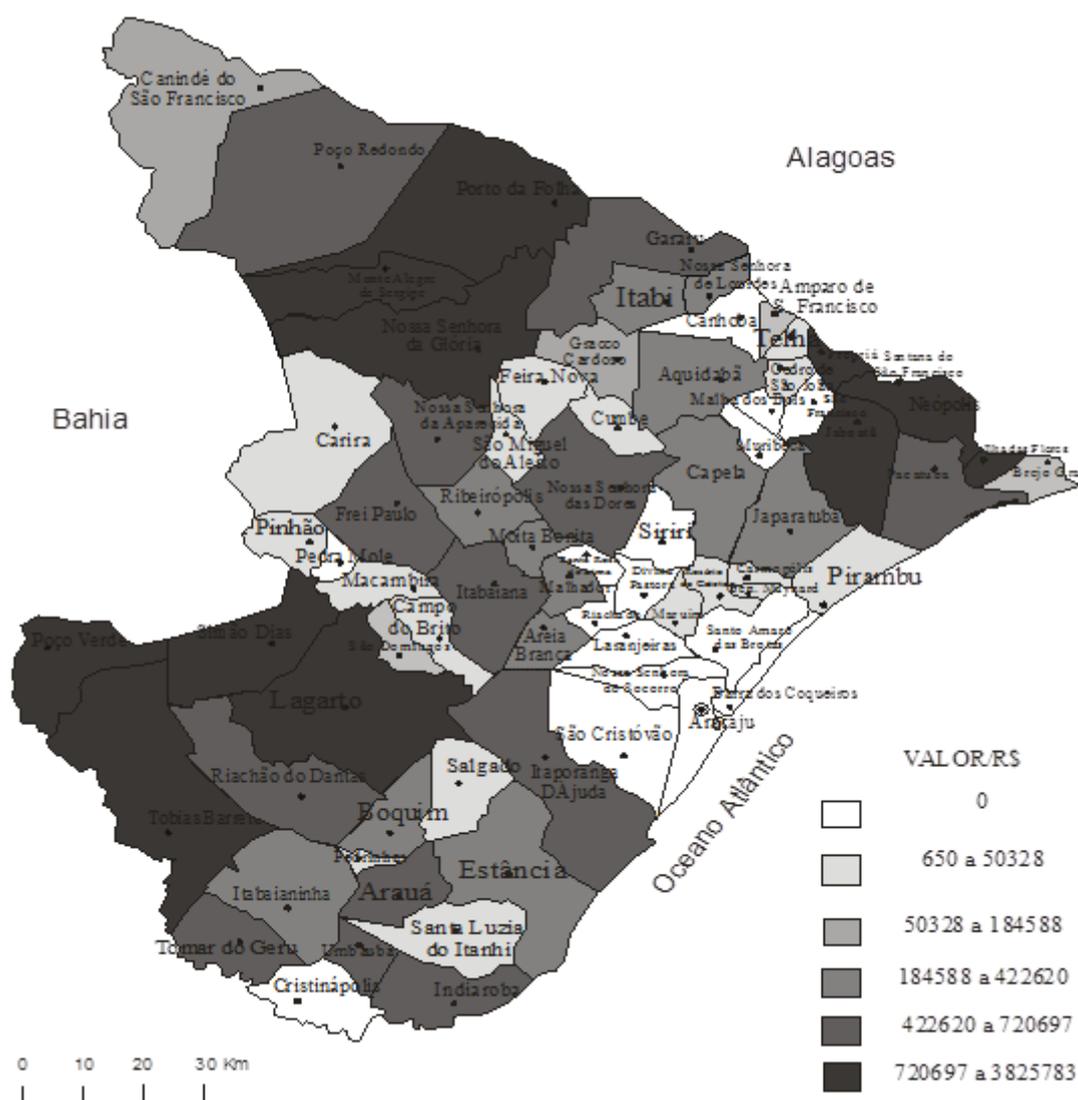
Se altera, deste modo, a lógica do desenvolvimento regional enquanto unidade escalar das políticas públicas do Estado, comandado agora pelo lugar, enquanto território, e este passa a responder pelo conteúdo espacial produzido (LIMA, 2010). Organiza-se um novo processo de acumulação, na escala prioritária de atuação, que vai do nacional ao local, no qual o enfoque das políticas públicas se alinham com modelos de desenvolvimento implementados na Europa, a exemplo da Terceira Itália, sustentado em políticas de desenvolvimento rural ditado pelo Banco Mundial e o FMI, na dissimulação de que um território seria passível de oportunidades de concorrer no mercado por meio da dotação de recursos locais de capital social e de identidade social.

reproduzem o padrão de desenvolvimento agrícola do capital. Deste modo, ao tomar crédito a família camponesa passa a produzir em função dos interesses capitalistas, subordinando sua produção e a renda da terra ao capital.



**Figura 10: Mapa dos Territórios Sergipanos**  
Fonte:SEPLAN/SE, 2007

Desde o ano de 1996 o financiamento da produção agrícola através da linha de crédito do PRONAF tem tido abrangência em Sergipe, observa-se de acordo com os dados levantados (figura 11), que há no começo das operações do PRONAF-crédito no estado, a princípio uma concentração dos créditos efetivados principalmente nos municípios do Centro Sul Sergipano, se espalhando atualmente por todo estado, conforme podemos observar segundo dados do Banco do Brasil apresentado na figura 12.

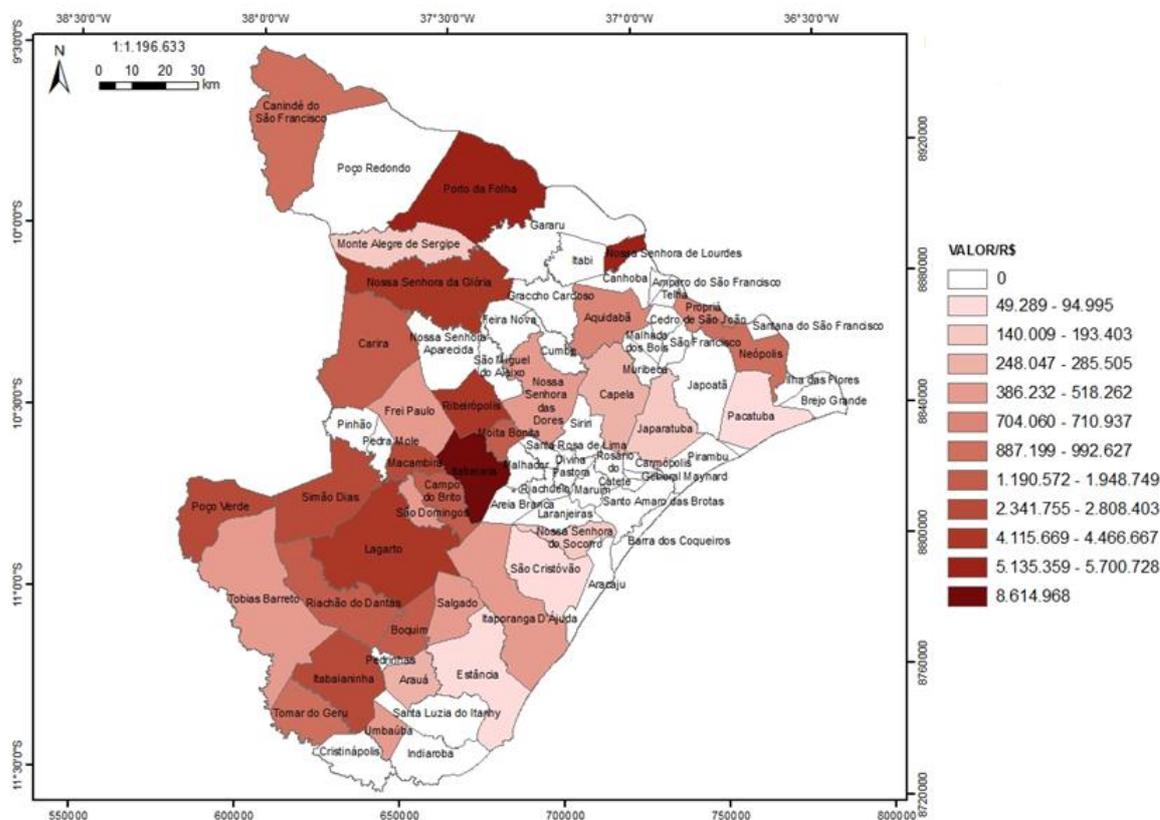


**Figura 11: Mapa da distribuição do PRONAF-crédito em Sergipe nos anos de 1996-1999.**

Fonte: Mapa base – Atlas JICA, 2000

EMDAGRO/MDA/SAF,2006

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A., 2012.



**Figura 12: Mapa da distribuição espacial do Pronaf-crédito em Sergipe de 2009-2010.**

Fonte: Atlas digital –SRH, 2011

Banco do Brasil

Projeção UTM Datum SIRGAS 2000

Zona 24s MC-39

Elaboração: SANTOS, Nathaly C. 2012

Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A., 2012.

No município de Lagarto a disseminação da política pública do PRONAF tem se dado principalmente por três vetores: pelo agente de crédito, via cooperativas e associações e pela ação do Estado por intermédio dos técnicos da EMDAGRO e da COHIDRO, principalmente, nos chamados “Dia de Campo”<sup>25</sup>, momento em que os técnicos reúnem camponeses nas cooperativas e associações, com palestras e oficinas propalando o discurso do desenvolvimento e da técnica, enquanto possibilidade para o campo, difundindo a ideologia das políticas de Estado, assentadas no incentivo ao crédito do PRONAF, enquanto subsídio para custear a

<sup>25</sup> - Nome atribuído às reuniões organizadas pela EMDAGRO para fornecer palestras, cursos, atividades, e informações vinculadas ao campo.

modernização da produção via inserção de tecnologias na produção, bem como no incentivo a produção atrelada às agroindústrias.

A princípio a política pública do PRONAF foi ventilada principalmente nas Cooperativas e Associações pelo incentivo à criação dos fundos de aval solidário, um mecanismo amplamente difundido pelos Bancos para contratação de crédito do PRONAF. Com o uso do discurso da coletividade, os fundos de aval tinham por objetivo e estratégia dos Bancos de se evitar a inadimplência, uma vez que facilita na lógica da instituição financeira a seleção, o monitoramento e o alcance do público alvo mais adequado a receber o crédito. Para os Bancos esta forma de contratação do PRONAF é vantajoso para seus cofres uma vez que também reduz os custos de transação.

É com este discurso que dentre outras intenções o Banco incentivou a formação de grupos de Aval Solidário via cooperativas, associações. Bem como foram surgindo outras formas de contratação de crédito coletiva a exemplo dos Fundos de Aval Municipal, com várias finalidades dentre as quais são: propalar o crédito, pressionar o pagamento, ampliar o raio de ação dos Bancos nas comunidades, além de potencializar o número de clientes por agentes de crédito. Segundo Santos e Góis (2011), “Os empréstimos em grupo tendem a prevalecer entre as instituições de microcrédito, pois pessoas que não apresentariam capacidade de endividamento isoladamente e passam a tê-la quando agrupadas” (SANTOS & GÓIS, 2011, p. 165).

Em Sergipe as primeiras experiências de crédito coletivo foram realizadas no município de Poço Verde, com base em um mecanismo de garantia de crédito denominado do Fundo de Aval Municipal, foram fomentadas em parceria com um agente financeiro do Banco do Nordeste ou Banco do Brasil, o governo municipal, e grupos de pequenos agricultores, contando com o assessoramento de técnicos da EMDAGRO. Deste modo, foram feitos financiamentos rurais com burocracias e exigências menores do que se requisita no crédito individual, porém, cada integrante do Fundo de Aval passa a ter um compromisso que vai além de sua responsabilidade individual com o Banco, tendo que assumir também a dívida dos outros que compõem o grupo. Neste sentido, ainda que tenham quitado suas dívidas

não podem ter acesso a novos créditos e ficam com o nome “sujo” enquanto não for dirimido todo o débito do grupo. O mesmo acontece com Cooperativas ou Associações que também assumem a responsabilidade pelo débito do grupo, ficando impedidos de realizar novas operações de crédito com os Bancos enquanto a dívida não for quitada.

Os Bancos passaram a enviar agentes de crédito para incentivar os prefeitos municipais, as Associações Comunitárias e Cooperativas de diversos povoados rurais, com o objetivo de incentivá-los a criarem um fundo de aval e requisitarem crédito. Foi com este propósito que a Coopertreze logo se tornou um dos primeiros alvos dos Bancos, estimulando os associados a requisitarem crédito do PRONAF. Assim que começou a serem liberados os recursos do PRONAF em Sergipe, a Coopertreze tratou de incentivar seus associados a requisitarem crédito criando os grupos de Aval Solidário, facilitando *a priori* que o crédito chegasse aos pequenos produtores, forma que parecia trazer crédito fácil sem muita burocracia, diferentemente do empréstimo de crédito pela via individual que possui uma série de restrições e exigências de garantias estabelecidas pelos bancos.

O presidente da Coopertreze H.M em vigência na gestão até o ano de 2011, não soube informar quantos contratos de fundo de aval foram efetivados desde que o PRONAF foi implantado em Lagarto, mas o mesmo informou que foram muitos, ao ponto de que 90% dos associados que fizeram empréstimo por meio do fundo de aval estão endividados. A questão mais problemática ressaltada pelo presidente da Coopertreze, é que além dos vários percalços da produção e do mercado que inviabilizaram muitos de pagarem as dívidas nos Bancos, os que conseguiram com muito esforço quitar suas dívidas não conseguiram ‘limpar’ seu nome, por serem avalistas dos outros colegas do fundo de aval, pois a mesma só é quitada quando todos pagarem os empréstimos adquiridos no coletivo. Informou também, que a Coopertreze está também impedida de requisitar empréstimos nos Bancos, por conta da mesma situação, pois ela foi avalista de todos os associados que requisitaram crédito.

Em muitos dos casos a dívida só tem aumentado por conta dos juros, inviabilizando ainda mais a condição de pagamento de quem está endividado, gerando um círculo vicioso em torno da dívida.

[...] eu conheço centenas de produtores que já resolveram suas questões com o Banco, mas ainda estão na inadimplência com os Bancos. Agência não dá baixa na dívida por conta que o produtor avalizou outro...

[...] essa é uma das pautas que temos cobrado dentro das renegociações, porque o agricultor que está fazendo de tudo para resolver seu problema com o Banco não tem condição de resolver o do seu vizinho e aí continuaram todos na mesma situação (H.M. Presidente da Coopertreze, pesquisa de campo, 2011).

O mesmo acontece com os Fundos de Aval que foram organizados nos assentamentos, muitos são os assentados que estão com o nome pendente nos Bancos por conta de dívidas contraídas de forma coletiva, e que não foram quitadas por motivo de um membro ou mais não conseguirem pagar a dívida. Conforme explicitado no relato do assentado J.M. de 32 anos,

Antes agente pegava de forma coletiva, mas não deu certo, ninguém quer pegar dessa forma não, agora é individual, por que, por exemplo, tem muita gente que pegou no coletivo que ficou com o nome pendurado sujo no banco até que o outro limpe o seu. Ninguém quer mais esse tipo de empréstimo, pois não tá escrito na testa quem vai ser bom pagador ou não, nem temos certeza e a segurança de que o empréstimo que você pegou vai dar para pagar mesmo (Assentado J.M. de 32 anos, pesquisa de campo, 2012).

Atualmente a entrada do PRONAF nas Associações e Cooperativas que foram criadas mais recentemente tem se dado de forma diferenciada, é que o podemos constatar, a título de exemplo, no caso da CooperLagarto<sup>26</sup>, Cooperativa que tem um histórico muito recente em Lagarto, criada no ano de 2009, só se consolidando de forma mais efetiva em 2010. Esta Cooperativa não alcançou a febre dos fundos de aval, é o que informou o presidente da Cooperativa, relatando também como o PRONAF tem direcionado suas ações na CooperLagarto;

[...] o PRONAF hoje vem diretamente ao produtor de forma individual, a maior parte dos nossos associados tem contrato com o PRONAF via Banco do Nordeste e BB. Parece que o Banco mudou a estratégia, e agora são feitos contratos individuais. A Associação ou a Cooperativa divulga e junta seus sócios, e leva para cada um fazer seu contrato com o Banco, mas a cooperativa não tem responsabilidades com os sócios, cada um se responsabiliza por sua dívida (Presidente da CooperLagarto, pesquisa de campo, 2012).

Há outro programa que também é direcionado as Cooperativas e Associações, o PRONAF Cotas-Parte<sup>27</sup>, que é um recurso de crédito específico para cooperativas. A Cooperativa por meio do apoio de seus associados é quem libera em assembleia o nome de quem está apto a receber o crédito, se o quadro social aprovar, a Cooperativa leva os interessados ao Banco. Mas segundo o presidente da CooperLagarto, em Sergipe os Bancos não tem operado com esta linha de crédito, os mesmos afirmam que o governo federal não tem liberado nenhum recurso para esse programa, devido a o alto índice de endividamento das Cooperativas em todo o estado.

---

<sup>26</sup> - A Cooperativa Agroindustrial de Lagarto, foi criada em 2009, surgiu da organização principalmente de plantadores de mandioca que buscavam uma alternativa para o escoamento da produção de mandioca, cultivo que naquela época apresentava superprodução em Lagarto, levando a uma forte queda nos preços, gerando grandes prejuízos aos camponeses.

<sup>27</sup> - Segundo Lobo dos Santos (2009), essa modalidade de crédito é voltado para agricultores familiares enquadrados nos grupos "B", "C", "D" e "E", filiados a cooperativas de produção, créditos que podem ser utilizados para capital de giro, custeio e investimento na cooperativa.

Logo quando assumimos a cooperativa fui com a diretoria no Banco conversar com o gerente para saber a respeito de alguma linha de crédito para nossa cooperativa. O gerente colocou que não existe nenhuma linha de crédito para recuperação ou crédito para as cooperativas, a não ser, recursos oriundos do próprio Banco com juros altos, e a gente não se arrisca a pegar crédito do Banco mesmo porque não vale a pena (Presidente da CooperLagarto, pesquisa de campo, 2012).

Por conta destes e de vários outros problemas os Fundos de Aval tornaram-se uma prática de solicitação de crédito coletivo quase inexistente no estado, muitas Cooperativas apresentam endividamento bem como seus sócios. Observamos nos depoimentos que há forte rejeição dos pequenos produtores em se requisitar crédito por esta modalidade de empréstimo do PRONAF. Deste modo, o Banco tem mudado suas estratégias para emprestar créditos aos pequenos produtores, criando mais exigências de garantias de pagamento, vinculando o crédito à produtividade dos cultivos, selecionamento do público alvo para recebimento do empréstimo.

#### **4.2. PRONAF-Capacitação: a pluriatividade na transformação do camponês em proletário rural.**

De acordo com os objetivos do PRONAF este programa visa também proporcionar a capacitação e a profissionalização dos produtores familiares implementando novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações, sobre os processos de produção e gestão das propriedades. Para atingir esses objetivos, conta com convênios com as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, através do repasse de recursos pelo Ministério da Agricultura, para promoção de eventos, cursos e capacitações.

Entretanto a pesquisa de Enid da Silva (1999) observou que, de acordo com informações dos próprios gestores do PRONAF os recursos previstos são insuficientes para a realização das metas, bem como para o processo de consolidação desta linha no Programa. “[...] em agosto de 1997 o Programa já apresentava sinais de que o cumprimento das metas estaria comprometido e ficando

estas muito aquém dos resultados obtidos” (SILVA, E. R. A. 1999, p.1). Somente 20% dos municípios em todo Brasil foram beneficiados, e as metas alcançadas nas atividades de capacitação e treinamento de técnicos de agricultores familiares não atingiram 50% do que havia sido programado.

Segundo pesquisa de Iniciação Científica sobre o PRONAF realizada por Rodrigues (2006) em consonância com a pesquisa do CNPQ da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandrina Luz Conceição (2006), podemos fazer uma comparação no âmbito de Sergipe do Pronaf-capacitação desenvolvido em parceria com a EMDAGRO. Conforme dados da EMDAGRO apresentados na pesquisa, no ano de 1996, a verba no estado foi parca sendo esta destinada apenas para a capacitação dos técnicos do órgão. A partir de 1997 passa a ser realizado de forma moderada com apenas 20 cursos, contemplando apenas um público de 400 agricultores familiares em todo estado. De 1998 a 1999 a capacitação contemplou 139 cursos para o público de 2900 pessoas. “Apesar de ter melhorado um pouco seu alcance, em Sergipe poucos tiveram acesso a esses cursos. Segundo informações coletadas em questionários, dos 90 entrevistados apenas cinco tiveram acesso à capacitação” (RODRIGUES & CONCEIÇÃO, 2006).

Na pesquisa Rodrigues e Conceição (2006) já apontavam que mais de 90% dos entrevistados reclamaram da ausência de uma política de capacitação voltada para permanência do homem no campo, principalmente dos Jovens. Mas os cursos disponibilizados pela EMDAGRO são raros e nem todos tem acesso, sendo que até 2003, não havia registro de intervenção via PRONAF de algum tipo de capacitação em vários municípios do estado.

Esta situação já evidenciada pelas autoras, também pode ser confirmada no município de Lagarto, uma vez que em nossa pesquisa de campo, 100% dos entrevistados não registraram participação ou conhecimento de nenhuma capacitação do PRONAF por intermédio da EMDAGRO. Apenas alguns cooperados sinalizaram ter conhecimento de algum tipo de capacitação via Cooperativas, mas informaram que os cursos são muito escassos, e quando surgem são geralmente fora da esfera da terra, a exemplo dos cursos fornecidos pelo SEBRAE.

Apesar de não termos constatado em pesquisa de campo a presença de políticas de capacitação do PRONAF via EMDAGRO, dados divulgados em (2010 e 2011), expressos nos quadros 2 e 3 evidenciam como a política de Capacitação do PRONAF tem reduzido a importância da agricultura como atividade produtiva na geração de emprego e ocupação. As oficinas e cursos da EMDAGRO promovidos no município de Lagarto e no estado, em geral, comprovam que o espaço rural vem sendo dominado por atividades produtivas fora da esfera do cultivo da terra.

| <b>Cursos</b>                                | <b>Qtd</b> | <b>Nº de Participantes</b> |
|--|------------|----------------------------|
| Agroecologia                                 | 1          | 20                         |
| Agroindustrialização de alimentos            | 1          | 20                         |
| Artesanato                                   | 2          | 40                         |
| Associativismo e organização rural           | 1          | 20                         |
| Controle de doenças e pragas                 | 1          | 20                         |
| Plantas medicinais, aromáticas e condimentar | 1          | 20                         |

**Quadro 2: Cursos de capacitação para a Agricultura Familiar em 2010 da EMDAGRO - Regional Colônia 13, Lagarto/SE.**

Fonte: EMDAGRO (2010)  
Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)

Esta política de capacitação tem promovido na verdade a pluriatividade por meio do incentivo principalmente da produção artesanal, da agroindustrialização de alimentos, do turismo entre outros ofícios fora dos laços com a terra conforme, se evidencia nos dados do quadro 2.

| <b>CAPACITAÇÃO AGRICULTOR FAMILIAR DA EMDAGRO</b> |            |                            |
|---|------------|----------------------------|
| <b>Principais Resultados – 2011</b>               |            |                            |
| <b>Cursos</b>                                     | <b>Qtd</b> | <b>Nº De Participantes</b> |
| Agroecologia                                      | 7          | 136                        |
| Agroindustrialização de alimentos                 | 4          | 52                         |
| Artesanato  | 13         | 195                        |
| Associativismo e organização rural                | 1          | 20                         |
| Controle de doenças e pragas                      | 1          | 20                         |
| Plantas medicinais, aromáticas e condimentar      | 1          | 20                         |
| Arte rural  | 2          | 35                         |
| Citricultura                                      | 1          | 20                         |
| Comercialização                                   | 1          | 20                         |
| Culturas Alimentares                              | 1          | 20                         |
| Horticultura                                      | 2          | 116                        |
| Inseminação artificial                            | 9          | 114                        |
| Irrigação e Drenagem                              | 1          | 20                         |
| Primeiros socorros                                | 2          | 31                         |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>44</b>  | <b>759</b>                 |

**Quadro 3: Cursos de capacitação para a Agricultura Familiar da EMDAGRO em Sergipe/ resultados parciais de 2011.**

Fonte: EMDAGRO (2011)

Organização: RODRIGUES, Vanessa P.A. (2012)

É nesse contexto que o espaço agrário do município de Lagarto vem sendo dominado por atividades produtivas fora da esfera do cultivo da terra, denominadas de pluriatividade. Nesse viés, o Estado, ao disseminar a política de Capacitação do PRONAF, tem como estratégia nos discursos da pluriatividade e da agricultura familiar, o propósito maior da convenção do camponês em proletário rural, em força de trabalho para o capital.

## **CAPÍTULO V**

### **AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO AGRÁRIO.**

## 5. AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO AGRÁRIO.

É possível observar as contradições do PRONAF ao analisarmos as relações de fortalecimento do mercado que esta Política Pública tem engendrado no espaço agrário de Lagarto. O financiamento do crédito tem sido direcionado a cultivos específicos inseridos na lógica do agronegócio, o que faz com que o camponês se especialize produzindo o que o PRONAF lhe disponibiliza em recursos, em detrimento, por exemplo, de um processo de diversificação da produção assentada no plantio dos cultivos voltados a produção camponesa.

Para se financiar um cultivo com o crédito do PRONAF, exige-se a elaboração de um projeto técnico de financiamento, em Sergipe, este projeto geralmente é organizado por técnicos da EMDAGRO ou por meio da contratação particular de um técnico. Todavia, o que acontece, em termos gerais, é que o projeto de financiamento elaborado é centrado nos cultivos que possuem aceitabilidade no mercado, conforme recomendação dos Bancos.

No município de Lagarto 100% dos entrevistados que solicitaram crédito do PRONAF afirmaram que a escolha da sua aplicação é determinada pelo Banco, este só disponibiliza o financiamento para cultivos que são economicamente viáveis na lógica do mercado, portanto, quem vai produzir não possui a liberdade de escolher o cultivo de acordo com sua predileção, tradição ou familiaridade. Esta foi a reclamação de maior parte dos entrevistados, os vários relatos abaixo evidenciam a realidade vivenciada por muitos. Temos deste modo, uma gama de relações de interesses que unem os agentes do capital, projetos técnicos, Estado e o capital financeiro no incentivo a produção do agronegócio.

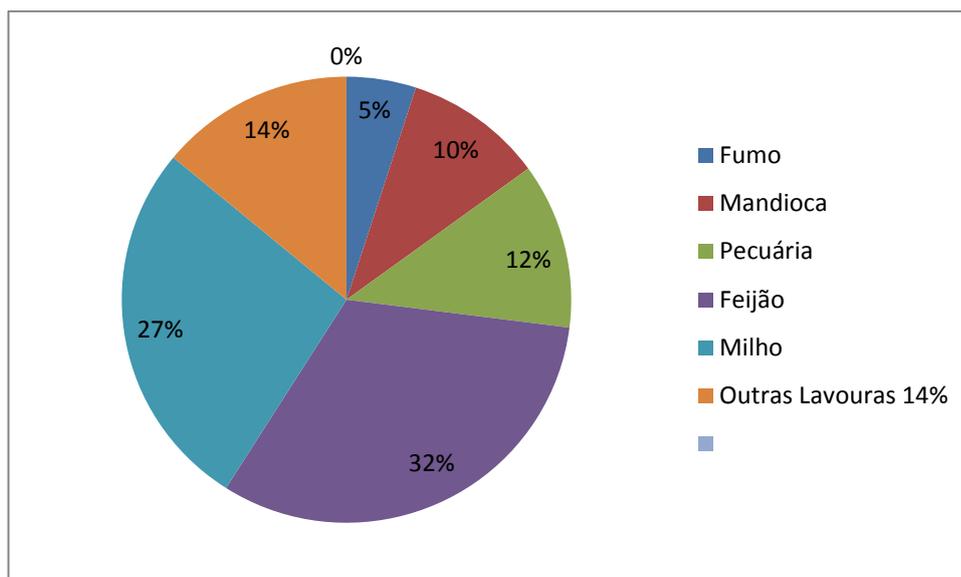
Quando fui pegar o empréstimo pensei que iria produzir o que eu quisesse, queria plantar um tiquinho de cada coisa, feijão, mandioca, mas não deixaram não, falaram que para eu ter crédito tinha que ser só para a mandioca. Só para a mandioca não queria não, é que eu já estava resabiado sabe, já tive muitos prejuízos, mas fazer o quê peguei assim mesmo, estava precisando de dinheiro para produzir (J.S. 57 anos, povoado Açuzinho, 2011).

[...] peguei o empréstimo para o porco, mas queria mesmo era investir a verba nas plantações que gosto de lidar, só que o Banco só quer liberar recurso para o porco (M.S. 37 anos, povoado Estancinha, 2012).

Se fosse para eu escolher onde investir o recurso eu ia plantar várias plantações, a gente não deve colocar todos os ovos num cesto só, esse negócio de plantar só mandioca é bom não, porque se não der certo você não tem de onde tirar o sustento (J.R. 53 anos, povoado Boa Vista, 2012).

Estes relatos explicitam a perda da autonomia do camponês e o direcionamento da produção para cultivos atrelados a especialização produtiva gestada enquanto terra de negócio. Neste sentido, conforme aponta Gazzola (2008), as evidências demonstram que ao plantar na pouca área de terra que possui a produção para autoconsumo fica relegada a um plano secundário dentro da unidade de produção familiar. Para o autor esta é, justamente, a contradição gerada pelo PRONAF, propiciar a inserção mercantil e a especialização produtiva dos produtores familiares via os cultivos dinâmicos e, assim, a consequente vulnerabilização da produção para o autoconsumo levando produtor familiar, em muitos casos, a situações de insegurança alimentar e incertezas em relação a sua reprodução.

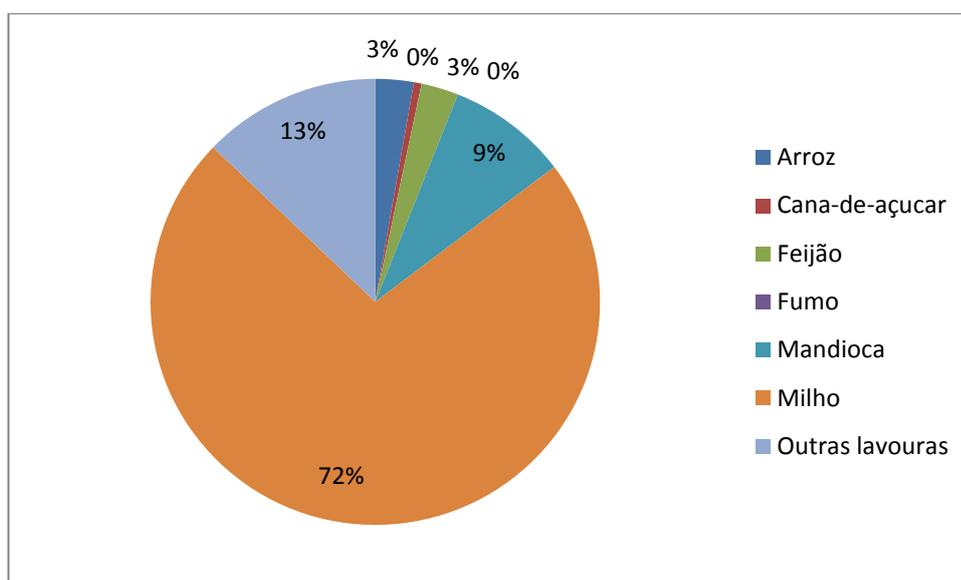
Ao longo da existência do PRONAF em Sergipe a liberação de crédito passa a ser consorciada aos cultivos que são voltados para o mercado externo. É possível constatar esta tendência se observarmos os cultivos financiados com os recursos do PRONAF conforme evidenciado nos gráficos 3 e 4. Nestes gráficos verificamos que até o ano de 2004 podemos observar que apesar do milho já absorver 27% dos recursos do PRONAF no estado, o feijão era o cultivo que mais recebia recursos concentrando 32%. No entanto, ao longo dos anos o milho tem absorvido a maior parte dos recursos, conforme evidenciado no gráfico 4.



**Gráfico 3 : Cultivos financiados com Recursos do PRONAF em Sergipe no período de 1998 a 2004.**

Fonte: NAZÁRIO (2008).

Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)



**Gráfico 4: Distribuição dos Recursos do PRONAF por Cultivo em Sergipe no ano de 2010.**

Fonte: MDA, SAF, 2010.

Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)

Neste sentido, é na lógica de sujeição da produção camponesa ao capital que ao longo dos anos a produção de subsistência em Sergipe vem passando por um processo de grandes mudanças, sendo conduzida para a produção típica da monocultura, os cultivos que sempre foram decisivos na formação da pequena propriedade e no trabalho familiar, as culturas mais tradicionais que sempre guardaram forte relação baseada na produção de subsistência, estão sendo substituídas em sua maioria pela produção para atender as cadeias do agronegócio via incentivos do crédito do PRONAF, uma vez que atrela a tomada de crédito a determinadas cadeias produtivas, subordinando a produção camponesa, o que tem gerado um processo avassalador de integração do campesinato ao mercado externo direcionando-os a consumirem tecnologia, sementes transgênicas, adubos e insumos industrializados.

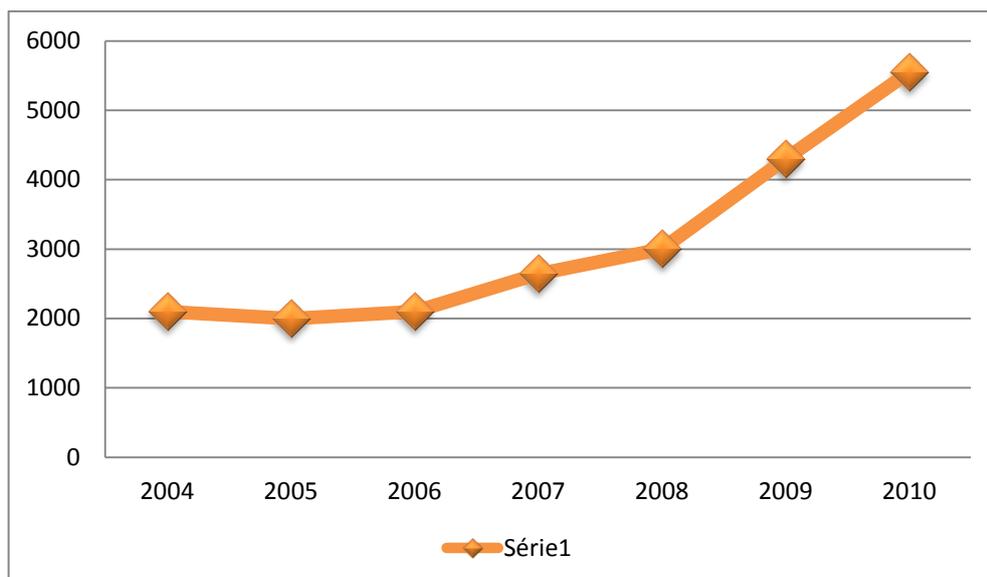
Como consequência deste processo, em Sergipe a produção de subsistência vive um momento de recessão, o cultivo do milho tem ditado a produção camponesa. Segundo pesquisa de dissertação de Ricardo Meneses Santos (2012) desenvolvida no Alto Sertão Sergipano com objetivo de analisar formas de resistência e permanência camponesa, observou-se que o milho passou a dominar a paisagem do semiárido sertanejo, conduzindo uma parte dos camponeses a reduzir a área destinada ao cultivo do feijão, pois este passou a ser desvalorizado devido aos custos para produzi-lo e ao baixo rendimento dele extraído. Para o autor a pressão exercida sobre os pequenos produtores para a produção do milho reflete a lógica da expansão do capital no campo, inserida na trama do sistema de mercadoria que acompanha o crescimento da produção de matrizes energéticas a partir da produção de biocombustíveis, se inscrevendo no modelo crescente de incentivo à produção de *commodities*.

Nos municípios de Poço Verde, Simão Dias e Lagarto, por exemplo, tem-se registrado uma crescente expansão do milho impulsionada pela demanda do cultivo no suprimento da cadeia produtiva da avicultura regional e de biocombustíveis. Devido à introdução de políticas públicas, a exemplo do PRONAF, estes municípios passam por uma intensa transformação, desvinculando-se pouco a pouco da produção de subsistência, que atendiam as feiras livres do município e do estado,

concentrando a sua produção na produção especializada de milho sequeio para atender o eixo comercial do agronegócio.

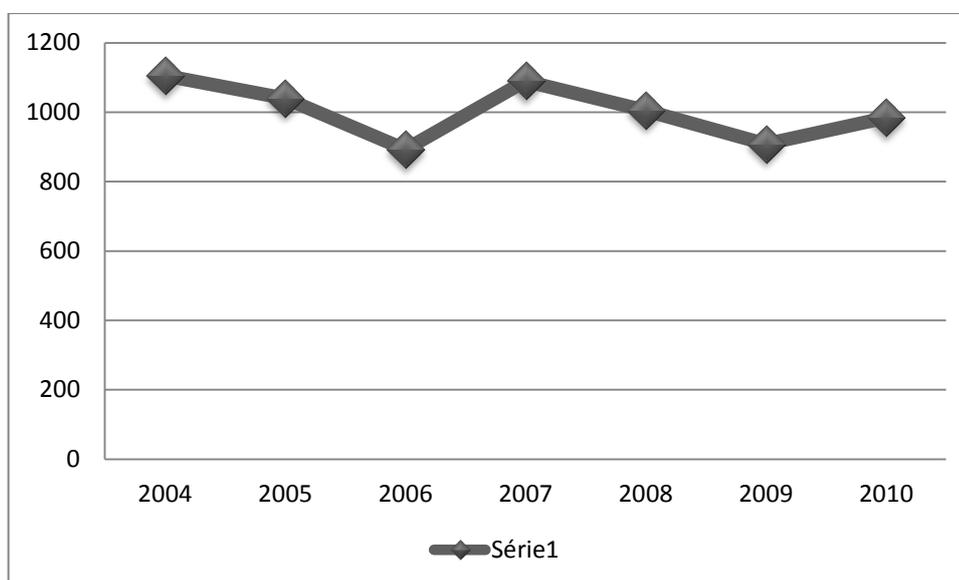
No município de Lagarto podemos observar os mesmo efeitos ressaltados por Santos Meneses (2012), decorrentes do processo de expansão capitalista no campo, impulsionando via PRONAF, a reorientação da produção camponesa para a produção de cultivos atrelados a *commodities* a exemplo do milho, promovendo a redução da diversificação da produção camponesa. Conforme os dados apresentados nos gráficos 5 e 6, podemos observar que tem havido uma tendência de redução na produção do cultivo de feijão ao longo dos anos, enquanto o cultivo do milho tem crescido a produção, com forte espacialização até mesmo nos assentamentos de reforma agrária, colocando em contradição o que preconiza o próprio PRONAF, uma vez que o mesmo afirma ser um programa que visa garantir o fortalecimento da produção familiar, mas contraditoriamente tem fortalecido a produção de cultivos que negam a sustentabilidade alimentar da unidade de produção familiar.

[...] em Sergipe o milho está tomando o espaço da produção do assentamento, daqui a um tempo só o que veremos é um mar de milho por todo lado (Liderança do MST).



**Gráfico 5: Produção de Milho no município de Lagarto/ Produção por Tonelada**

Fonte: Dados do IBGE de 2004 a 2010.  
Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)



**Gráfico 6: Produção de Feijão no município de Lagarto/ Produção por Tonelada**

Fonte: Dados do IBGE de 2004 a 2010.  
Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)

Em pesquisa de campo foi possível constatar que o feijão vem perdendo área plantada nas unidades de produção familiar, principalmente, quando observamos que cerca de 61% dos entrevistados que produzem com recursos do PRONAF afirmaram ter deixado de produzir o feijão, bem como outros cultivos, a exemplo da batata e da fava, cultivos que sempre foram importantes para o consumo da unidade de produção familiar.

Pudemos observar que há uma intensiva expansão do agronegócio do milho no município, ocupando de forma gradativa as áreas de cultivo alimentar camponês, colocando em risco sua autonomia, uma vez que a unidade de produção familiar vem cedendo lugar à produção deste cultivo. Na pesquisa fica evidenciado que o cultivo de milho tem adentrado também com grande força nos assentamentos. Conforme relatos de um assentado a maior parte dos contratos do PRONAF estão sendo direcionados a este cultivo.

Aqui no assentamento a gente produz de tudo, mais de uns anos para cá quase todo mundo está produzindo milho, e não é só aqui não, também a gente vai fazer o quê, o milho dá menos trabalho, rende mais e tem venda garantida, fora que o preço é melhor. Aí o cara que tá precisado pagar suas dívidas todo mês acaba plantando o que o mercado quer. (T.M, 43 anos, Assentamento Mártir do Eldorado, pesquisa de campo, 2012)

Todos os assentamentos que eu conheço em Lagarto tem gente produzindo milho com empréstimo do PRONAF, o milho está tomando conta do assentamento porque não tem política do Estado que valorize a produção camponesa, o Estado valoriza é o agronegócio. Ai o assentado fica com duas opções produzir o que dar dinheiro e o sustento da família ou plantar o feijão e outros cultivos que não tem gerado renda suficiente para manter a família (Liderança do assentamento Mártir do Eldorado, pesquisa de campo, 2012).

Na pesquisa observamos que atualmente a maior parte dos entrevistados que requisitaram crédito do PRONAF, o recurso foi destinado ao cultivo de mandioca. O incentivo do PRONAF a mandiocultura aparentemente fugiria a regra da tendência à produção de cultivos atrelados ao mercado externo, uma vez que tradicionalmente o cultivo da mandioca possui forte ligação histórica com a produção para o autoconsumo da unidade de produção camponesa, porém é preciso observar a lógica que está por traz do incentivo a este cultivo. Verificamos que o Estado ao incentivar de forma massiva o cultivo de mandioca em Lagarto, via crédito do PRONAF, não busca o reforço da produção camponesa, ao contrário, tem levado a uma tendência a monocultura da mandioca, uma vez que a mesma tem sido um dos carros chefes da política dos Arranjos Produtivos Locais do território centro sul de Sergipe centrada na agroindustrialização, processo que aprofundaremos no próximo capítulo.

Também verificamos em pesquisa, o incentivo via crédito do PRONAF para algumas criações de bovinos, caprinos e suínos. Verificamos problemas principalmente com a criação de porcos. Os entrevistados que solicitaram crédito para a criação de suínos afirmaram que não deu certo para a criação deste tipo de rebanho, embora o recurso tenha vindo para a compra dos porcos, porém muitos criadores não possuem infraestrutura adequada para esta criação.

Nunca mexi com porco, quebrei muito a cabeça para dar conta de montar estrutura, que levou a maior parte dos recursos, além de muito gasto com ração, muitos cuidados, mas não foi vantajoso não, muito trabalho e pouco retorno, com porco não trabalho mais. (C.A. 50 anos, Povoado Estancinha)

A falta de infraestrutura de pocilgas, o uso de ração que encarece os custos, e o manejo dos animais, foram apontados como os principais entraves para a criação de porco. Os entrevistados assinalaram que sequer tinham experiência ou tradição neste tipo de rebanho, o que levou muitos a venderem os animais ou usá-los para consumo dentro da unidade familiar. Porém ficaram sem capacidade de pagamento da dívida, o que levou ao endividamento de muitos.

Há também fortes denúncias entre os entrevistados quanto ao atrelamento imposto pelos Bancos na exigência da compra do rebanho vinculado a determinados atravessadores, que por vezes superfaturam a venda, capturam e embolsam parte do crédito do PRONAF revelando um forte esquema lucrativo para atravessadores, no qual o camponês se vê obrigado a pagar valor superfaturado, muito acima do preço de mercado, por um rebanho que por vezes nem sempre é o mais adequado para produzir na sua região.

Para se pegar o crédito tem sempre uma malandragem por traz. Sempre tem alguém que quer faturar em cima, quando sai o recurso, aí cicrano ganha com o projeto, beltrano fatura com o preço da venda do animal, sempre tem um atravessador para tirar seu trocado em cima do assentado.

Quando sai o recurso o Banco indica com quem devemos fazer a compra, o projeto de cabra, por exemplo, custou 500,00 reais, mas teve alguém que comprou por 150,00 reais e empurrou nas mãos dos assentados por um valor triplicado, cobram muito mais caro por que é para atender o Programa do PRONAF.

[...] o Banco, por exemplo, só aceita se for do vendedor que ele determina, e isso é o que acontece, por exemplo, com as vacas, quem pega o empréstimo se vê obrigado a pagar mais caro pela cabeça de gado que custa 2500 reais, muito mais caro que no mercado, além disso, deixa de comprar um gado daqui mesmo que já é adaptado a região para pegar essas cabeças de gado que vem de fora e nem sempre adaptam-se direito ao clima de nossa região. O mesmo acontece com o milho que tem lucro dos atravessadores em cima. (A.J, 37 anos, assentamento 22 de Novembro, pesquisa de campo, 2012).

Houve muitos relatos dos entrevistados reclamando da burocracia do PRONAF. Dentre as principais reclamações está à demora da liberação do crédito e o fato deste sair em parcelas; por vezes quando o recurso sai o camponês já não necessita mais do recurso, conforme o depoimento de um assentado.

Você vai tirar um recurso do PRONAF para a mandioca, mas ele vem fatiado, aí você primeiro tira uma parte para plantio, outra parte para adubo, outra quando for tirar a mandioca, fica difícil para o produtor, se ele não pegar o recurso todo para aplicar na lavoura, pega pela metade (J.S., 40 anos, assentamento Irmã Doroti, pesquisa de campo, 2012).

Segundo o assentado M.S. (32 anos), muitos estão endividados nos assentamentos por conta da demora da liberação e utilização do crédito.

[...] O PRONAF é uma negação, a burocracia é grande, o recurso quando sai é pouco e insuficiente.

[...] há dois anos nós perdemos a maior safra de milho de Lagarto, por conta do recurso do PRONAF ter saído dividido em três parcelas, uma parte para plantio (limpeza dos solos) outra para poder encaminhar os projetos, plantar, e aí a última parcela quando saiu já tinha passado prazo de arrancar o milho, não recebemos, tiramos o milho como pudemos, nos endividamos e ficamos com o dinheiro pendente no Banco, devendo e não tiramos aquele recurso. Ficamos amarrados por conta desse processo de só receber de várias vezes. E aí vem a situação, quando um recurso sai no Banco é de 3, 4 vezes, não temos como mobilizar o pessoal para poder ter uma garantia de safra grande e ampla por que o recurso não dá (M.S. 32 anos, assentamento Mártir do Eldorado, pesquisa de campo, 2012).

O processo de inserção silenciosa do capital, através do estabelecimento das Políticas Públicas no campo, tem transformando intensamente o território camponês por meio de reajustes espaciais para a intensificação da expansão do capitalismo no campo. Este processo em curso de expansão capitalista no espaço agrário vem direcionando a produção para atender ao mercado, refletindo de forma contundente na unidade de produção camponesa. Neste sentido, o território camponês tem sido alterado, por meio de incentivos a substituição da produção camponesa, pela produção vinculada a diversas cadeias agroindustriais de processamento de frutas, da pimenta e da produção de grãos etc., destituindo paulatinamente os laços camponeses com a terra.

### **5.1. O PRONAF na “contramão” das condições de (re)produção social dos camponeses.**

É preciso se questionar a natureza e a função dos empréstimos de créditos que vem sendo disseminadas no campo. O crédito do PRONAF tem a função essencialmente de criar poder de compra no campo. Assim, com o crédito é possível que o camponês compre insumos, ferramentas, maquinários, sementes e mudas, tecnologias e toda uma gama de necessidades impostas pelo modelo de desenvolvimento capitalista do campo, convergindo deste modo, para que os camponeses continuem prisioneiros de especializações das tecnologias, que em muitos casos já se tornaram obsoletas nos países avançados.

Com efeito, quem requisita o empréstimo do PRONAF fica exposto à uma série de inseguranças das leis de mercado, jogados nos liames do capital que vulnera sua condição de pagamento do crédito, levando a um processo de endividamento que alimenta os lucros dos Bancos.

Em pesquisa de campo, verificou-se entre os entrevistados que solicitaram empréstimo do PRONAF, que há maior incidência de endividamento relacionado aos cultivos, mandioca, pimenta e ao rebanho de porco.

É importante ressaltar também os inúmeros casos de endividamento contraídos antes do PRONAF para a produção da Laranja e com o Programa de Revitalização da Citricultura. Conforme explicitamos anteriormente, no município de Lagarto, o cultivo de laranja é marcado pelo movimento histórico da mercantilização, pelos processos de especialização produtiva, pelo uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas melhoradas geneticamente, como também máquinas agrícolas, demandando vários custos para a produção deste cultivo, gerando grande dependência financeira, levando vários camponeses e produtores de laranja a lançarem mão constantemente de créditos para subsidiar este cultivo, porém por conta da queda na produção e nos preços muitos não conseguiram pagar as dívidas contraídas nos bancos.

[...] muitos pensaram que a laranja viesse ajudar a pagar as dívidas, e aí tanto com a crise de preço como a crise da queda da produção, por conta de se repetir esse plantio no mesmo lugar, o solo já não suporta sem nenhum tratamento, e por isso antes a produção que gerava entre 30 e 35 toneladas por hectares, hoje só dá em torno de 10 toneladas/hectares, em alguns lugares até menos, cerca de 7 toneladas/hectares ao ano (Presidente da Associação de Produtores de Laranja, pesquisa de campo, 2012).

O histórico dos produtores endividados com o cultivo da laranja também está relacionado com o fundo de aval, que impõe a quem solicitou o crédito assumir uma dívida coletiva, no qual muitos mesmo quitando seus débitos ainda permanecem endividados por conta dos que ainda não pagaram.

[...] vejam como estamos hoje, antes nós usávamos o chapéu para se manter e andar bonito. Mas hoje nós usamos o chapelão é com vergonha, porque os nordestinos são honestos e são pagadores, mas quando recebem a carta do banco cobrando eles, botam o chapéu nos olhos, e ficam com vergonha de dizer o que sentem a sua família, porque querem honrar seu nome e não tem condições (Presidente da Associação de Produtores de Laranja, pesquisa de campo, 2012).

Principalmente na área da Colônia Treze chegou-se ao ponto de ações judiciais serem executadas, e os bancos estão penhorando as terras.

O oficial de justiça esteve na cooperativa com mais de 10 mandados judiciais para distribuir com os associados da coopertreze (Presidente da Coopertreze, pesquisa de campo, 2012).

É o caso vivenciado pelo Sr. A.J, 68 anos que recebeu ação judicial do banco, por meio de oficial de justiça, e que está temeroso de perder sua terra,

Arranjei um deputado me arrumou um advogado para ver se me ajuda, mas tenho muito medo de perder o único bem que eu tenho. Se eu perder minha terra como vou fazer para sustentar a família? Moça, se eu perder a terra vou cair na miséria. O dinheirinho da aposentadoria dá para nada não.

Neste sentido, conforme explicitado nos relatos as velhas e novas políticas de crédito do Estado tem garantido o avanço da expropriação de terras camponesa, e ao mesmo tempo, torna-se um mecanismo que transfere riqueza para a esfera financeira, uma vez que o lucro gerado pelos juros, quando o camponês torna-se um devedor, é uma forma segundo Marx (2004, p. 583) de “puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio”.

Ao requisitar crédito o pequeno produtor preocupado em pagar a dívida acaba alocando toda a unidade de produção familiar para uma racionalidade de produção que garanta o pagamento da dívida contraída, levando a diminuir a área plantada do cultivo para o autoconsumo da família. Em pesquisa de campo pudemos observar este fato nos relatos de entrevistados que solicitaram crédito do PRONAF. A justificativa de um dos entrevistados ressalta esta lógica.

Antes plantava de tudo um pouco, feijão, batata, amendoim, fava, mandioca, couve, mas tive que colocar toda a terra para plantar praticamente só mandioca, senão não ia dar para pagar o empréstimo, [...] aí fiquei apertado, tive que pagar um dobrado para sustentar a família, e o pior é que quando fomos arrancar a mandioca, ela estava valendo nada, o preço pago estava tão baixo que muita gente deu para o gado comer porque não valia apenas vender. A pior coisa que eu fiz foi plantar só mandioca, fiquei endividado e com quase nada pra tirar o sustento, se eu não tivesse plantado feijão no meio das leiras, a família tinha passado era fome mesmo [...] (A.J 45 anos, povoado Brasília, pesquisa de campo 2012).

Segundo Gazzola (2008), este tipo de especialização da produção gerada pelo PRONAF acaba por jogar por terra a própria lógica da reprodução social das unidades familiares, que tendem a funcionar com base em sistemas produtivos e atividades econômicas diversificadas e não com um elenco restrito de opções de cultivo e de reprodução social. A verdadeira lógica da reprodução da produção familiar por onde esta se assenta, é a da diversificação do que é produzido no interior de tais unidades.

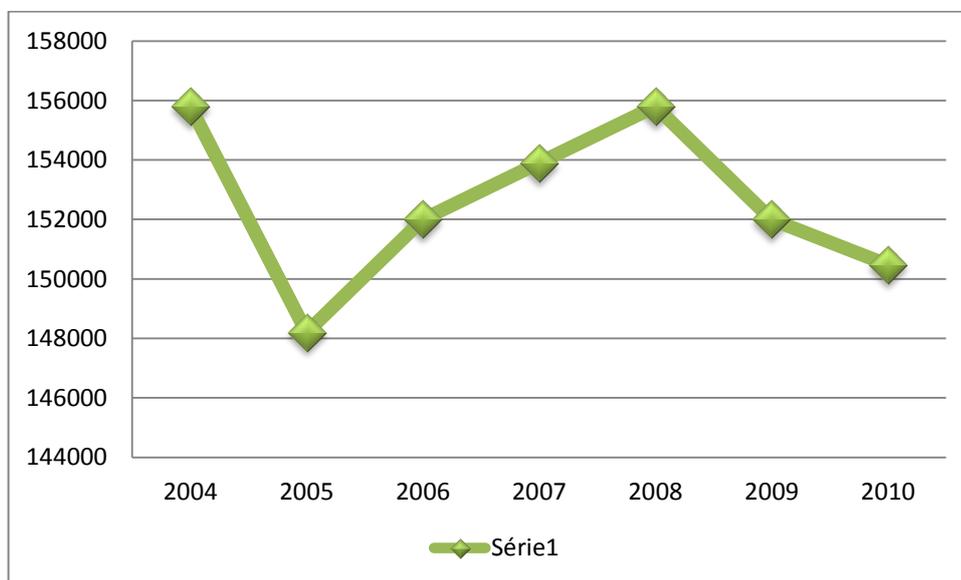
Conforme Paulino (2010a, p. 38-39) o autoconsumo só ganha relevância se considerarmos o papel que o alimento tem na sociabilidade do camponês, no qual existe uma simbiose entre a vida da família camponesa e a terra. Para a autora, o alimento constitui o elemento central na produção camponesa, cumpre mais do que finalidade alimentícia, desempenha papel de sociabilidade, já que é através da produção de alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, em uma linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles com quem considera. Logo a terra e o alimento estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente a o outro.

Terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também moradia de vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do auto consumo (PAULINO, 2010a, p. 41).

No momento em que o camponês utiliza a maior parte da área da propriedade para um determinado plantio, via incentivo de crédito do PRONAF, não se leva em conta as implicações da concorrência impostas no bojo da lei da oferta e da procura do mercado. Conforme salienta Marx (2004, p.92), “a produção desconhece a procura e a procura ignora a oferta”

[...]quando cada um produz ninguém sabe ao certo se conseguirá vender a produção... [...] o produtor desconhece as necessidades, os recursos, a procura e a oferta..., [...] enquanto de um lado pode haver uma grande necessidade por um determinado produto, de outro pode haver abundancia e desperdício, ao mesmo tempo em que um produtor pode vender seu produto muito caro e obter grandes lucros, outro nada vende ou vende com prejuízos [...]” (MARX, 2004, p.92).

Nesta lógica, a título de exemplo, podemos observar o caso dos produtores da mandioca, estes desconhecendo as leis da concorrência do mercado deste cultivo, foram levados a requisitar empréstimo do PRONAF na esperança de melhoria das condições de vida, ao ponto que nos anos de 2006/2007/2008 conforme dados do IBGE ressaltados no gráfico 7, podemos verificar que houve um grande aumento da produção nestes anos. Em muitos casos esse aumento da produção veio com o incentivo do Estado para a produção deste cultivo, principalmente via crédito do PRONAF. Porém ao tempo em que muitos produtores requisitaram empréstimo do PRONAF e voltaram sua produção para a mandioca conforme indicação dos Bancos e técnicos, não previram a grande queda nos preços devido a grande quantidade excedente da produção deste cultivo, o que levou a uma oferta excessiva de mandioca no mercado, derrubando os preços, levando a ruína uma grande quantidade de pequenos produtores em todo município. Como consequência, atualmente, muitos são os endividados que foram afetados pelas quedas nos preços da mandioca.



**Gráfico7: Produção de Mandioca no município de Lagarto/ Produção por Tonelada.**

Fonte: Senso Agropecuário IBGE (2004 a 2010).

Organização: RODRIGUES, V.P.A (2012)

Marx (2004) já alertava em seus escritos, sobre o terreno movediço em que se gesta a concorrência do mercado, salientando que a produção segue as preferências ou uma moda que se manifesta no público de consumidores; mas por vezes quando chega o momento de fornecer o produto às preferências podem ter mudado, voltando-se para outro gênero de produto. Segundo Marx (2004), quando isso acontece às consequências são inevitáveis, levando a permanência e a universalização das falências, às ruínas súbitas, o desemprego, a degradação dos salários, desperdícios de trabalho, de riquezas e de tempo, e de esforços, no cenário de uma concorrência desenfreada.

Assim quando recorre ao crédito do PRONAF o camponês está só no enfrentamento das dificuldades circunscritas na produção, comercialização e condições climáticas, no qual fora impulsionado a cultivar, assim são jogados na insegurança da produção enfrentando as principais dificuldades que capturaram boa parte da renda dos que cultivam a mandioca. As principais dificuldades apontadas pelos entrevistados residem principalmente, na comercialização e no processamento da mandioca em farinha. Verificou-se que 100% dos entrevistados reclamam dos baixos preços e das condições que a força econômica dos atravessadores os impõe na comercialização, capitaneando parte da renda da terra, ficando com grande margem de lucro e em detrimento dos poucos ganhos do produtor de mandioca e fabricação da farinha.

Neste sentido, ao se inserirem na política de crédito do PRONAF os camponeses são levados a se aventurarem nas tramas impostas pelo mercado externo, colocando em risco a sua própria permanência na terra, uma vez despossuídos da terra e dos meios de produção, são condenados ao assalariamento.

Observamos na pesquisa que o financiamento do PRONAF assentado no agronegócio tem operado no sentido de tornar principalmente a unidade camponesa mais dependente dos mecanismos do mercado, vinculando o uso de insumos e uso de sementes híbridas aos empréstimos concedidos. Este fortalecimento do agronegócio, fundado na produção dependente de tecnologias e crédito, tem

contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela intensiva expansão do agronegócio do milho, da laranja, da pimenta, associado ao uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos, acarretando na maior dependência do produtor ao mercado desses insumos.

A mídia vem contribuindo para o consenso a respeito do agronegócio, colocando o produto da grande propriedade enquanto símbolo da modernidade. Para Paulino (2010b) essa blindagem, visa anular a viabilidade da produção camponesa, que pode ser medida pelo estardalhaço em torno dos números recorrentemente divulgados pelo setor, forjando o produtivismo da agricultura capitalista. A figura 13 coloca em evidência este processo no município de Lagarto, expressando o forte assédio perpetrado pela mídia, visando seduzir os produtores a usarem sementes híbridas e agrotóxicos pelo discurso da produtividade.



**Figura 13: Propaganda em outdoor do milho híbrido RR2 da Roundap na Rodovia estadual próximo ao Povoado Colônia Treze, Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A lógica de produção capitalista transforma o espaço, observa-se no campo a entrada de maquinarias pesadas, insumos e sementes transgênicas, aparatos do capital para que a terra seja expropriada e integrada ao capital financeiro. Em pesquisa de campo nos Povoados pesquisados notam-se marcadamente os efeitos da massificação do uso de adubos e fertilizantes industrializados, verificamos também, em menor proporção e de forma esporádica, o uso de maquinarias agrícolas, a exemplo de tratores alugados utilizados geralmente para a limpeza da terra (figuras 14, 15, 16 e 17).



**Figura 14: Uso de trator em pequena propriedade na comunidade Várzea dos Cágados, Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Entre os 90 questionários aplicados na pesquisa, cerca de 70% dos entrevistados afirmaram uso de adubos químicos, fertilizantes, agrotóxicos etc, já os tratores são utilizados ao menos mais de uma vez no ano por 42% dos entrevistados. Estes dados evidenciam o grande grau de consumo e de dependência de insumos industrializados para aumentar a produtividade da produção dos alimentos.



**Figura 15: Uso de trator alugado na comunidade Estrada do Pau Grande, Lagarto/SE**  
Fonte: Pesquisa de campo (2012)



**Figura 16: Trator na estrada do Povoado Açú Velho, Lagarto/SE**  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 17: Uso de trator em pequena propriedade no Povoado Brejo Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de Campo, (2012)

Observamos na pesquisa que há contraposição a este modelo, cerca de 30% dos entrevistados afirmaram utilizar somente adubos orgânicos, enquanto 58% utilizam somente ferramentas simples (figuras 18, 19, 20, 21).

Paulino (2010a) ao analisar à luz da teoria Chayanov o balanço interno do trabalho-consumo das unidades familiares, observa que mesmo os camponeses que encontram-se em condições de ampliar os meios de produção via maquinários e insumos, por mais vantajosos que lhe possam parecer o uso de um determinado investimento, não necessariamente resultam em estímulo para o camponês, uma vez que este não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, geralmente em observância baseada em atender as necessidades da família.



**Figura 18: Camponês fazendo a limpeza da lavoura no Povoado Brasília, Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de Campo, (2012)



**Figura 19: Camponesa cultivando amendoim no Povoado Brasília Lagarto/SE**

Fonte: Pesquisa de Campo, (2012)



**Figura 20: Camponês cultivando mandioca, Lagarto/SE**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2012)



**Figura 21: Camponesa em lavoura de Laranja no Povoado Estancinha, Lagarto/SE**  
Fonte: Pesquisa de Campo, (2012)

É importante ressaltar que há resistências a este modelo de produção do campo, quando 39% dos entrevistados na pesquisa de campo que produzem com recursos do PRONAF, negam a lógica de produção centrada somente para o mercado, e continuam a produzir para o autoconsumo consorciado ou não ao cultivo indicado pelo Banco. Esta estratégia é relatada por alguns camponeses:

[...] que o Banco não fique sabendo, mas, botei uma partezinha do recurso que tirei no banco, pra plantar a horta, o feijão, o milho, as plantações que sempre trabalhei, assim garanto o sustento da família e não passo aperto.<sup>28</sup>

Oxe, se a gente fosse fazer o que esses Bancos mandam estaria com minha produção era perdida, por que eles querem emprestar dinheiro só para o que eles querem. Peguei a verba, mas plantei o que eu quis e pronto. Minha vida toda produzi na terra, sei como as coisas são, teve ano aí que a mandioca não deu para pagar nada, se eu não tivesse com outras plantações não iria ter verba era para nada. Aqui em minha roça tem de tudo, se você olhar temos jaca, manga, fruta de todo tipo, também planto de tudo, se não der com um vai dá com outro, e a gente vai se virando (C.R. 57 anos, Comunidade Estrada do Pau Grande).

Esta resistência também é evidenciada na área pesquisada, quando apenas 33% dos entrevistados afirmaram terem requisitado crédito do PRONAF, enquanto o restante dos 68% entrevistados afirmaram não possuírem interesse em adquirir crédito com os Bancos apontando dentre os principais motivos, a busca por autonomia na produção; evitar o endividamento e a subsunção da renda de seu trabalho, procurando impedir que a terra seja apropriada pelos Bancos. Conforme relatos abaixo de vários camponeses:

Se pegar o crédito do PRONAF tenho que produzir o que os Bancos querem, não o que eu quero, aí teria que comprar a semente que eles indicam, teria que fazer o plantio do jeito deles, usar um monte de porcaria na terra pra adubar, pra depois de tantos gastos vender a produção por uma mixaria, ia ter que vender tudo para pagar as parcelas que são do Banco, o que iria sobrar pra mim? Nada né, só

---

<sup>28</sup> - Por motivos de segurança manteremos sigilo do nome do depoente.

ia trabalhar para os Bancos, eles é que iam ter lucro em minhas costas (A.J, 26 anos, povoado Açú Velho, pesquisa de campo, 2012).

Prefiro plantar do meu jeito, como meu pai me ensinou, planto de tudo um pouco, trabalho na terra é mais de trinta anos, desde moleque, não é esses técnicos que vão me dizer como eu devo trabalhar não. Digo a você nunca ficamos ricos com a terra, mas nunca passamos fome, sempre deu para sustentar a família. Agora você vê quem anda pegando esses empréstimos no Banco aí tá sempre aperreado, preocupado se no final da colheita vai dá pra pagar a parcela do Banco, quero não isso pra mim. (C.A, 60 anos, povoado Brasília, pesquisa de campo, 2012)

Não quis o crédito por medo de dívida, não quero ficar sem sossego, ficar de cabeça quente. Se não quando chegar o dia de pagar o Banco podem levar o que o cara tem (J.F, 66 anos, comunidade Várzea dos Cágados, pesquisa de campo, 2012).

Nunca gostei de negócio com Banco, vi muita gente falir, perder até terra por conta de dívida no Banco. Quem se endivida fica nas mãos do Banco, tem que trabalhar muito só pra pagar a dívida, e a renda de todo trabalho duro vai pros juros (J.S. 33 anos, povoado Sobrado, pesquisa de campo, 2012).

Negócio com Banco é arriscado demais, você pega o empréstimo e investe numa produção, mas quem garante que o negócio vai dar certo, se não der certo você fica nas mãos do Banco, aí vem juros, vem cobrança, vem nome sujo. Só dor de cabeça e vergonha, fica num beco sem saída (D. S. 62 anos, Povoado Sobrado).

Conheço gente que teve que vender o gado que tinha e ficou sem o sustento da família pra pagar dívida em Banco. Aí em vez de crescer, o cabra caiu mais ainda na pobreza. Quero isso pra mim nada, com o que tenho não ficarei rico, mas pelo menos o pouco que tenho é meu, não vou correr o risco do Banco levar minha terrinha (M.R, 45 anos, Povoado Brasília, pesquisa de campo, 2012).

O receio e a prevenção contra os Bancos, apontados pelos entrevistados não surge ao acaso, remete à condição histórica de endividamento de muitos camponeses e produtores rurais com Bancos, principalmente na Colônia Treze e adjacências, por intermédio de uma política de Estado que vem impulsionando o

crédito pela via da modernização e do estabelecimento de monopólios, gerando uma condição de endividamento que levou muitos camponeses ao empobrecimento e a perda da terra.

## **5.2. O PRONAF no processo de Exclusão da Produção Camponesa**

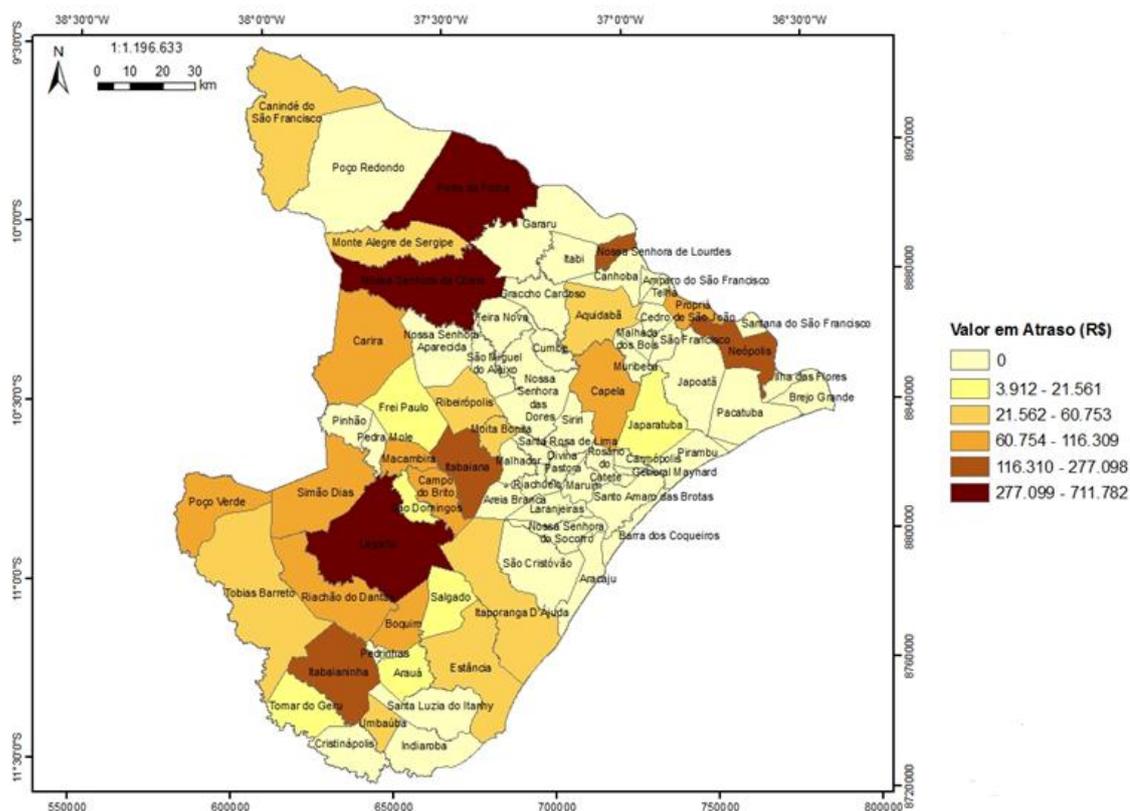
A realidade das contradições do PRONAF evidenciada no município de Lagarto também pode ser observada nos vários municípios do estado de Sergipe. De acordo os dados da figura 22, disponibilizados pelo Banco do Brasil, no estado o endividamento juntos aos bancos até abril de 2011 apresenta-se em alto grau. Este fato só comprova o que muitos já afirmaram, o crédito como opção para a redução da pobreza no campo está levando a exclusão ainda maior do camponês.

A marcha da expansão do capital no campo sergipano via PRONAF tem avançado sob o território camponês via monopolização e a territorialização, este processo é largamente afiançado pelo Estado via políticas públicas cria possibilidades para a ampliação do capital no espaço agrário por meio do apoio ao agronegócio e ao latifúndio, em detrimento da agricultura camponesa.

A produção camponesa sendo pressionada pelo latifúndio e pelo capital, tenta se reproduzir como pode, sobrevivendo em seu cotidiano com a expropriação que avulta a expulsa da terra, por meio das condições mais adversas das contradições do capital impostas pelo monopólio de terras e pelas iniciativas do agronegócio e da produção de monoculturas, dos alimentos transgênicos, dos biocombustíveis, da adoção de novas tecnologias, parceria desenvolvida em plena aliança com a produção industrial.

No entanto este processo de avanço do capital sob o território camponês não ocorre sem conflitos entre as classes sociais que disputam o espaço, é preciso entender que estes processos se materializam em diferentes territórios na apropriação deste. Em Sergipe podemos observar formas de resistência e embate contra o avanço do capital no campo, através dos diversos movimentos sociais a

exemplo do MST, MPA, FETASE, Colônias de Pescadores, Comunidades Quilombolas, etc., que se organizaram contra este processo de avanço do capital por meio de várias formas de resistência e luta no campo.



**Figura 22: Mapa da distribuição espacial do atraso de pagamento do Pronaf- crédito em Sergipe 2009-2010.**

Fonte: Atlas digital –SRH, 2011  
Banco do Brasil  
Projeção UTM Datum SIRGAS 2000  
Zona 24s MC-39  
Elaboração: SANTOS, Nathaly C. 2012  
Organização: RODRIGUES, Vanessa. P. A., 2012.

O Fórum dos Endividados e a reinvidicação de audiência pública (figura 23 e 24) junto a câmara dos Deputados para a renegociação de dívidas são uma dentre as muitas esferas de embate contra o capital, buscando manifestar e expor para a

sociedade as principais contradições, preocupações e problemas da crise que atinge os pequenos agricultores e camponeses diante do processo de integração do campesinato às relações de exploração impostas pelo agronegócio, apresentando principalmente o endividamento crônico dos camponeses junto aos Bancos, dívidas adquiridas principalmente com empréstimos do PRONAF.

O problema do endividamento do PRONAF também atinge também as associações, soube que mais de 400 associações estão endividadas. [...] Porto da Folha, por exemplo, possuía 94 associações, hoje possui menos de 14 (Marcos César, representante do Território do Alto Sertão Sergipano).

Nossa preocupação é de perder terra porque não tenho onde morar, de onde tirar meu sustento, tiro tudo da terra. Perco o sono porque estou endividado. Esse é o retrato do campo atualmente, vários camponeses sem dormir direito com medo de perder suas terras (José Almir da Silva, camponês do município de Poço Verde).

[...] 1.000 reais não é nada nas mãos do agricultor que não tem trato com o negócio, muitas vezes o dinheiro sai mas ele investe em outras coisas.. tem situações que ele pega 1.500 e chega com 1.000 em casa, 500 foi ficando na burocracia... parte do dinheiro fica na assistência, na sementes, nos insumos etc. (*ibid*)

[...] a única coisa que o camponês tem é a dignidade do nome limpo, tem grandes fazendas que devem a mais de 30 anos mas não chegam papéis de cobrança e de tomada da terra dos grandes. (*ibid*)

Não queremos esmola, queremos o tratamento adequado ao nosso papel. [...] Estamos endividados e continuaremos endividados enquanto o Estado não faça de fato uma política pública que de fato subsidie a produção camponesa e não a produção do agronegócio. (Camponês, liderança do MST do município de Canidé)



**Figura 23: Movimentos sociais em audiência pública no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe.**  
Fonte: Pesquisa de Campo (2011)



**Figura 24: Reivindicações dos movimentos sociais em defesa dos camponeses endividados do campo.**  
Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

A política do PRONAF, pautada em criar apenas consumidores de industrializados, tem servido para o capital se expandir, territorializar-se no campo por meio da tomada de terra. De acordo com depoimento do deputado João Daniel, em Sergipe em torno de 3500 propriedades rurais estão em juízo para serem confiscadas pelos Bancos, o que para o Deputado representa entre 3,5% a 4% dos empreendimentos rurais do estado. As declarações dos diversos camponeses e lideranças evidenciam este processo avassalador de expropriação do camponês pelo capital agrário, industrial e financeiro.

[...] O PRONAF é uma política de mão dupla, eu vi os agentes financeiros com uma série de estatísticas eu acompanho essa situação desde que Zé Eduardo Dutra foi Senador. O que eu vejo é que cada vez mais estamos empurrando a dívida para frente, sendo vencido pelo cansaço e acabando na miséria (Nena, liderança do município de Glória).

Então, a gente tem que tem uma situação no campo onde os assentados, os camponeses encontram-se, a grande maioria, endividados e aí quando são chamados pelos bancos para renegociar suas dívidas, jamais têm uma condição de melhoria para o camponês aliviá-la (Manoel Antonio Oliveira Neto, Liderança do MST).

Não tem um produtor que diga que não quer pagar suas dívidas, agora ele precisa de condições para que ele arque com seus compromissos.

O produtor do Baixo São Francisco não é caloteiro, não é manhoso, é trabalhador e responsável pelos seus atos. O que falta é oportunidade, para que os produtores arquem com seus financiamentos lá nos bancos, que haja alguma coisa que dê para agente pagar, porque nós queremos é isto. [...] nós queremos uma esperança, e que uma luz se acenda no fim do túnel (Ednaldo Lemos, representante dos plantadores de arroz do baixo São Francisco)

Essa é uma luta histórica para resolver um problema que já deveria ter sido resolvido há muito tempo, que é o problema da pequena agricultura camponesa do Brasil. Uma luta que tem 15 anos que eu conheço e participo, que vem nos espaços onde é possível negociar isso, em Brasília, nos nossos estados, para discutir todo ano o problema do endividamento dos pequenos agricultores e dos assentados e vamos chegar ao ano 2020 discutindo o problema do endividamento no Brasil...

De 15 de janeiro de 2001 para frente, as dívidas não estão inseridas na carteira de renegociação. E temos plena convicção que com esse modelo de agricultura, com essa política agrícola que o Brasil tem desenvolvido, a pequena produção e os pequenos agricultores deste país vão continuar, toda vida, sendo endividados... Agora a pequena agricultura no Brasil começou a ter uma nova cara, que é discutir verdadeiramente a possibilidade, a permanência do homem, da mulher e da nossa juventude no campo, porque ela também se tornou uma atividade economicamente viável de ser desenvolvida pelos pequenos agricultores (Aroldo José da Silva, liderança do MPA)

Conforme podemos constatar nos relatos de vários camponeses e representantes de movimentos sociais, que embora para muitos seja admitido como válidos os avanços das Políticas Públicas para a produção familiar, não cabe dúvida que entre o discurso em torno da defesa dos atributos creditícios desta política pública, e a importância social da (re)produção camponesa, diante dos instrumentos mais adequados para potencializá-la, há uma distância considerável.

Neste sentido, é possível compreender que a produção e reprodução social da vida no campo estão sujeitadas a forças históricas de coerção e manipulação do trabalho pelo monopólio do capital, “pois é o conflito capital-trabalho que possibilita o constante processo de territorialização/desterritorialização” (LIMA, 2010, p.53) do/no espaço. Os conflitos se territorializam, a partir das relações sociais travadas nos diferentes espaços, o que não quer dizer que se materializem do mesmo jeito e da mesma forma, pois é fundamental a compreensão de que o modo de produção vigente, que tem primazia no domínio territorial, desenvolve-se de modo desigual e combinado. Por meio da “sua mobilidade incessante, na busca por formas vantajosas de exploração do trabalho excedente, provocando uma diferenciação do espaço geográfico”, (LIMA & CONCEIÇÃO, 2010, p.85), no qual “novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital” (LISBOA, 2007, p. 134).

O que se pode constatar é que a realidade do espaço agrário sergipano, sinaliza que as políticas públicas de financiamento bancário via crédito e investimentos, antes de significar a garantia da autonomia da unidade de produção camponesa, tem imposto aos camponeses à sua inserção ao mercado. A integração ao mercado tem direcionado a perda da terra afetando toda a base da reprodução da família, e como consequência a redução da unidade de produção familiar, e sua subsunção ao capital.

## **CAPÍTULO VI**

### **A INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CAMPO COMO NEGAÇÃO DA LÓGICA DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA.**

## **6. A INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CAMPO COMO NEGAÇÃO DA LÓGICA DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA.**

Nos vários povoados visitados verificamos que o cultivo da mandioca está presente nas pequenas propriedades. Há uma grande concentração de casas de farinhas, a maior parte localizadas na Colônia Treze, Açuzinho, Açú - velho, Brasília, Jenipapo, Estancinha, Caraíbas, Luiz freire, Urubu Grande, Araçás, Gameleiro e Joerama, povoados que segundo Ribeiro (2010), são responsáveis por 76% da produção de farinha do município.

Segundo dados divulgados no projeto da APL Centro Sul (2011), o território centro sul produz 77,5% de toda a produção estadual, chegando a uma produção de 380.692 toneladas. O município de Lagarto se destaca como o maior produtor de mandioca de Sergipe com uma produção de 152 mil toneladas, sendo responsável também, por 78,3% da produção de raiz de mandioca do território Centro-Sul, e por 39,9% de toda a produção estadual, além de ser o 6º maior município produtor de mandioca do Brasil. Outros municípios que se destacam segundo a APL Centro Sul (2011), são: São Domingos (22.500 ton.), no Agreste Central; Santa Luzia do Itanhyl (16.100 ton.), no Sul; e Simão Dias (18.000 ton.), no Centro-Sul.

Em pesquisa de dissertação de Fernanda Souza desenvolvida no ano de 2005, ao analisar as formas de resistência e permanência da unidade familiar, enquanto valor camponês, diante do mercado mundializado, a autora verificou no município de Lagarto, que o cultivo de mandioca possui importância fundamental enquanto garantia da reprodução camponesa, principalmente, nas regiões onde não foi inserido o processo de monopolização da produção da laranja. No período estudado pela autora, a maior parte das casas de farinha do município estava sob o controle da família camponesa, presente em cerca de 65% das pequenas propriedades, representando a condição de resistência da unidade de produção camponesa.

As casas de farinha constituíam em muitas localidades do município a possibilidade de muitos camponeses protegerem suas rendas dos atravessadores, uma vez que ao produzirem a farinha e venderem diretamente em feiras livres evitavam que o capital comercial se aproprie de sua renda. “A venda direta nas feiras livres dos cultivos é a estratégia encontrada para evitar que o capital comercial se aproprie de sua renda” (SOUZA, 2007, p. 118).

No entanto, o avanço das relações capitalistas no campo, o intenso processo de expropriação de terras, e a constante subordinação da unidade de produção familiar, tem violentamente reduzido o espaço da reprodução camponesa, reduzindo também a presença da casa de farinha principalmente as próximas a casa de morada. A unidade de produção familiar quando consegue permanecer com a casa de farinha, fica subordinada aos atravessadores.

Em pesquisa de campo, constatamos que dentre 5 donos de casa de farinha entrevistados, apenas 1 vendia sua produção nas feiras livres, o restante dos entrevistados vendem a produção para atravessadores, estes criam mecanismos para subtraírem parte da renda da terra, impondo baixos preços, conforme depoimento da Sr.<sup>a</sup> M. A, de 40 do Povoado Boa Vista.

Aqui alguns vendem a farinha nas feiras, mas a maioria vende mermo para os atravessadores, para vender nas feiras tem que ter transporte ou pagar caminhão, varar as noites de canto em canto e a concorrência é grande. Com os atravessadores também não tenho vantagem não, eles pegam a farinha na porta, quando o preço tá bom dá para tirar uns trocados, mas a maior parte do tempo o atravessador bota o preço lá em baixo, assim a gente trabalha só para receber mixaria (M. A, 40 anos, Povoado Boa Vista).

Em pesquisa em diversos povoados, verificamos que há casas de farinha que pertencem a particulares que não possuem ligação com a terra, ou com a produção de mandioca, tornando-se a farinha apenas um negócio. Muitos camponeses produtores de mandioca, para comercializar o excedente da produção deste cultivo ficam subordinados a vendê-lo por valores baixos nas casas de farinha.

Há também a presença de intensa exploração da força de trabalho, uma vez que o beneficiamento da mandioca em farinha exige várias etapas (ver quadro 4), que vão desde a **recepção, lavagem, descascamento, ralação, prensagem, torração** até torna-se farinha. As mulheres tem a função atribuída principalmente a raspar a mandioca, etapa da produção que mais exige força de trabalho, enquanto homens geralmente ficam com a responsabilidade de todo o restante do processo de produção.

Verificamos em pesquisa que muitos que trabalham nas casas de farinha não possuem terra, ou quando as tem, esta é insuficiente para garantir a sobrevivência de todos os membros da família, forçando-os a trabalhar como diaristas. Segundo o depoimento de uma raspadora de mandioca, a Sr. M.S, 42 anos do Povoado Açú Velho, após um dia inteiro de trabalho extenuante ela mal consegue encher 5 caixas de mandioca raspada, recebendo entre 1,50 a 1,70 por cada caixa, para complementar a renda, a trabalhadora precisa fazer outros serviços,

[...] trabalho raspando macaxeira, na raspagem tem vez que a gente chega se cortar, recebo muito pouco, pois como trabalho por quantidade de caixa nem sempre consigo encher mais que cinco, seis caixas.

Também não é sempre que tem serviço na casa de farinha, quando não dá, pego na enxada mesmo, geralmente recebo 12,00 reais por um dia de trabalho na roça. Preciso sustentar é 4 filhos, não posso ficar parada esperando a comida cair do céu, tenho é que trabalhar muito para comer (Sr. M.S, 42 anos, povoado Açú Velho, pesquisa de campo, 2012).

#### Quadro 4: Processo de produção de farinha de mandioca.



Figura 1: raspagem da mandioca



Figura 2 e 3: a mandioca é ralada e reduzida em partículas.

Figura 4: na prensa, retira-se a manipueira da mandioca, caldo que é tóxico para os seres humanos.



Figura 6: na peneira, extraem-se restos de cascas, fibras e partículas maiores.



Figura 5: a farinha é torrada para retirar a umidade, ganhar cor e sabor.



Figura 7: a farinha peneirada é separada de acordo com granulação grossa ou mais fina e ensacada para ser comercializada.

Na tentativa de escapar de um possível endividamento, ou escapar dos prejuízos da entrega de sua produção nas mãos dos atravessadores, muitos vêm sendo aliciados pelos discursos do Estado que tem impulsionado uma forte política de incentivo a produtividade e a agroindustrialização, principalmente pela implantação das APL's, no qual muitos têm centrado a produção pelos caminhos que negam a lógica camponesa de produção, subordinando seu cultivo e seu trabalho aos ditames industriais, acentuando ainda mais a inserção da produção na lógica do empreendedorismo pela via da agroindustrialização da mandioca. Lógica que apaga os laços com a terra e nega a condição de permanência da (re)produção das unidades de produção familiar, passando a produzir apenas sob o ângulo das relações de produção capitalistas.

O discurso da APL – Território Centro Sul (APL, 2011), tem direcionado as ações do Estado à um destino diferenciado do plantio de mandioca, que tradicionalmente tem servido sua produção. Vários estudos de órgãos governamentais e privados vêm desenvolvendo análise de nicho de mercado e de melhoramento genético na busca de atributos que tornem as novas variedades de mandioca mais completas, competitivas e atraentes para o mercado a exemplo do Projeto Mandioca Brasileira da EMBRAPA (1996). As pesquisas mais recentes do SEBRAE (2008), tem apontado os benefícios da mandioca para os mais variados tipos de uso, na produção dos mais variados alimentos industrializados, geleias, pães, cremes e molhos instantâneos, molhos atomatados, catchup e condimentos em geral, embutidos (frigoríficos), recheios e coberturas para confeitaria e iogurtes, bem como no processamento industrial de papéis, têxtil e de colas.

Segundo estudos de Dias Oliveira (2007), o Estado desde o ano 2001, sob o discurso de que a mandioca possui grande importância na alimentação nacional, de que a produção deste cultivo requer reduzido uso de agrotóxicos sendo, deste modo, 'ecologicamente correto', e de que há possibilidades de forte geração de emprego e renda no campo, tem centrado ações no fortalecimento do agronegócio da mandioca por meio da FUNEMAN – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandioca, no qual se centra em ações que priorizam investimentos tecnológicos na produção e industrialização da mandioca, pesquisa tecnológica, assistência técnica, para o incentivo a produtividade, inserindo esse

cultivo nos mercados externos e internos. Foi criado também o PLANAMAM – Plano Nacional da Mandioca, formado por um grupo multidisciplinar de estudiosos e representantes do setor agrícola relacionados à produção de mandioca, para propiciarem as metas de desenvolvimento do agronegócio da mandioca.

Em Sergipe desde o ano de 2004, o incentivo a produção de mandioca vem sendo vinculado à incorporação de biotecnologias de melhoramento genético e ao beneficiamento via agroindustrialização. Segundo Vanessa Dias Oliveira (2007), a partir de 2004, uma série de projetos vem sendo desenvolvidos na busca do aumento de produtividade, quando a EMBRAPA Tabuleiros Costeiros realizou várias avaliações no estado para a introdução de novas espécies derivadas do cruzamento de clones mais resistentes a pragas e doenças, para alcançar maior produtividade por hectare em vários municípios do estado, a exemplo dos experimentos desenvolvidos em Lagarto, Nossa Senhora das Dores e Umbaúba.

Recentemente, observa-se que a política do Estado de incentivo ao agronegócio da mandioca, vem sendo fomentada e sustentada num conjunto de Políticas Públicas, principalmente do PRONAF, da política de APL's do Governo do Estado, bem como, via programas de aquisição de alimentos como o PAA<sup>29</sup> e o PNAE<sup>30</sup>, com ações centradas em vários municípios do estado, por meio de uma extensa parceria na construção de uma política que conforme a lógica produtivista capitalista do campo. Segundo consta no documento da APL (2011), conforme podemos verificar no quadro 5, no qual destaca o Grupo de Trabalho do APL de Mandioca composto por várias instituições que dão subsídio a esta política.

---

<sup>29</sup> - Programa Nacional de Aquisição de Alimentos.

<sup>30</sup> - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**Quadro 5: Instituições que fazem parte do Grupo de Trabalho do APL de Mandioca em Sergipe.**

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);  
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO);
- Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB);
- Banco do Estado de Sergipe S/A (BANESE);
- Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN);
- Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES);
- Banco do Brasil S/A (BB);
- Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE);
- Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP);
- Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado De Sergipe (ITPS);
- Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC);
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI);
- Cia. de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE);
- Superintendência Federal e Agricultura no Estado de Sergipe – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Serviço Nacional da Indústria (SENAI);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- Cooperativa dos Produtores de Farinha e Mandioca (COOFAMA);

Segundo os objetivos e metas da APL Centro Sul (2011) pretende-se dentre as metas estabelecidas: licenciar as unidades produtivas adequadas à legislação ambiental vigente em 40% em 2012; 60% em 2013 e 90% em 2014; aumentar a produtividade nas lavouras de mandioca em 30% em 2012, 50% em 2013 e 70% até 2014; e aumentar a produção de derivados de mandioca em 30% até 2014.

Para que tal projeto se concretize, as tecnologias, a assistência técnica e o crédito do PRONAF possuem a função de reforçar e garantir a lógica produtivista do campo, uma vez que para produzir será preciso seguir uma série de manejos e procedimentos indicados nos projetos, principalmente porque alguns produtores tem sido incentivados a utilizar as espécies de mandioca e clones que apresentam maior grau de produtividade, distribuídas pela Embrapa, a exemplo dos clones<sup>31</sup> das espécies Jarina e Poti Branca, bem como a maniva Kiriris<sup>32</sup>, que necessitam de maior especialização na preparação dos solos e no manejo do cultivo. Em Lagarto as pesquisas experimentais de melhoramento genético da mandioca são desenvolvidas pela EMBRAPA na Estação Experimental Antônio Martins.

Verifica-se também a intensificação do Associativismo e do Cooperativismo, no qual em muitos casos vem se introduzindo valores que fogem a real função da relação comunitária, enfatizando apenas o gerenciamento e a comercialização da produção, com ênfase no empreendedorismo. Muitas casas de farinha estão se readequando a este modelo de produção circunscrita na agroindustrialização por meio do uso de tecnologias e maquinários mais modernos, como fornos, trituradoras e prensas, diferente das tradicionais que utilizam equipamentos mais rudimentares, a exemplo de forno a lenha etc. Porém produzir para o mercado exige uma vinculação direta na especialização de fabricação nas unidades produtivas e conseqüentemente são obrigadas a se adequarem as exigências das leis do mercado.

---

<sup>31</sup> - Segundo Vanessa Dias Oliveira (2007) os clones de mandioca são produzidos por meio do uso de biotecnologia, no qual a Embrapa desenvolveu modificação genética que permite juntar em uma mesma planta somente as características mais úteis da planta, tornando o cultivo mais produtivo. Deste modo, estas espécies podem gerar a média de 40 toneladas por hectare, enquanto a produção tradicional chega a produzir em média de 15 toneladas por hectares.

<sup>32</sup> - A espécie Kiriris é um híbrido resistente a podridão de raízes, uma das principais doenças que afeta o cultivo de mandioca do Nordeste (OLIVEIRA, V. D. 2007).

O discurso do incentivo ao agronegócio da mandioca também é evidenciado em veículos de comunicação impresso, virtual, bem como em reportagens de TV, disseminando a ideologia de que a pluriatividade é um caminho possível, criando a ideia de que a atividade agrícola é apenas uma das formas de produção no campo, valorizando as vantagens de ser um empreendedor, incentivando a incorporação de competências empresariais.

A reportagem do programa Estação Agrícola<sup>33</sup> veiculada em 09 de março de 2010, apresentou matéria sobre a incorporação de subprodutos agroindustrializados da mandioca nos cardápios de 16 escolas do município de Lagarto, entre os parceiros desta empreitada está a EMDAGRO. Este órgão vem intensificando capacitações, cursos e oficinas, (conforme destacado na figura 23), no qual expõe parte dos 70 produtos derivados da mandioca desenvolvidos por Cooperativa e Associações, dentre eles pães, salgados, biscoitos, licores, sucos, doces, beijos e farinhas enriquecidas etc.

Outros exemplos de projetos como este foram implementados em outros municípios, conforme divulgado em reportagem da Revista Sergipe Rural (2012), destacando no seu conteúdo informativo, a mesma ideologia que orienta a incorporação de valores empresariais no incentivo a agroindustrialização e beneficiamento da mandioca. Nesta reportagem destacam-se ações de Prefeituras e do Governo do Estado em criar Centros Técnicos Especializados em Farinha Derivados de Mandioca, a exemplo das experiências desenvolvidas em Umbaúba e em Campo do Brito.

---

<sup>33</sup> - O programa Estação Agrícola é exibido nas manhãs de domingo, veiculado pelo canal TV Sergipe, filial da Rede Globo de Televisão, difundindo principalmente a ideologia do agronegócio, por meio de reportagens geralmente relacionadas ao estado de Sergipe.



**Figura 25: Subprodutos agroindustrializados da mandioca.**  
Fonte: EMDAGRO (2011)

No município de Umbaúba, esta tem sido a estratégia do Estado de substituir paulatinamente a produção de laranja que apresenta declínio na produção, nos preços e nas vendas, pelo cultivo da mandioca atrelado ao seu beneficiamento. Segundo a Revista Sergipe Rural (2012), as ações do Estado vão além de criar Centros Técnicos Especializados em Farinha Derivados de Mandioca, no qual possuem objetivos de incentivar, instruir e capacitar via manejo de maquinários todo processo de agroindustrialização da mandioca, também fornecem via Sebrae cursos de capacitação em empreendedorismo, bem como ao associativismo e a organização da produção. Segundo declarações da representante do Sebrae a Sr.<sup>a</sup> Eloisa Santos Fontes a reportagem da revista Sergipe Rural (2012), os objetivos e metas do Sebrae neste projeto são:

[...] despertar a organização e o associativismo nessas comunidades, onde a principal meta é difundir a cultura empreendedora, (Representante do Sebrae, REVISTA SERGIPE RURAL, 2012).

No município de Campo do Brito a Revista Sergipe Rural (2012) destaca a ações no Povoado Gameleira que já possui este projeto implantado desde o ano de 2005, através da criação da Coofama – Cooperativa dos Produtores de Farinha e Mandioca e Derivados, na qual foram implantadas estratégias de agroindustrialização da mandioca, através de incentivos do Estado, bem como parceria com o Sebrae na orientação empresarial com oficinas e consultorias. Segundo a reportagem, atualmente a Coofama recebe a produção de cerca das 200 casas farinhas de Campo do Brito, a maior parte concentrada no Povoado Gameleira. Na Cooperativa chega-se a empacotar uma média de 26 sacos de farinha por minuto, este feito é possível, devido a uma máquina moderna que custou a Cooperativa 300 mil reais, para adquirir este maquinário foi preciso requisitar empréstimo no BNB através de Programa Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)<sup>34</sup>.

Políticas do Estado tem levado o camponês na mesma lógica de produção agroindustrial, conforme podemos observar na nossa pesquisa, nos relatos do presidente da Cooperlagarto. Conforme relatos de H.O, 60 anos, houve interesse muito grande de muitas comunidades rurais de criarem Cooperativas e Associações, por conta da introdução dos programas de governos como o PRONAF, PAA, PNAE.

[...] houve essa correria de criar cooperativas por conta desses programas, mais se você vai ver por dentro não é uma cooperativa de verdade, pois só estão interessados em produzir e em vender a produção.

Segundo Hespanhol (2008), o PAA e o PNAE tem como objetivo assegurar o acesso aos alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e incentivar e fortalecer a produção familiar, gerar renda e trabalho no campo por meio da aquisição direta de alimentos produzidos pelos agricultores, na medida em que atua num dos principais entraves ao processo produtivo agrícola que é a comercialização. Estes programas tem em vista beneficiar entidades

---

<sup>34</sup> - este programa financia com recursos do BNB empreendimentos em pequenas comunidades com o objetivo de gerar desenvolvimento econômico e social. (REVISTA SERGIPE RURAL, 2012)

cadastradas nos Bancos de Alimentos, tais como creches, restaurantes e cozinhas populares, escolas públicas, abrigos, albergues, hospitais públicos, asilos etc.

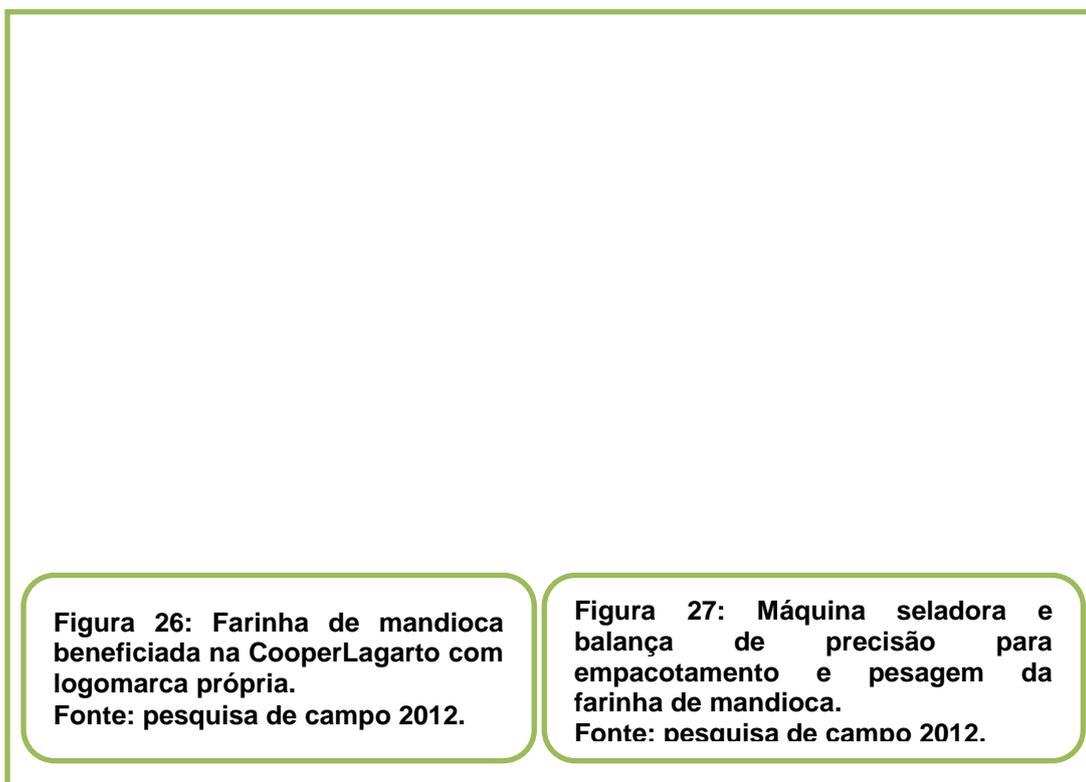
O agricultor que podem vender seus produtos à CONAB via PAA ou PNAE, devem estar enquadrados entre os grupos A, B, C ou D do PRONAF e apresentarem a DAP. Nestes programas o Estado compra parte da produção de pequenos produtores via Cooperativas e Associações, porém para que isto ocorra, é preciso uma série de adequações que em alguns casos vão desde o beneficiamento da produção, compra de maquinários, adequações sanitárias, regulamentação, adaptação nas instâncias normativas das regras de compra formais de licitação do Estado, entre outros ajustamentos.

Segundo relato do presidente da Cooperlagarto, atualmente a cooperativa fornece através de contratos com o PNAE para vários municípios, farinha, polpa de frutas processadas, bem como acerola, jenipapo, maracujá, abacaxi, e produtos *in natura* como abóbora, macaxeira, cebola e banana. Para vender estes produtos ao governo municipal, a Cooperativa precisou se enquadrar numa série de adequações que vão desde se adaptar as normas dos editais de concorrência e licitações, criando projetos, proposta de contratos, e de contabilidade, bem como foi preciso adquirir maquinários para o beneficiamento dos produtos.

Procuramos o PNAE, por meio de chamada pública por meio de edital no ano passado e neste ano com vigor até dezembro de 2012, e disputamos com outras cooperativas e associações, agente ganhou a licitação para fornecer aos municípios de Lagarto, Macambira, Ribeirópolis, Frei Paulo, Aracaju (Presidente da Cooperlagarto, pesquisa de campo, 2012).

A venda da mandioca e o beneficiamento da farinha são realizados pelos próprios Cooperados da Cooperlagarto, que beneficiam em casas de farinha próprias em vários povoados do município. Na cooperativa a farinha é ensacada em embalagem de 1Kg no qual possui logomarca própria (figura 26), e é selada com maquinário que veda os sacos (figura 27).

Trabalhamos com a farinha que a gente compra já processada nas casas de farinha particulares dos próprios sócios, e empacotamos na cooperativa, fornecemos também polpas de frutas, a gente compra acerola, abacaxi, jenipapo, maracujá, tudo da região de Lagarto e aí mandamos processar numa fábrica em Boquim (FRUTILY) na qual temos contrato e fornecemos também a abobora, macaxeira, cebola, banana (Presidente da Cooperlagarto, pesquisa de campo, 2012).



Já no caso das polpas de frutas, a Cooperativa recebe os frutos dos cooperados, porém o beneficiamento não acontece na Cooperativa, por conta do alto valor dos maquinários para o processamento e embalagem das polpas e das normas de higiene e acomodações sanitárias, a cooperativa precisou recorrer a uma fábrica processadora de sucos (FRUTILY) localizada em Boquim, que produz e embala as polpas em sacos de 1kg em logomarca da fábrica (figura 28), porém esta alternativa tem encarecido a produção, retendo boa parte da renda dos produtores de frutas.



**Figura 28: Polpa de fruta comercializada pela CoopeLagarto processada na fábrica Frutily.**

Segundo o Presidente da cooperativa a venda para os governos municipais não atende aos preços almejados pelos produtores, mas ao menos garante escoamento da produção, já que esta tem sido a dificuldade apontada pela maior parte dos produtores.

[...] os preços não são tão vantajosos, mas pelo menos não dá prejuízo, mas ajuda, dá para trabalhar (Presidente da Cooperlagarto, pesquisa de campo, 2012)

A venda da produção, aparentemente, parece ser, sobretudo, uma medida interessante para quem quer fugir da dependência dos atravessadores, porém estas políticas de aquisição de alimentos apresentam muitas limitações. Apesar da promulgação da Lei Federal 11.947, sancionada em junho de 2009, obrigar os governos estaduais e municipais a utilizarem 30% dos recursos destinados à merenda escolar na aquisição de produtos das unidades de produção familiares, os outros 70% dos recursos que o Estado utiliza continuam beneficiando os produtos de grandes produtores e indústrias de alimentos. Neste sentido, estas comparações evidenciam na prática a dimensão dos sustentáculos do Estado em apoiar a

agricultura capitalista, e do quanto insignificante tem sido as medidas do Estado para minimizar os graves problemas da pequena produção.

Em pesquisa de campo, dentre os entrevistados, por exemplo, somente um camponês informou participação no PAA, além disso, para se vender a produção para os governos municipais/estaduais é preciso estar integrado a uma Cooperativa ou Associação, para ser um associado da cooperativa é preciso que o interessado subscreva uma quantia para Cooperativa, o que para os descapitalizados torna-se inacessível. Em alguns casos há evidências de uso político de prefeituras, que aliciam Cooperativas para comprar votos e ou aliciam apoio eleitoral pelo vinculamento desta política; bem como há denúncias do privilegiamento de alguns produtores com nível socioeconômico melhor que inclusive forjam DAP's para se enquadrarem enquanto pequenos produtores, ou casos que por motivos de amizade, parentesco e/ou interesses particulares se beneficiam desta política, em detrimento daqueles que mais precisam de apoio. Há também muitos que tem medo da falta de continuidade do programa, muitos ficam sem ter certeza se haverá pagamento dos produtos entregues as prefeituras.

É possível evidenciarmos outras questões para a reflexão destes programas de aquisição de alimentos do Estado, uma vez que as Cooperativas e Associações tem adentrado numa lógica de produção que reproduz os padrões produtivistas do campo, perdendo completamente o senso de coletividade. Esta é uma das preocupações do presidente da CooperLagarto, que a compreende em uma lógica diferenciada, buscando um caráter comunitário.

Se a gente não se mobilizar nós iremos acabar como as outras, pois temos esse programa do PNAE, mas quando acabar esse programa o problema será o que fazer, se você não tiver alternativas além de colocar a produção no mercado consumidor, porque se é só o mercado consumidor que vai dar vida a cooperativa, fica difícil, porque muitos cooperados tem interesses próprio, poucos tem um interesse social, se a gente pensar que vamos tocar uma cooperativa que seja voltada a atender a sociedade, e venha para fortalecer o social, seus associados, a comunidade como todo, se não conseguirmos isso será terrível.

[...] nós fizemos uma reunião aqui na cooperativa falando dessas questões, ou a gente faz desta uma cooperativa de verdade, pois precisamos nos unir e trabalharmos juntos ou a gente não vai a lugar nenhum, a gente não tem nenhuma vergonha de dizer que a gente ainda não está fazendo aquilo que é a cooperação, como se diz no nome. Só se torna de verdade uma cooperativa quando houver essa interligação comunitária, mas aos pouco estamos tentando dar sentido a cooperação.

Em muitas cooperativas o associado só tem o compromisso de colocar a produção a disposição na cooperativa, mas isso ocorre por conta de alguns erros do passado de muitas cooperativas só se acomodarem aquilo que estava sendo propagado pelo Estado e pelo Banco, não se conseguiu superar esses erros, as pessoas que continuaram neste sistema na teimosia, de só divulgar cooperativa para comercializar não cuida da vida da cooperativa, não dar importância a interligação entre o associado e sociedade (Presidente da Cooperlagarto, pesquisa de campo, 2012)

Com efeito, conforme evidenciado em pesquisa em Lagarto, as intensivas ações das Políticas Públicas no campo refletem e comprovam as pretensões do Estado em criar mecanismos que levem a mandioca a tornar-se um produto atrelado ao mercado, deixando de ser um cultivo da autonomia camponesa, voltando-se para transformação industrial, incorporando a produção camponesa de mandioca nas relações de mercado, subordinando a produção camponesa às indústrias. No município de Lagarto o projeto do Estado já vem sendo posto em prática conforme ressaltamos via incentivos de crédito do PRONAF para produção de mandioca; via capacitação e assistência técnica da EMDAGRO e Sebrae, por meio de cursos e incentivos a agroindustrialização de subprodutos derivados da mandioca.

Neste sentido, estas experiências exemplificadas no município de Lagarto e em outros municípios, apontam a lógica do agronegócio e do empreendedorismo que vem sendo difundida por intermédio dos órgãos estatais e privados na tentativa de tornar a mandioca, o camponês e o trabalhador rural em alvos de exploração múltiplas do capital industrial, agrário e financeiro.

Contudo, é importante ressaltar que em pesquisa de campo verificamos que ainda permanece a forte ligação dos camponeses com a produção para o autoconsumo. Foi possível constatar o peso deste alimento na mesa da família camponesa quando mais de 95% dos entrevistados afirmaram cultivar mandioca de forma consorciada ou não a outros cultivos para o autoconsumo da família, o que comprova que apesar da forte pressão hegemônica da racionalidade capitalista nos hábitos e costumes que envolvem a esfera da produção, circulação e consumo dos camponeses, o capital não necessariamente dita a sua existência, uma vez que a economia camponesa está baseada não no lucro e sim no consumo para reprodução da sua família, enquanto estratégia histórica que garante a permanência dos valores camponeses até os dias de hoje.

### **6.1. A produção camponesa sobre o monopólio da indústria.**

O Estado elabora e implanta novas maneiras de acumulação do capital criando as condições favoráveis para que o agronegócio se aproprie da terra, transformando-a em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho, em que a produção camponesa é voltada ao mercado externo e a venda de seus produtos é subordinada aos preços estabelecidos pela indústria. Em um cenário que se conduz extremamente desfavorável, sem condições de competir com a hegemonia das grandes empresas e dos grandes negócios agroindustriais, por vezes o camponês se vê obrigado a se incorporar à lógica do capital para permanecer produzindo.

Neste sentido tem-se a monopolização da terra pelo capital que promove a apropriação do território camponês, via agronegócio, em que a produção do campo é subordinada aos ditames do capital, intensificando a penetração da forma capitalista de produzir, subordinando a terra e a força de trabalho camponesa aos ditames da indústria, propiciando a monopolização do capital no campo, garantindo, deste modo, a reprodução ampliada do capital.

No campo, esse efeito está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos capitalistas/proprietários de terras para a apropriação da renda capitalista de terra, quer na sua diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios.(OLIVEIRA, 2004, p. 41)

Atualmente em Lagarto vem se incentivando o plantio de pimenta malagueta em parceria com a Secretaria de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe (Seagri), Companhia de Recursos Hídricos de Sergipe (COHIDRO), o Banco do Estado de Sergipe (Banese), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e os plantadores de pimenta do município, visando abastecer a necessidade de pimenta da indústria Maratá. Neste sentido, verificamos em pesquisa de campo, a ação do

Estado via políticas públicas, a exemplo do PRONAF, que subsidiam e direcionam a produção de cultivos agrícolas voltados a atender as necessidades da indústria.

Segundo relatos dos entrevistados a iniciativa de cultivar a pimenta malagueta surgiu de reuniões promovidas pela COHIDRO incentivando os agricultores a produzirem para abastecer a indústria Maratá, esta que antes já detinha o controle e monopólio da produção de café, da laranja para sucos, de chás, de fumo em corda, e passa a investir na produção industrializada do molho de pimenta “GOTA”. Não foi por acaso que a produção de pimenta foi incentivada justamente nas comunidades que fazem parte do Perímetro Irrigado Piauí<sup>35</sup>, composto em sua maior parte por pequenas propriedades que tradicionalmente produzem mudas de laranja em estufas, hortaliças (coentro, alface, repolho, pimentão, couve etc.), além de mandioca, bata doce, amendoim, flores em estufas, que são assistidas e monitoradas pela COHIDRO. Conforme reportagem da Revista Sergipe Rural (2012), este Perímetro Irrigado abrange uma área irrigável de 703 hectares dividido entre 3.245 pequenas propriedades, destas pouco mais de 100 cultivam pimenta.

No Perímetro Irrigado Piauí a pimenta pode ser produzida com as condições adequadas, com a assistência técnica e infraestrutura do Estado via COHIDRO, que fornece a água para irrigação do cultivo. Deste modo, sob o uso da assistência e subsídios do Estado por meio de seus órgãos, ao se apropriar das condições hídricas que favorecem o monopólio da produção e a exploração da força de trabalho camponesa, tem-se o ambiente propício para que a indústria Maratá tenha matéria-prima, sem qualquer custo ou investimento e com a qualidade e tecnologia, necessária para a produção industrial.

---

<sup>35</sup> - Segundo Vanessa Dias Oliveira (2007), O perímetro Irrigado Piauí foi criado no ano de 1987 como resultado de um projeto de irrigação pública sem intervenção fundiária, a partir das pequenas propriedades existentes, que compõe total de 421 propriedades.

A estratégia capciosamente utilizada pela indústria Maratá para atrair produtores para produzirem pimenta foi a princípio, a sedução, pagando preço maior pela produção, deste modo, muitos deixaram de plantar hortaliças e outros cultivos e começaram a produzindo pimenta. O Sr. N.R de 57 anos possui 7 tarefas na Comunidade Fazenda Grande produz pimenta desde o ano de 2007, este afirmou que a Maratá quando começou a incentivar o plantio de pimentas chegou a pagar 10,00 por quilo da pimenta malagueta,

Naquela época em todo canto do perímetro irrigado do Piauí tinha gente plantando pimenta, além do preço ser muito bom, pagavam 10,00 reais pelo quilo da pimenta, era uma novidade ter contrato, não tinha dor de cabeça na hora de vender, tudo que agente produzia ia direto para Maratá (N.R de 57 anos, comunidade Fazenda Grande, pesquisa de campo, 2012).

Os preços da pimenta atraíram muitos camponeses para produzir este cultivo gerando intensa concorrência. A Maratá soube aproveitar esta concorrência para impor o monopólio da produção via contratos, estabelecendo baixos preços, foi seguindo esta lógica que em poucos anos os contratos ditados pela indústria chegaram a cair de 10,00 reais para o valor de 4,00 reais por quilo de pimenta, e hoje após cinco anos desde que foi introduzido cultivo de pimenta no Perímetro Irrigado Piauí o quilo pago é de 6,00 reais.

Para se produzir pimenta é preciso uma série de investimentos iniciais, além do uso permanente de insumos, o que requer grande investimento para o custeio da produção. Muitos camponeses não tinham condições financeiras para produzir pimentas, para solucionar este problema e continuar garantindo a exploração da unidade de produção camponesa, a Maratá buscou apoio da Seagri e da COHIDRO para subsidiar financiamento nos Bancos como o Banese e BNB para plantio da pimenta. É deste modo que o PRONAF, enquanto uma política que está intimamente ligada em manter o padrão de desenvolvimento do campo passa a financiar e dispor do crédito rural para o financiamento do agronegócio.

A Indústria Maratá buscou parceria do BANESE e BNB para incentivar e fornecer os créditos do PRONAF aos camponeses, para que estes pudessem investir na produção, na compra de sementes e de materiais para realizar o cultivo de mudas de pimenta e para a manutenção do cultivo que exige uso intensivo de adubos, de agrotóxicos, insumos e fertilizantes. Esta forte relação com os Bancos por intermédio do PRONAF pode ser observada desde o ano de 2007, e foi bastante destacada por vários veículos jornalísticos na época, conforme o conteúdo de uma reportagem da INFONET no dia 30/10/2007, no discurso jornalístico podemos verificar a relação e os interesses da Maratá com os bancos e órgãos do Estado.

Com manchete intitulada **“Seagri e Maratá buscam financiamento do Banese para plantio de pimenta”**, o jornal informa que representantes do Departamento Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri), e da EMDAGRO e do BANESE se reuniram com o diretor de Crédito de Desenvolvimento do Banese, para discutir o financiamento do plantio irrigado de pimenta malagueta no Centro Sul sergipano, especialmente no município de Lagarto.

O Banese está disposto a dar todo o apoio possível à agricultura estadual, principalmente em casos bem definidos, que fechem a cadeia produtiva das culturas envolvidas, com a garantia de plantio, assistência técnica e comercialização. Durante o encontro ficou acertado que os projetos necessários para a concessão dos financiamentos pelo Banese serão elaborados pelos técnicos do Deagro e do Dehidro. (INFONET, 30/10/2007)

Em declaração a reportagem, Marcos Emílio gerente da COHIDRO do Perímetro Irrigado Piauí, informa que “os agricultores começam a entender a necessidade de plantar, observando o que o mercado exige”.

[...] entendendo que, os produtos passam por uma rigorosa fiscalização para serem comprados por supermercados e indústrias alimentícias. Quem deixar de seguir as regras perderá chances de negócio (INFONET, 30/10/2007),

Nestes discursos dos representantes da COHIDRO e do Banco podemos verificar de forma clara todo o processo de adequação do Estado via órgãos de assistência técnica e companhia de irrigação, que investem na especialização da unidade de produção familiar, incentivando-os a buscar formas de valorizar a produção se adequando totalmente aos ditames das indústrias e supermercados para não ficarem de fora do “negócio”.

Em outra reportagem veiculada em 24/09/2008 pela COHIDRO, o “COHIDRO NEWS, destaca a manchete: **“Pimenteiros recebem instruções e renovação de contratos em 23 de setembro de 2008”**, a reportagem destaca a participação do Banco do Nordeste no empreendimento da pimenta, bem como divulga as regras do financiamento, o que comprova a total sintonia do discurso do banco com o direcionamento do crédito voltado para a produção especializada para a indústria.

Na reportagem o gerente geral da agência de Lagarto, Agnaldo Francisco Rosa, informa que pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF existe dinheiro (R\$ 8 milhões) para ser aplicado no município, mas para se ter acesso ao crédito é preciso se adequar as normas estabelecidas pelo banco, entre as normas do BNB para empréstimos está a exigência de que o agricultor faça uso do “receituário Agrônômico”, devendo seguir deste modo, as orientações dos técnicos assistentes.

Neste conteúdo jornalístico veiculado em 2008 podemos verificar que já se tinha em evidencia o problema do endividamento com os contratos do PRONAF. Segundo relato do gerente do BNB de Lagarto na reportagem, só o BNB tinha 220 inadimplentes que receberam o crédito do PRONAF.

Por ser uma planta que não se reproduz facilmente em condições naturais, o cultivo de pimenta fica dependente de sementes industrializadas que custam muito caro, em média uma embalagem com 50 gramas (conforme figura 29) custa em torno de 35,00 a 40,00 reais em lojas de insumos e sementes na sede de Lagarto.



Para se cultivar pimenta é preciso que o produtor possua material adequado como bandejas de sementeiras próprias para germinar as mudas (quadro 2), nestas são colocadas as sementes, que geralmente ficam em área coberta ou em estufa. Em média de 15 dias as sementes germinam e alcançam tamanho adequado para o plantio por volta de 30 dias. Em torno de 100 a 120 dias as pimentas ficam no ponto de serem colhidas, mas o tempo de vida da planta é curto e geralmente sua produtividade não se prolonga por mais de 1 ano, após este período a produção da planta cai e passa a cada dia a reduzir até não produzir mais.

### Quadro 6: Processo de produção de mudas de pimenta.



Figura 1: Bandejas onde a semente de pimenta é germinada.

Figura 2: mudas de pimentas.



Figura 3: Pé de pimenta malagueta com 6 meses de plantada.



Em pesquisa de campo a reclamação frequentemente apontada pelos entrevistados produtores de pimenta, é referente aos gastos para limpar a terra, adubar, plantar, proteger de pragas, e colher. O camponês M. A. 40 anos, da Comunidade de Moita Redonda, fala das dificuldades e custos da produção da pimenta, bem como da insatisfação que o tem levado a desistir da produção deste cultivo.

[...] depois de custear todos os gastos com adubação, plantio, pulverização para combater as pragas, semente que está muito cara, o que me sobra afinal? Tenho pensado seriamente em parar de plantar como muitos que já desistiram, ficarei enquanto o contrato durar, depois vou parar de produzir pimenta (M. A. 40 anos, da comunidade de Moita Redonda, pesquisa de campo, 2012).

Para tentar se livrar das pragas e doenças como mosca branca e o pulgão, é preciso pulverizar o cultivo com defensivos e agrotóxicos que encarecem a produção, degradam a terra e colocam em risco a saúde do camponês, como VetMet, Nativo, Cabo 2, e Rodomil, o que torna a produção totalmente dependente de insumos. Além destas questões, o plantio de pimenta provoca também um grande desgaste dos solos, por conta deste desgaste a cada dois anos de produção as pimenteiros devem ser arrancadas e o solo deve ser adubado devendo ficar em repouso para ser recuperado. O camponês Sr. G.J de 48 anos, que possui três tarefas na comunidade Brejo relata sobre as dificuldades para produzir a pimenta,

[...] a pimenta estraga demais o solo, depois de um ano de produção o rendimento começa a cair, a cada dois anos temos que arrancar todos os pés, porque a pimenteira já não dá para tirar mais nada, e a terra fica péssima, enfraquecida, não dá para plantar nada nela, tem que adubar e deixar ela descansando (G.J de 48 anos, da comunidade Brejo, pesquisa de campo, 2012).

A reportagem da Revista Sergipe Rural (2012), destaca as dificuldades enfrentadas pelos produtores de pimenta para se combater as pragas, segundo a reportagem não há defensivos específicos para se combater os fungos que atacam as pimenteiras, ocasionando o aumento significativo de doenças. Esta mesma reportagem, contraditoriamente, aponta que a empresa Maratá faz testes toxicológicos constantemente para a verificação do uso indiscriminado de agrotóxicos.



**Figura 30: Colheita de pimenta realizada em unidade de produção familiar localizada na comunidade Fazenda Grande, Lagarto/SE**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 31: Pimenta biquinho**  
Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 32: Pimenta Malagueta**  
Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Sabendo destes problemas com as pragas e outros malefícios que a pimenta acaba gerando na terra, a indústria Maratá estabelece nos contratos, que cada produtor somente pode produzir até 1,5 hectare de pimenta. Mas sua preocupação em ditar este limite, não advém da preocupação ambiental ou social, fica claro que o cultivo de pimenta não se adapta bem ao regime de grandes monoculturas, por conta das pragas que são uma constante neste cultivo, bem como a queda de produtividade por conta do desgaste que este cultivo gera na terra, deste modo, se um produtor somente produzisse pimenta ficaria sem ter terra para produzir após poucos anos, levando ao desinteresse rápido de muitos em plantar pimenta para a indústria.

Neste sentido, constatamos à luz das análises de Oliveira (1990, 2004), conforme evidenciado nas relações impostas pela indústria Maratá na capitulação da produção camponesa, que a produção camponesa quando se integra à indústria fica sob a ação do capital monopolista sobre o território, neste o capitalista não imobiliza dinheiro na compra de terra, ele não territorializa-se, o camponês continua na terra mas perde sua autonomia e se torna dependente das indústrias processadoras.

Este processo é necessário à indústria, conforme aponta Paulino (2010a) porque é a natureza peculiar de certos setores da produção agrícola que repele o investimento capitalista. Para a autora a agricultura tipicamente capitalista se expande geralmente em setores de atividade onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso. Por sua vez, as situações inversas, nas quais demandam de grandes ciclos naturais que levam grande tempo para produção, grandes gastos e pouca rentabilidade, tendem a afastar os investimentos capitalistas. Neste caso, o camponês se apresenta como necessário ao capital, em virtude de sua finalidade ser a reprodução do grupo familiar, não o lucro, a acumulação. Logo o capital cria condições para sujeitar a renda da terra onde aparentemente ela não existe, ou seja, na agricultura camponesa.

Neste caso a ação do capital monopolista implanta-se na circulação, uma vez que “não é no interior do processo produtivo, mas somente no momento em que a mercadoria assume a forma e ingressa no mercado que é que o valor nela contido pode ser realizado” (PAULINO, 2010<sup>a</sup>, p.31), deste modo, é subordinando a produção à circulação que o capital se volta à apropriação da renda camponesa, ao determinar a estes a destinação do produto de seu trabalho ao mercado como forma de garantir sua reprodução social.

Para Oliveira (2004), o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração, insumos, sementes, maquinário, etc.), ao mesmo tempo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abrindo espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social e simultaneamente o capital garante a metamorfose da renda terra sem mesmo ser proprietário de terra.

Segundo dissertação de Oliveira Junior (2012) no qual faz uma profunda análise sobre a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital, assinala que o capital tem envolvido o camponês na lógica sociometabólica da reprodução ampliada sem, contudo, destruir a totalidade dos produtores camponeses. Neste sentido, o camponês produz para atender ao mercado e para satisfazer as suas necessidades diretas. Para tanto, a especialização da unidade produtiva em produzir para si e para o mercado tornou-se a realidade para o campesinato, porque a reprodução camponesa ocorre, cada vez mais, através da mediação do mercado.

Neste sentido, embora o capital não seja o proprietário direto da terra, a família passa a não ter mais o domínio sobre esta, produzindo em função dos interesses capitalistas. Necessário ao movimento da acumulação do capital, a monopolização da terra pelo capital promove a apropriação do território, subordinando a produção camponesa, fazendo com que produza para a indústria, cujo caráter principal é o de apropriar-se da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, ao converter o trabalho excedente em renda capitalizada.

A capacidade que os proprietários fundiários e empresas têm demonstrado fazer do aparelho do Estado um mediador em favor de seus interesses certamente denota a singularidade do embate de classes na sociedade brasileira, daí a importância de atentar para a atual estrutura agrária, cujos contornos foram redefinidos desde o latifúndio e empresa passaram a compartilhar um objetivo em comum: o monopólio fundiário, fruto do entrelaçamento entre terra e capital e fundamento da acumulação. Desta maneira, não se trata mais de uma herança colonial, mais de uma estratégia estrutural de classes a reafirmar a centralidade da terra no modelo de desenvolvimento, e que se apoiará na ideologia da eficiência produtiva (PAULINO, 2010a).

Neste sentido, o Estado e as Políticas Públicas para o campo, a exemplo do PRONAF, vêm contribuindo na produção dessa totalidade espacial, uma vez que constituem, em seu conjunto, em estratégias, liames, regulações, formas de viabilização da reprodução ampliada do capital, para se efetuar a transição do território camponês em território do capital, intensificando desigualdades, fome e degradação humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia possui potência analítica capaz de revelar as contradições que explicitam a dinâmica da realidade, no entanto, “a Geografia está inundada pelo pensamento neoliberal que impõe a eficiência e a competência – qualidades intrínsecas à burocracia – como objetivo último” (CARLOS, 2000, p. 2), não havendo preocupação com as contradições, apenas com o registro das sinalizações da paisagem, o conhecimento geográfico “caminha na direção da instrumentalização do conhecimento para o mercado e revela o caráter utilitário da ciência como produtora de informação”. (CARLOS, 2000, p. 4). Neste sentido, a produção do conhecimento geográfico tem permitido a reprodução de um sistema econômico a se construir enquanto instrumento teórico de uma geografia aplicada ao planejamento do capital, sob a ação do Estado.

Com o argumento da neutralidade do discurso científico, influenciado pelos fundamentos da escola francesa Lablacheana<sup>36</sup>, os estudos geográficos brasileiros pautaram-se pela busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, pensamento que serviu para elaborar uma série de relatórios e monografias de caráter local/regional, para uma possível busca de leis gerais que explicassem suas diferenças e melhor serem apropriadas. Para tanto, caberia à geografia servir apenas como estudo da individualidade dos lugares no qual “deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do planeta” para assim “torná-la uma unidade espacial, na qual uma determinada porção do espaço terrestre, passível de ser individualizada, seria analisada em função de um caráter próprio” (MORAES, 2003, p. 4-5). Como efeito, o conhecimento geográfico desenha um conjunto de medidas que devem responder as demandas da organização mais racional do espaço para a viabilização da acumulação capitalista (LISBOA, 2007, p. 113) deste modo, “ao assumir a leitura do espaço da mensuração cartesiana (enquanto área), o geógrafo

---

<sup>36</sup> De acordo com Moraes (2003), essa escola era influenciada pelo pensamento de Paul Vidal de La Blache, geógrafo Francês, fundou os postulados que considerava a Geografia a ciência dos lugares, imprimindo ao pensamento geográfico de uma ciência asséptica, não-politizada. Vestindo uma capa de objetividade, Vidal de La Blache [...] condenou a vinculação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos imediatos, brandindo o clássico argumento liberal da “necessária neutralidade do discurso científico” (MORAES, 2003, p. 23).

descreve o que vê a partir de dados quantitativos. Não há preocupação com as contradições, apenas o registro das sinalizações observadas” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 5). Projeta-se a leitura do lugar fora do lugar, da totalidade das relações capitalistas mundiais. Para a autora em alguns casos, pode-se até registrar um olhar, a partir da Geografia da Denúncia, de uma geografia localizada. Neste caso, as sinalizações são compreendidas apenas na leitura da relação causa e efeito, versando em saídas mensuráveis de demandas que se possam minimizar seus efeitos sem alterar suas causas.

É neste intento que o conhecimento geográfico a serviço do capital ganha expressão no Brasil, circunscrevendo na geografia agrária pela via da disseminação da visão de um campo como imagem da pobreza, justificada enquanto resquício e consequência de uma estrutura agrária arcaica de uma economia atrasada, explicada como resultante do efeito da seca e/ou apresentada como uma questão de desvio da política pública local. Enquanto o discurso geográfico do planejamento atribuiu ao Estado à função de regulamentar Políticas Públicas, “tornando-se o guardião do planejamento, das mazelas territoriais, diante da escala crescente da pobreza local, regional” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 3). É neste viés que o planejamento, imerso na lógica da concentração e centralização do capital, como afirma a autora, é que o discurso geográfico acompanhou os ditames da leitura cepalina, da economia dual, debate ancorado nas disparidades entre as regiões com o objetivo de apontar explicativas para a plena concentração de riquezas nas regiões Sudeste e Sul, enquanto que outras regiões concentravam a miséria, pensamento econômico este que alentava que espaços desiguais eram possíveis de serem corrigidos pela via do reordenamento espacial, constituindo, dando corpo teórico e referendando uma série de Políticas Públicas, na perspectiva de propalar o Crescimento e o Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via divisão social e territorial do trabalho, sob discurso do desenvolvimento regional, local.

Os geógrafos submetem-se às exigências e necessidades do Estado, através da elaboração do conhecimento necessário para embasar sua ação, esta se realiza ignorando o debate das contradições realizado em torno do sentido do planejamento, colocando-se como expressão de uma organização racional que escamoteia conflitos necessários à produção de um espaço de dominação política, logo homogêneo, sem contradições/conflitos com o espaço dos interesses específicos da reprodução do capital, ora em confronto a este, ora priorizando o social, contudo apenas quando pressionado (CARLOS, 2000). Neste entendimento, ressalta a autora, a ciência geográfica é usada para alimentar e justificar a prática do Estado onde os relatórios técnicos servem como base para a realização do poder no espaço, perfazendo como tábula rasa da prática sócio espacial esvaziando-a de sentido e, nesta direção, reduzindo a noção de espaço ao de quadro físico, do cidadão usuário dos meios de consumo coletivo dispostos no espaço.

Preocupados apenas com a aplicação do 'conhecimento', 'os técnicos', participam de equipes interdisciplinares que, imersas em suas especialidades, cada vez mais restritas, perdem o sentido social da ciência e o documento final realiza uma 'soma de pareceres de especialistas sobre este ou aquele assunto'. (CARLOS, 2000, p. 6)

No Brasil a expansão do capital no espaço agrário brasileiro aprofundou ainda mais as desigualdades já existentes consolidando as estruturas de domínio da terra e do trabalho, historicamente estabelecidas pelos grandes grupos agrários dominantes, refletindo em conflitos e contradições compreendidas na totalidade das relações sociais existentes, no modo de produção capitalista.

A via do capital promulgou o processo de modernização da produção agrária, fruto de um modelo agrário-agrícola de um modelo econômico insustentável,<sup>37</sup> trazendo consequências irrecuperáveis não só para a humanidade como para a natureza. O enraizamento do agronegócio no campo colocou a terra como mercadoria, sugando renda da terra e a riqueza do substrato material essencial a todas as formas de vidas.

---

<sup>37</sup>- Expressão proferida por PAULINO, E. T & ALMEIDA, R.A. (2011, p.18), em **A Eficiência da Produção Camponesa no Brasil: Estudo Comparado (2010)**.

É neste contexto que a modernização da agricultura acirrou as desigualdades, ao centrar-se em fortalecer os proprietários maiores acentuando a estrutura fundiária concentrada, expropriando e expulsando os camponeses acirrando este processo com o aprofundamento da expansão do capital monopolista industrial e do agronegócio no campo.

Em Sergipe a modernização da agricultura se trouxe ganhos na produção e na produtividade, principalmente, centrada nas grandes propriedades, principais beneficiadas com as tecnologias e subsídios do Estado, contraditoriamente, trouxe a miséria e a exclusão dos camponeses e trabalhadores rurais, uma vez que o novo modelo modernizante de produção privilegia apenas, os produtos atrelados ao pacote tecnológico exigido pelas agroindústrias.

Sem condições de concorrer com os grandes produtores, muitos dos camponeses cada vez mais são aliciados pelas políticas de Estado a se inserirem nas relações capitalistas deixando os meios tradicionais de produção, reduzindo ou substituindo os cultivos voltados ao autoconsumo, transformando a terra em mercadoria para o capital. Os que não se inseriram nesse padrão de produção, paulatinamente estão sendo expulsos do campo via expropriação da terra. Deserdados da terra, ou postos na condição de trabalhadores assalariados, muitos são levados à condição sub-humana de miseráveis do campo.

A liberação de força de trabalho barata é a condição para a produção e reprodução do capital. É o trabalho assalariado que garante ao capital a apropriação da mais valia. O excedente da força de trabalho do campo permite aumentar o exército de reserva de trabalhadores, alimentando a produção e reprodução do capital nas cidades, nos grandes latifúndios e complexos agroindustriais, indústrias, construção civil etc.

Conforme explicita Karl MARX em seu livro O Capital (2004.P. 885),

A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim a lei de oferta e de procura de trabalho anda nos trilhos certos; a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes a exploração capitalista; e finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista...

Desse modo, o capital ao expropriar a terra e implantar o latifúndio, estabelece a coexistência entre o capital e o trabalho assalariado, por meio de um contrato social. Ao expropriar a terra dos camponeses, ou seja, seus meios de produção, o modo de produção capitalista impossibilita que ele seja livre. A terra permite ao trabalhador sua própria subsistência. Conceição (1991) coloca que, trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo o amor à terra está ligado à sua condição de vida nesta terra; enquanto há condição de apropriação dos meios de produção, há resistência à sujeição do trabalho ao capital.

A condição para a não proletarização é a apropriação dos meios de produção; terra, ferramentas, sementes, adubos etc, são a garantia do não assalariamento, de um patrão. A apropriação é intermediada na ação do trabalho da unidade de produção familiar. Trabalho, terra, família, formam a unidade das contradições, unidade que contém a própria sobrevivência. (CONCEIÇÃO, 1991, p.60)

Conforme salienta Oliveira (2001), podemos perceber que a lógica capitalista se desenvolve de modo contraditório. Se de um lado necessita da destruição dos laços camponeses, e do desprendimento de força de trabalho para que possa manter o exército de reserva tão necessário para seu processo de reprodução, ao mesmo tempo, os camponeses são essenciais à “segurança alimentar” do Brasil, e garantem o acesso do urbano à cesta básica, e provém o lucro dos capitalistas com o pagamento de baixíssimos salários que vão garantir ao capitalista a extração de mais valia.

[...] o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura de cana-de-açúcar, de laranja, soja etc. Mas por outro lado, este mesmo capital se desenvolve de forma articulada e contraditória com a produção camponesa. Isto quer dizer que parte também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito fora do capitalismo, mas sim, um sujeito social dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 2001, p.1)

Deste modo, entende-se que o campesinato, não só perdura nas relações do modo capitalista de produção bem como se reproduz nele. Neste entendimento acrescenta Bombardi (2004, p. 3), [...] esse processo de reprodução do campesinato no seio do modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento.

No entanto, é importante ressaltarmos, que a ideia de que o camponês vive isolado é um erro de análise da realidade. Historicamente o camponês sempre manteve relações comerciais atreladas ao mercado, no momento em que para ele sobreviver e manter sua família, ele vende seus produtos excedentes a preços inferiores sem auferir lucro, sujeitando a renda de seu trabalho e de sua família ao capital. [...] “assim, percebe-se que é justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fato que possibilita sua reprodução. (BOMBARDI, 2004)”.

Sendo submetido às relações capital-trabalho, o camponês está sujeito aos planos que o capital impõe ao Estado fazendo com que o mesmo crie políticas públicas onde não seja necessário fazer uma reforma agrária, e ainda assim o camponês esteja submetido e vinculado às necessidades do capital. Deste modo, Conforme salienta Conceição e Lisboa (2007), que tem-se instalado no campo a estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia implica no relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no

mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via campesina.

É nesta lógica que a dinâmica das extensas relações do capital que se sustentam pela via institucional do Estado, vem promovendo a expansão da política de crédito rural do PRONAF, enquanto mola-propulsora de uma estratégia que assenta as bases em um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, sem, contudo, modificar as velhas formas que caracterizam as Políticas Públicas para o campo, cuja racionalidade é manter o viés concentrador, setorial e produtivista que caracteriza o modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil, em que o campo torna-se cada vez mais território de controle e de poder de latifundiários e das indústrias na apropriação do trabalho e da natureza.

No município de Lagarto, o PRONAF continua a reforçar a lógica de produção que vem sendo imposta para o campo desde a década 1970, via aquisição de crédito, tecnologias, insumos e produtos industrializados que foram, em grande medida, responsáveis pelo processo de fragilização da produção familiar, negando a lógica de (re)produção social da família camponesa, pois para Horácio Martins de Carvalho (2010) a relação de convivência com a natureza, a identidade entre o local de reprodução da vida familiar e o local de trabalho (pertencimento), a vida comunitária, e mesmo quando ocorre a abertura crítica às inovações tecnológicas tanto na esfera do consumo como na da produção, --- mesmo que menos intensa ou fortemente alterada devido aos novos comportamentos sociais ---, à apropriação social da natureza é diametralmente distinta daquela que move a lógica de produção capitalista que tem como centralidade a obtenção do lucro.

O financiamento bancário do PRONAF tem imposto aos camponeses à necessidade de se dirigir ao mercado. A integração ao mercado, por sua vez, pode representar uma armadilha, pois à medida que com ele se envolve, o camponês é obrigado a abrir mão de sua independência, tornando-se refém do capital, subserviente às regras por ele ditadas. Martins (1990, p.4) coloca que,

[...] à medida que se integra ao mercado, o camponês se transforma, progressivamente, num subalterno diante do capitalismo. É que, ao se submeter às relações de troca desfavoráveis, quase sempre a unidade familiar é conduzida a uma situação de empobrecimento que se dá, principalmente, pela ampliação do domínio do mundo das mercadorias, em que a chegada do capital reduz o espaço de produção agrícola do camponês. No limite, o capital retira-lhe a terra e impõe o trabalho assalariado.

Kautsky (1968) há muito já nos alertava que a completa integração ao mercado afeta toda a base da reprodução da família, levando também a uma redução do espaço familiar. Para o autor este processo ocorre tanto pela insegurança que a especialização da produção acarreta, fazendo a família girar apenas em torno da produção da mercadoria, como pela maior submissão às leis do mercado, isto é, à flutuação de preço, necessidades de empréstimos, juros altos, atravessadores, alto preço dos insumos no custo de produção etc.

Neste sentido, o financiamento bancário via crédito do PRONAF, antes de significar a garantia da autonomia da unidade de produção camponesa, em certa medida, tem imposto aos camponeses, a sua subsunção ao capital, uma vez que sem os meios de produção e sem perspectivas de reprodução da família no seio da terra, ele vai sendo submetido aos desígnios do mercado, absorvido pelo trabalho assalariado.

Apesar do PRONAF já ter mais de 15 anos de vigência no município de Lagarto as pesquisas empíricas e a aplicação de questionários realizados em boa parte do município, entrevistas com cooperativas, e assentados, demonstram que até o momento, o PRONAF teve uma insignificante penetração diante das necessidades reais dos camponeses para que realmente garanta a (re)produção social camponesa, em especial aos que se enquadram entre os mais carentes e menos integrados a agroindústrias e as relações comerciais intensas. O que conseguimos constatar nessa pesquisa é que muitos camponeses não têm sequer acesso à terra suficiente para a reprodução de sua família, demonstrando que essa Política Pública tem alcance mínimo entre o universo de miseráveis esquecidos e excluídos vivendo sem o mínimo de assistência do Estado.

Para Conceição (1991), a apropriação dos meios de produção e as condições e possibilidades de realizar o trabalho, podem definir, em parte, o nível de produção da unidade familiar. Os meios de produção representam aquilo que se traduz em melhores condições de vida e trabalho para a família: a terra, o financiamento da produção, a utilização de técnicas redutoras de trabalho. O crédito para o produtor familiar, pode até aparecer como uma forma mais imediata para o acesso a esses meios de produção. Mas é a disponibilidade da terra para produzir, que garante o meio e a condição fundamental para que o trabalho camponês se mantenha e se reproduza na unidade familiar. Não ter acesso a terra significa para o camponês, não ter a condição de reprodução da vida. No direito ao campo, está explícito o direito a condição digna de vida. A técnica não representa para eles a feitchização da renda da terra, da renda em dinheiro, da renda em trabalho na terra da exploração, mas terra de trabalho.

Com efeito, o PRONAF não se distinguirá das várias políticas de Estado que por vezes reproduziram e apregoaram o discurso ideológico de ser uma tática política de "ajuda aos pobres do campo", mas que na verdade se constituem como orgânicas aos interesses do capital. Para Carvalho (2010) as políticas públicas direcionadas à denominada 'agricultura familiar' a exemplo do PRONAF, ao serem orgânicas aos interesses das classes dominantes no campo, induzem e submetem a reprodução social da agricultura camponesa à racionalidade capitalista, não somente pela emulação para a adoção do modelo de produção e tecnológico dominante e pela aceitação passiva da perda do controle familiar sobre os processos de trabalho da unidade de produção, mas, sobretudo, por intencionalmente negarem a presença efetiva de outra lógica de produção camponesa.

Neste sentido, o PRONAF tem se constituindo enquanto uma política que na verdade reforça a subordinação da classe camponesa ao receituário neoliberal nos princípios de livre mercado no apoio irrestrito à expansão do agronegócio, tendendo à homogeneização da racionalidade capitalista no campo, tentando submeter e/ou excluir qualquer possibilidade de reprodução de outra racionalidade econômica que não seja regida pelo lucro.

A lógica do PRONAF manifesta as contradições de uma política de Estado que nega o campo enquanto condição de vida, esquivando-se de soluções que anulem os efeitos históricos que levaram a desigualdade social, intensificando a expropriação e a miséria via renda capitalizada da terra. Desse modo, estrategicamente, o Estado dissimula as reais intensões da necessidade da criação do PRONAF, Política Pública que tornou-se entre tantas outras a condição do capital de subordinar o camponês aos seus liames ao tempo que transfere e substitui os elementos que possibilitariam a concretização de um outro paradigma para o campo centrado na lógica da (re)produção camponesa. Ao se tornarem dependentes dos recursos governamentais para a manutenção e reprodução os camponeses, tornam-se, na verdade, orgânicos ao movimento de acumulação do capital, uma vez dependentes das políticas públicas garantem à reprodução e expansão do capital, negando deste modo, a presença de uma racionalidade camponesa.

Podemos concluir com esta dissertação que o Estado atua por um lado, na perspectiva de criar as condições para a expansão do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para o país; e por outro lado, a partir do desenvolvimento de Políticas Públicas promove de forma ideológica e pontual, efeitos apenas minimizadores dos conflitos, mediando à luta de classes em curso, sem se dissociar em nenhum momento dos interesses do capital para as novas formas de subordinação do trabalho. Nesta premissa, é deixado de lado o processo histórico da luta dos movimentos sociais do campo pela terra de trabalho para família. Atendendo aos interesses do capital sob a ação do Estado, as Políticas Públicas de Planejamento, Desenvolvimento e Crédito vêm com discurso falacioso de difundir tecnologia, gerar desenvolvimento, emprego e renda, mas que na verdade se configuram na redefinição de antigas relações de exploração do trabalho ao mesmo tempo em que criam novas estratégias para subordinar o camponês aos seus liames.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1998.

AMORIM João Mateus de. **Capitalismo, Questão Agrária e os Movimentos Sociais**. Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí-GO/UFG. N.7. jul-dez-2006. Disponível em:<[www.Jataí.ufg.br/geo/geoambiente](http://www.Jataí.ufg.br/geo/geoambiente)>

ANTUNES, R. **O Caracol e a sua Concha**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. 135p

AQUINO, J. R. D. & S. S. **(Des)Caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 10 a 12 Novembro 2010.

APL, **Plano de Desenvolvimento preliminar do arranjo produtivo local da mandioca no Agreste e Centro-Sul sergipano**. Governo de Sergipe secretaria de estado do desenvolvimento econômico e da ciência e tecnologia. novembro, 2011. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247145080.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1247145080.pdf)>

BELIK, Walter. **Pronaf: avaliação da operacionalização do programa**. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). O Novo Rural Brasileiro Políticas Públicas. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, v. 4, p. 93-115.

BRUNO, Regina A. L., Dias, Marcelo M., **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil, Relatório de consultoria**, Rio de Janeiro, 2004.

BOMBARDI, Larissa M. **Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de Campesinato e agricultura familiar**. In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2003.

CARLOS, Ana F. A. **A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>> [ISSN: 1138-9788]

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. **Estado e políticas públicas na civilização do capital: desafios do tempo presente**. In: PINHEIRO, Ângela; CORDEIRO, Andrea Carla. (Org.). Direitos humanos de crianças e adolescentes: aprendizagens compartilhadas. Fortaleza: NUCEPEC/Edições UFC, 2010, p. 165-192.

CARVALHO, Alex. **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000, p.69

CARVALHO, Horácio M. de. **Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica.** Trabalho de consultoria técnica, IAPAR, Londrina, 1982. 36p.

CARVALHO, Horacio M. de. **Na sombra da imaginação reflexão a favor dos camponeses.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: maio de 2010. ISSN 2177-4463.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Atica, 2005.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético.** NPGeo-UFS. Dissertação de Mestrado, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **O Novo e o Velho: Os “Resíduos” Da Produção Familiar Camponesa.** In: anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. USP, 2003.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A. **Geografia do espaço da miséria.** Scientiaplena, 26 Setembro 2005. p. 166-170.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital.** p.77-104, Revista OKARA: Geografia Em Debate, V.1, N.1, João Pessoa, PB, DGeoc/CCEN/UFPB. 2007, p. 1-152.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho.** In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

[COHIDRO NEWS](http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=41): “Pimenteiros” recebem instruções e renovação de contratos. Disponível em: <<http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=41>>

COSTA, E. **Globalização e o Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Célio R. **Os intelectuais orgânicos e a construção da hegemonia dos trabalhadores.** Doutorando em Educação Brasileira/UFC. Disponível em: <[http://www.nufipeuff.org/seminario\\_gramsci\\_e\\_os\\_movimentos\\_populares/trabalhos/Celio\\_Ribeiro\\_Coutinho.pdf](http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Celio_Ribeiro_Coutinho.pdf)>

DANTAS, G. **Breve Introdução ao Capital de Karl Marx.** Brasília: Ícone Editora e Gráfica, 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo: Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro konder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAO /INCRA - **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília -1994. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>

FILHO, Eraldo da S. R. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Revista Nera, Ano 8, N. 6 , janeiro/junho, 2005 .

FREY, Klaus. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/2000>. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>

FERREIRA, Nelmires da S. **Adeus Cascalho: Jovens sergipanos na odisséia do trabalho temporário**. Dissertação de Mestrado: NPGeo-UFS, 2003.

GAZOLLA, Marcio. **As duas “caras” do PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?**, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>>

GOMÉZ, Jorge R. **Montenegro. Desenvolvimento em Desconstrução: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. Ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V 2.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HESPANHOL. Rosangela A. de M. **Mudança de Concepção das Políticas Públicas para o Campo Brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. X Colóquio Internacional de Geocrítica, Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 -30 de mayo de 2008 universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/221.htm>>

HÖFLING, Eloisa de M., **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001.

IBGE de 2004 a 2010 IBGE CIDADES, Sergipe e Lagarto. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>

INFONET, **Seagri e Maratá buscam financiamento do Banese para plantio de pimenta**. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=67095&titulo=economia>>

KAUTSKY, K. **A Questão Agraria**. Rio de Janeiro: Laemmert , 1968.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 7250 p.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, L. G. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano: o desmascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante.** NP GEO, São Cristóvão: Dissertação do Mestrado, 2010.

LISBOA, Josefa Bispo. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política.** (um estudo da Coopertreze e das associações comunitárias em Lagarto e Salgado). In. MENEZES, Ana V. C. de; PINTO, Josefa E. S. de S. (Org.). Linhas Geográficas. Série Dissertações: NP GEO-UFS, 2001, p. 185-328.

LISBOA, Josefa Bispo. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: Políticas Públicas na (Dis)simulação da Esperança.** NP GEO/UFS, Tese de Doutorado, 2007, 270 p.

LOBO DOS SANTOS, J. A. **As Implicações do PRONAF na Produção do Espaço Rural de Feira de Santana.** Feira de Santana: UEFS, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução.** Tradução: Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MDA/SAF/PRONAF. **Plano safra da agricultura familiar 2007/2008.** Brasília: MDA/SAF, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 22 set. 2007.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado.** Lisboa: Edições Antídoto, Transcrição: [Daniel Monteiro](#), 1977, pp. 9-46.

MARTINS, J. S. A. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político.** 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. D. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** São Paulo: Vozes, 2008.

MARTINS, J. D. S. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. D. S. **A Política do Brasil lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MARX, Karl. **O capital.** Livro 1. Vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. **As lutas de classes na França em 1848 a 1850**. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

MESZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Ministério da Agricultura e do Abastecimento /Secretaria de Desenvolvimento Rural, **Programa Nacional de Fortalecimento Familiar** – Documento Base, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. 2003 Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/66680499/MORAES-A-C-R-Geografia-Pequena-Historia-Critica>>

NAZÁRIO, Cristiano. C. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas a Evolução do PRONAF Crédito em Sergipe**. São Cristóvão: Monografia, Departamento de Economia, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2008.

NEVES, Delma P.. **Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros!** In. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J.C. (Org): **Geografia Agrária: teoria e poder**, São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2007, p. 211-270

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, ed.3ª, 1990, Série Princípios.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. 2001. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>

OLIVEIRA, Ariovaldo U.de. **Nos passos de Juscelino**. Jornal da USP, 4 a 10 de agosto de 2003. ano XVIII nº.652

OLIVEIRA, Ariovaldo U.de. **Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI, In. O Campo no Século XXI: território de vida e de construção da justiça social**. (Orgs.): Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004 p.29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A “NÃO REFORMA AGRÁRIA” do mda/incra no governo lula**. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

OLIVEIRA, Junior M. P de. **Agroindústria e campesinato no centro-sul de Sergipe**. In: anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa. D. **As Tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do Capital.** São Cristóvão: NPGeo, Dissertação do Mestrado, 2007.

OLIVEIRA, Vanessa. D. **A crítica da negação da centralidade do trabalho na atual crise estrutural do capital.** IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital, 10 a 13 de Outubro de 2008 UFG/Catalão/GO.

OLIVEIRA, Vanessa. D. **O Modelo de desenvolvimento do capital no campo por via de inserção tecnológica e controle do trabalho: o agronegócio da laranja em Lagarto/SE.** In SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio R. D. de.(Org.). Leitura sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais. Vitória da Conquista: Editora EGBA, 2010, p. 113-128.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. D. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T & ALMEIDA, R.A. **A Eficiência da Produção Camponesa no Brasil: Estudo Comparado.** Revista Terra Livre, 2011

PEIXOTO, Marcos. **O PRONAF e o Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/12:** Notas sobre a distribuição dos recursos. Boletim do Legislativo nº 8. Disponível em <[http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim\\_do\\_Legislativo/Boletim\\_n.8\\_Marcus\\_Peixoto.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim_do_Legislativo/Boletim_n.8_Marcus_Peixoto.pdf)>

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro 1944-2008.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

QUAINI, Massimo – **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Almir B. dos. **O Estado e a Agricultura Familiar: O Pronaf em Sergipe.** NPGeo, São Cristóvão: Dissertação do Mestrado, 2000.

SANTOS, A.; GOIS, F. F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional.** Fortaleza: Premius, 2011.

SANTOS, Jânio R. **O sindicato de trabalhadores e as Indústrias de suco no nordeste brasileiro.** IX Jornada do Trabalho: Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital, 10 a 13 de Outubro de 2008 UFG/Catalão/GO.

SANTOS, Jânio R. Título: **A Territorização dos Conflitos e Contradições: o Capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos,** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2009.

SANTOS, R. M. **SE PLANTA E COLHE ALIMENTOS NESTE SERTÃO: Resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA(Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da soberania alimentar.** NPGeo/UFS, Tese de Mestrado, 2012, 248 p.

SCHNEIDER. Sérgio, **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural.**1994. Disponível em< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>

SCHNEIDER, Sérgio. Mattei, Lauro. CAZELLA, Ademir, A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In. SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sérgio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Política Agrícola. Brasília, ano XVI, n. 3, p. 14-33, jul./ago./set. 2007.

SERGIPE RURAL: **A revista para quem vive do campo. Revista trimestral.** Sergipe: Ano 1, nº1 fevereiro de 2012. 34p., 9 Artigos. Realização Dantas.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia - Unicamp., 1996.

SILVA, J. G. **O novo mundo rural. Revista Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/projetos/rubano7.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rubano7.html).>

SILVA, J. G. **O Novo rural brasileiro.** Campinas : UNICAMP, 1999.

SILVA, Enid R. A. da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/1998.** IPEA, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

SOUZA, Fernanda V. K, e Conceição, Alexandrina L. **Alternativas de organizações nas comunidades rurais.** 2001. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/12.pdf>>

SOUZA, Fernanda V. K. **Camponês: um velho/novo sujeito nos tempos da globalização.** NPGeo/UFS, Tese de Mestrado, 2005.

THOMÁZ JÚNIOR, A.. **Novo Sentido da Luta de Classes e do Controle Social no Meio Rural Uma Contribuição à Geografia do Conflito Capital X Trabalho.** 2002. Disponível em: <[http://www.usc.es/~idega/docs\\_trabajo/xgeografia12.pdf](http://www.usc.es/~idega/docs_trabajo/xgeografia12.pdf)>

THOMÁZ JÚNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa.** São Paulo: Sundermman, 2007, p, 9-29.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento Agrícola - Uma Visão Histórica.** São Paulo: Edusp - Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. D. **Cidades Imaginárias.** 2º. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VELTMEYER, Henry & PETRAS, James. **Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento.** In: ELIANE TOMIASI PAULINO, J. E. F. (. *Campepinato e Territórios em Disputa.* 1ª edição. ed. [S.I.]: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 79-117.

VIANA, Nildo. **A constituição das políticas públicas.** 2008. disponível em <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/69/96>>

## **ANEXOS**

**ANEXO  
A**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO**

Este questionário é instrumento da pesquisa de campo, tendo por objetivo realizar levantamento de informações que serão utilizadas para pesquisas e elaboração de Dissertação de Mestrado em Geografia no NPGeo- UFS de Vanessa Paloma Alves Rodrigues, intitulada: Capital, Estado e a lógica dissimulativa das Políticas de Crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo. Sob a orientação do Prof. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição.

**I. Dados entrevista:**

Nº da entrevista: \_\_\_\_\_ Local da Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**II. Dados Pessoais do entrevistado:**

1. Nome do entrevistado(a): \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Sexo: ( ) M ( ) F 4. Estado civil: \_\_\_\_\_

5. Nº de membros na família? \_\_\_\_\_ 6. Ocupação: \_\_\_\_\_

**III. Propriedade, uso da terra, estrutura agrária.**

1. Sua família é a proprietária da terra em que trabalha? ( ) S ( ) N

---

2. Área total da propriedade: \_\_\_\_\_

3. Como foi adquirida a propriedade? ( ) Compra ( ) Herança ( ) R. Agrária  
( ) C. Fund. Outra \_\_\_\_\_

4. A terra é suficiente para manter a família? \_\_\_\_\_

5. Desenvolve algum tipo de parceria? ( ) Arrendamento ( ) Parceria  
( ) Meeiro ( ) Posse ( ) Assalariamento ( ) Outra \_\_\_\_\_

#### IV. Ocupação:

1. Toda família trabalha na propriedade? ( ) S ( ) N

2. Alguém trabalha em outras propriedades rurais? ( ) S ( ) N  
por quê? \_\_\_\_\_ Em que época? \_\_\_\_\_ em  
quais atividades? \_\_\_\_\_

3. Algum membro trabalha fora da terra? Em quê?  
\_\_\_\_\_

4. Desempenha alguma atividade não agrícola dentro da propriedade?  
Qual? \_\_\_\_\_

5. Contrata algum trabalhador para ajudar na produção de sua terra? ( ) S ( ) N  
Quantos? \_\_\_\_ de onde provém? \_\_\_\_\_ ( ) Permanente ( ) Temporária  
Para que Atividade? \_\_\_\_\_ Em que época? \_\_\_\_\_

#### V. Dados referentes à produção:

1. Quais cultivos estão sendo utilizado por:

Lavouras temporárias: \_\_\_\_\_ L. Permanentes: \_\_\_\_\_

Pastagens: \_\_\_\_\_ Área de descanso: \_\_\_\_\_

2. Qual motivo levou a plantar determinado(s) cultivo(s):

( ) Tradição local/familiar ( ) Incentivos da Associação/ Cooperativa  
( ) incentivos do governo ( ) Incentivo do Banco ( ) Outros \_\_\_\_\_

3. Já abandonou algum cultivo? Por qual o motivo?  
\_\_\_\_\_

4. A renda da produção é suficiente para manter a família? Por quê?  
\_\_\_\_\_

se não, como você complementa a renda?  
\_\_\_\_\_

6. Para que mercado e para quem você vende a produção?  
\_\_\_\_\_

---

**7. Quais são as principais dificuldades de sua produção:**

( ) Seca ( ) Pragas ( ) Terra infértil ( ) Falta de apoio do governo ( ) Falta de investimento ( ) Falta de instrumentos de trabalho ( ) Queda de preços ( ) Falta de A. Técnica ( ) Outros \_\_\_\_\_

**VI. Dados referentes à tecnologia, assistência técnica e associações.**

**1. Quais instrumentos de trabalho são utilizados na produção?**

( ) ferramentas simples ( ) máquinas e tratores ( ) animais

**2. Utiliza quais insumos na produção:** ( ) Adubos químicos ( ) Corretivo para o solo ( ) adubo orgânico ( ) Fertilizantes ( ) Herbicida ( ) Outro \_\_\_\_\_

**Sob a indicação de quem? \_\_\_\_\_ Recebe Assistência Técnica ? de quem? \_\_\_\_\_**

**3. Participa de alguma associação ou Cooperativa ? de qual?**

---

**VII. Acesso às políticas públicas:**

**1. Você recebe alguma assistência do Estado?** ( ) S ( ) N ( ) Aposentadoria ( ) Bolsa Família ( ) pensão ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**2. Você conhece o PRONAF?** ( ) S ( ) N **Como obteve conhecimento?**

---

**3. Já solicitou crédito ao banco? Por quê?**

---

**4. O que levou você a requisitar empréstimo ao banco?**

( ) para aquisição de terra; ( ) financiamento das atividades produtivas; ( ) compra de equipamentos; ( ) para comercialização do excedente; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**5. Foi beneficiado com crédito do pronaf?** ( ) S ( ) N

**1. Se não, por que não conseguiu?** \_\_\_\_\_

**Se sim, qual valor? \_\_\_\_\_ com quais condições de pagamento? \_\_\_\_\_ que instituição concedeu o crédito? \_\_\_\_\_**

---

**6. Quais foram as exigências para concessão do crédito?**

---

**VIII. Crédito:**

**1. O Crédito foi suficiente para suas necessidades?** \_\_\_\_\_

**2. Foi preciso dar alguma garantia de pagamento? Quais?** \_\_\_\_\_

**3. As atividades que foram financiadas, você já trabalhava antes?**

---

**4. Quanto ao pagamento da dívida, quais as dificuldades enfrentadas?** \_\_\_\_\_

---

**5. Tem medo de não conseguir pagar a dívida? \_\_\_\_\_**  
**Por quê?** \_\_\_\_\_

**6. A adesão ao Pronaf melhorou a realidade da comunidade?**

---

**7. Você acha que o acesso ao crédito do Pronaf garante a permanência de sua família na terra?** \_\_\_\_\_

**8. O que deveria mudar nas políticas públicas para que elas possam atender às suas necessidades e da comunidade?**

---

**IX. Sobre a permanência na terra.**

**1. Se você (não) fosse o dono de sua própria terra, o que mudaria em sua vida?** \_\_\_\_\_

---

**2. Sente-se valorizado como agricultor?** \_\_\_\_\_

---

**3. Mesmo com os vários problemas que você enfrenta hoje para produzir e vender quais razões o mantém trabalhando na terra?**

---

---

**ANEXO  
B**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO  
INSTITUIÇÕES, COOPERATIVAS, SINDICATOS**

Este questionário é instrumento da pesquisa de campo, tendo por objetivo realizar levantamento de informações que serão utilizadas para pesquisas e elaboração de Dissertação de Mestrado em Geografia no NPGeo- UFS de Vanessa Paloma Alves Rodrigues, intitulada: Capital, Estado e a lógica dissimulativa das Políticas de Crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo. Sob a orientação do Prof. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição.

Data: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

Instituição Pesquisada: \_\_\_\_\_

Município que atende? \_\_\_\_\_

Posição Profissional do Responsável? \_\_\_\_\_

Quantos anos funciona a instituição na localidade? \_\_\_\_\_

Houve alguma alteração na estrutura de seu funcionamento, se sim, quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual é a função da Instituição?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual ou quais o(s) objetos(s) desta Instituição em relação ao PRONAF?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quais as metas a alcançar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quais os programas em execução?

\_\_\_\_\_

---

**Quais as ações?**

---

---

**Qual a posição desta instituição em relação a reforma agrária antes e após o PRONAF?**

---

---

---

**Quais os pontos positivos?**

---

---

---

**E os negativos?**

---

---

---